

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Paola Alejandra Morales

Desigualdades de classe e gênero no acesso à terra:
uma aproximação a partir das práticas das participantes do Movimento
de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco

Recife
2010

Paola Alejandra Morales

Desigualdades de classe e gênero no acesso à terra:

uma aproximação a partir das práticas das participantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a. Dra. Zélia M. Pereira da Silva e co-orientação da Prof^a. Dra. Rosineide L. M. Cordeiro.

Recife

2010

Morales, Paola Alejandra

Desigualdades de classe e gênero no acesso à terra: uma aproximação a partir das práticas das participantes do Movimento de Mulheres Rurais do Sertão Central de Pernambuco / Paola Alejandra Morales. – Recife : O Autor, 2010.

136 folhas : abrev. e siglas.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2010.

Inclui bibliografia, apêndice e anexos.

1. Posse da terra. 2. Reforma agrária. 3. Trabalhadoras rurais. 4. Gênero plural. I. Título.

364.46

361.24

CDU (1997)

CDD (22.ed.) CSA2010 - 015

UFPE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO

Ata da Defesa de Dissertação do Curso de Mestrado em Serviço Social, realizada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco. Às quatorze horas do dia cinco de fevereiro do ano de dois mil e dez, no Anfiteatro do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a Defesa de Dissertação intitulada: **“DESIGUALDADES DE CLASSE E GÊNERO NO ACESSO À TERRA: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DAS PRÁTICAS DAS PARTICIPANTES DO MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS”**, de autoria da Mestranda **Paola Alejandra Morales**, a qual já havia preenchido todas as demais condições exigidas para obtenção do Grau de **Mestre em Serviço Social**. A Banca Examinadora aprovada pelo Colegiado do Curso e homologada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, processo número **23076.001515/2010-29**, foi constituída pelos seguintes Professores: **Zélia Maria Pereira da Silva**, Doutora em Serviço Social, Orientadora e Examinadora Interna; **Alexandra da Silva Monteiro Mustafá**, Doutora em Filosofia, Examinadora Interna; **Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro**, Doutora em Psicologia, Co-Orientadora e Examinadora Externa; **Edelweiss Falcão de Oliveira**, Doutora em Serviço Social, Suplente Interna; **Laura Susana Duque-Arrazola**, Doutora em Serviço Social, Suplente Externa. Na qualidade de Orientadora, a **Dr^a Zélia Maria Pereira da Silva** presidiu os trabalhos e após as devidas apresentações, convidou a candidata a discorrer sobre o conteúdo da Dissertação. Concluída a apresentação, a candidata foi argüida pela Banca Examinadora, que após as devidas considerações finalizou os trabalhos e decidiu APROVAR a Dissertação com as seguintes menções: **Dr^a. Zélia Maria Pereira da Silva: APROVADA**; **Dr^a. Alexandra da Silva Monteiro Mustafá: APROVADA**; **Dr^a. Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro: APROVADA**. E para finalizar, lavrei a presente ata que será assinada por mim e por quem de direito. Recife, 05 de fevereiro de 2010.

BANCA:

Prof. Dr^a. Zélia Maria Pereira da Silva

Prof. Dr^a. Alexandra da Silva Monteiro Mustafá

Prof. Dr. Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro

MESTRE:

Paola Alejandra Morales

A Julia e Luis, meus pais, e a Ernesto, meu companheiro, por ensinar-me a valorizar a vida e o trabalho do campo. Apesar da distância, suas presenças impregnam cada página, ainda os brancos, quando as saudades concorriam com a escrita.

Agradecimentos

A todos e todas os/as que contribuíram com esta etapa de aprendizados, especialmente:

À Prof^a. Dra. Rosenide Cordeiro, quem foi uma presença constante, ainda antes de minha chegada a Recife. Aprendi com seu exemplo sobre a disciplina, a responsabilidade e o respeito de quem ensina e quem pesquisa.

À Prof^a. Dra Zélia Pereira, que aceitou o desafio de me orientar na metade do processo, pela dedicação e por me ensinar sobre a rigorosidade teórico-metodológica.

Às mulheres do MMTR do Sertão Central de Pernambuco. Particularmente a Vanete Almeida e as coordenadoras e participantes do movimento no Município de Serra Talhada, que me abriram as portas de sua organização, de suas casas e de suas vidas.

A minha família e aos/as amigos/as de Recife e da Argentina que estiveram atentos/as a este processo. Dentre eles/as destaco especialmente às pessoas que estiveram mais próximas. A Janaiky pelos cuidados e as leituras atentas deste trabalho. A Silvia e Fiorella pela compreensão e o apoio constantes.

A CNPQ que, através do programa PEC-PG, concedera-me a bolsa que me permitiu estudar no Brasil e a PROPESQ da UFPE pelo auxílio econômico que me possibilitou participar do Seminário Latinoamericano de Escolas de Serviço Social no Equador.

À solidariedade de brasileiros/as, múltiplas vezes expressada. Particularmente aos/as trabalhadores/as que com suas contribuições mantém a Universidade pública e gratuita.

RESUMO

Esta dissertação aborda as imbricações de classe e gênero nos processos organizativos relacionados ao acesso à terra. A pesquisa visou compreender de que forma a participação das mulheres no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais tem contribuído para gerar mudanças em relação ao acesso e controle da terra no Sertão Central de Pernambuco, Brasil. Partindo do pressuposto de que os entraves das mulheres rurais para ter acesso à terra estão determinados por relações de classe e gênero, o estudo se baseia no referencial teórico - metodológico do materialismo histórico dialético e os estudos de gênero que abordam esta perspectiva. A pesquisa é de caráter qualitativo, e teve como universo as participantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Município de Serra Talhada. A igualdade formal de direitos em relação à terra tem sido necessária mas não suficiente para as mulheres rurais. No decorrer da pesquisa se constataram alguns processos históricos que determinam o acesso das mulheres à terra. Por um lado, as relações de classe, mediadas pela organização que representa os interesses dos/as trabalhadores/as em relação aos grandes proprietários da terra; por outro lado, as mudanças e permanências nas relações de gênero, particularmente a partir da organização das trabalhadoras rurais. Ambos os processos desafiam a dupla militância das trabalhadoras rurais em relação a: os movimentos sociais rurais que abrangem homens e mulheres; os programas de reforma agrária; os arranjos na transmissão patriarcal do patrimônio familiar; os suportes ideológicos que desqualificam as mulheres como trabalhadoras e fortalecem a fragmentação das classes subalternas.

Palavras-chave: Terra. Classe. Gênero. Questão Agrária. Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

RESUMEN

Esta disertación aborda las imbricaciones de clase y género en los procesos organizativos relacionados al acceso a tierra. La investigación apuntó a comprender de qué forma la participación de las mujeres en el Movimiento de Mujeres Trabajadoras Rurales ha contribuido para generar cambios en relación al acceso y control de la tierra en el *Sertão* Central de Pernambuco, Brasil. Partiendo del presupuesto de que los obstáculos de las mujeres rurales para tener acceso a la tierra están determinados por relaciones de clase y género, el estudio se basa en el referencial teórico - metodológico de materialismo histórico dialéctico y los estudios de género que abordan esta perspectiva. La investigación es de carácter cualitativo, y tuvo como universo las participantes del Movimiento de Mujeres Trabajadoras Rurales en el Municipio de *Serra Talhada*. La igualdad formal de derechos en relación a la tierra ha sido necesaria pero no suficiente para las mujeres rurales. En el transcurso de la investigación se constataron algunos procesos históricos que determinan el acceso de las mujeres a la tierra. Por un lado, las relaciones de clase, mediadas por la organización que representa los intereses de los/as trabajadores/as en relación a los grandes propietarios de tierra; por otro lado, los cambios y permanencias en las relaciones de género, particularmente a partir de la organización de las trabajadoras rurales. Ambos procesos desafían la doble militancia de las trabajadoras rurales en relación a: los movimientos sociales rurales que contemplan a hombres y mujeres; los programas de reforma agraria; los acuerdos en la transmisión patriarcal del patrimonio familiar; los soportes ideológicos que descalifican las mujeres como trabajadoras y fortalecen la fragmentación de las clases subalternas.

Palabras clave: Tierra. Clase. Género. Cuestión Agraria. Movimiento de Mujeres Trabajadoras Rurales

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APG – Análise e Políticas de Gênero

Bird – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento.

Cecor – Centro de Educação Comunitária e Rural

CNBB – Confederação Nacional de Bispos do Brasil

CNTR – Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Codevasf – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

Conab – Companhia Nacional de Abastecimento

Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

Fetape – Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco

Fetraf – Federação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

Funrural – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural

Funtepe – Fundo da Terra de Pernambuco

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

II PRRA-PE – Segundo Plano Regional de Reforma Agrária em Pernambuco

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

ITR – Imposto Territorial Rural

Mama – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia

MIQBC – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

MMTR – NE – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PCB – Partido Comunista do Brasil

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PT – Partido dos Trabalhadores

Rede LAC – Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Supra – Superintendência de Política e Reforma Agrária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1:	
As formas sociais da terra: desigualdades de classe e gênero	16
1.1. A propriedade da terra como relação social	18
1.2. As relações de classe e gênero na propriedade da terra	28
1.3. Capitalismo e patriarcado na questão agrária brasileira	36
CAPÍTULO 2:	
Aproximações ao campo de pesquisa	51
2.1. Sertão: história de apropriações e desapropriações	54
2.2. Organização dos trabalhadores rurais: lutas e negociações	65
2.3. A organização das trabalhadoras rurais no Sertão Central.....	74
CAPÍTULO 3:	
Terra, trabalho e participação das trabalhadoras rurais	80
3.1. A propriedade da terra	81
3.1.1. Filhas naturais da terra	81
3.1.2. Da terra do pai ou do patrão à terra própria	88
3.2. As condições e a divisão sexual do trabalho	97
3.3. A participação política das mulheres trabalhadoras rurais	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
ANEXOS	125
APÊNDICES	127

INTRODUÇÃO

O acesso e a permanência na terra são temas centrais na luta das organizações camponesas. De fato, a terra constitui o principal meio de produção e de vida das pessoas que delas participam. Porém, a concentração capitalista da terra é um fenômeno que a América vivencia desde que se integrou forçosamente ao capitalismo mercantil. Atualmente, assistimos a uma disputa entre capital e trabalho, ou seja, entre os que consideram a terra um meio de especulação financeira e lucro através da produção e aqueles que precisam dela como meio de vida e trabalho. Esses/as últimos/as estão sujeitos/as a uma instabilidade permanente, chegando, muitas vezes, a ser expulsos de suas terras em prol da agricultura empresarial.

O Brasil, com um índice de Gini¹ de 0,802 no ano 2000, comparte o lamentável privilégio de ter os maiores indicadores de desigualdade na propriedade da terra na América do Sul. No mesmo patamar se situavam, na década de 1980, outros países como o Paraguai com 0,928; a Argentina com 0,850 e o Uruguai, com 0,803 (DIEESE, 2008). Embora não existam motivos para pensar grandes mudanças nesses indicadores na atualidade, a compreensão sobre a questão agrária não se reduz à desigualdade e muito menos a uma questão quantitativa. Na minha compreensão, as disparidades na distribuição da terra comportam um dinamismo que abrange tanto as classes sociais do campo quanto uma distribuição interna nas relações de raça/etnia, gênero e geração.

No caso das mulheres, minha observação partiu da contradição entre os direitos à terra, reconhecidos formalmente pelo Estado, e sua efetivação em uma ordem capitalista e patriarcal. Segundo Bina Agarwal (*apud* DEERE; LEÓN, 2002), os direitos são “reivindicações legal e socialmente reconhecidas, que possam ser reforçadas por uma autoridade externa legitimada” (p.29).

Entretanto,

...o acesso à terra inclui não apenas os direitos à terra, mas também os meios informais de obtê-la, como tomá-la emprestada por um ciclo produtivo de um parente ou vizinho (...) o controle efetivo sobre a

¹ O índice de Gini varia no intervalo de zero a um, significando que, quanto mais próximo de um, maior é a desigualdade na distribuição, e, quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade. Os valores zero e um indicam perfeita igualdade e máxima desigualdade, respectivamente.

terra inclui o controle sobre as decisões referentes a como será utilizada e sobre os benefícios que produz.(p.35).

Carmen Deere e Magdalena León (2002) apontam os principais modos pelos quais a terra pode ser adquirida pelas mulheres rurais na América Latina: o casamento, a herança, os programas estatais e o mercado. No extenso estudo, feito em doze países, as autoras assinalam que ainda que os homens e as mulheres sejam iguais perante a lei, no sentido de que ambos têm possibilidade de obter direitos à terra, na prática, as regras consuetudinárias excluem a mulher casada e as herdeiras dos direitos efetivos à terra.

No matrimônio e na herança predominam a preferência pela titulação, administração e controle masculino. As mulheres também se deparam com preconceitos masculinos em programas estatais de distribuição de terras e para a compra no mercado, as mulheres rurais têm menos probabilidades de acesso por razões de classe e gênero.

Muitos já me perguntaram o porquê de meu interesse em pesquisar esta temática no Sertão Central de Pernambuco. Tentarei reconstruir o percurso. Durante quase uma década trabalhei em uma organização de desenvolvimento rural, em uma região da Patagônia argentina, abordando aspectos sócio-organizativos com comunidades do povo Mapuche² e particularmente com as mulheres. Essa experiência me fez valorizar qualquer tentativa de organização, por mínima e contraditória que pareça.

Conheço as distâncias que as pessoas percorrem para se reunir, compreendo o que significa deixar a produção que garante a subsistência para compartilhar com outros/as suas preocupações e anseios. Porém, entendo que as dificuldades não são somente de ordem econômica ou geográfica, são também culturais e ideológicas, por se tratar de contextos ainda muito tradicionais. Sei dos temores, dos silêncios e também das rupturas e cumplicidades que a reunião das mulheres provoca.

A partir do trabalho com grupos de mulheres mapuche, tive oportunidade de acompanhar o início de uma organização em nível regional. Essa experiência me levou a integrar a Rede Trama, rede nacional de técnicas e instituições que

² Mapuche significa “gente da terra” e é a denominação que assume a etnia que ocupa historicamente (antes da formação dos estados-nação) a região sul dos atuais territórios de Argentina e Chile.

trabalham com mulheres rurais na Argentina e, em 2005, a participar do segundo Encontro Latino-americano de Mulheres Rurais, no México.

Naquela instância latino-americana reconheci as similitudes da problemática das mulheres rurais no subcontinente e o destaque que adquire, neste contexto, a capacidade de organização das trabalhadoras rurais brasileiras em relação à conquista de direitos. Aquele encontro me permitiu conhecer também a professora Rosineide Cordeiro e a coordenação da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe (Rede Lac), com sede no Recife, que me apresentariam ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) do Sertão Central.

Ao mesmo tempo, estavam as inquietações a respeito das produções teóricas na área de Serviço Social e dos “estudos rurais” produzidos no Brasil que ingressaram na Argentina, nas últimas décadas. Porém, esses significativos aportes para uma análise crítica da realidade geravam em mim suspeitas de que tais experiências não podiam ser transpostas irreflexivamente para outro contexto, sem antes mediar as particularidades locais.

Do amplo leque de possibilidades que permitiram conciliar em um projeto todos esses interesses, optar pela terra significou considerar a centralidade que ela adquire no contexto da sociedade atual, onde se desenvolvem contraditórios processos de sujeição e de luta. A localização da pesquisa considerou, então, os critérios de viabilidade e acessibilidade. Os estudos precedentes, realizados em torno da temática das mulheres e a terra, me forneceram importantes e inquietantes elementos. Porém, em relação à América Latina, se desconsiderava a realidade argentina e, por outro lado, existem muitos e valiosos aportes realizados no Brasil, mas aprofundando a realidade do Sul e Sudeste do país.

O interesse pelos processos organizativos inseridos na “questão agrária” permitiu-me apreciar a relevância da constituição das mulheres rurais como sujeitos políticos que emergem da invisibilidade, com capacidade de articular as suas demandas e procurar respostas para suas reivindicações. Para as mulheres mapuche, envolvidas em processos de reflexão, a terra começa a pautar-se como um tema preocupante devido à legitimidade que adquiriu o fato de que as mulheres, uma vez casadas com homens pertencentes a outros lugares, não podem permanecer em suas comunidades de origem. Por conhecer as dificuldades que enfrentam as mulheres rurais para se organizar, priorizei vivenciar uma experiência que tem sido pioneira nesse aspecto e que hoje está consolidada.

A capacidade de organização e mobilização política do MMTR no Brasil³ não só tem reconhecimento, como também estimula as outras organizações na América Latina. Avaliar esse processo de avanços e recuos na reivindicação do direito à terra possibilitaria um olhar retrospectivo e alertaria outras organizações e movimentos com iguais preocupações e objetivos.

A questão agrária no Brasil oferece uma vasta história de lutas e modalidades de enfrentamento por parte do Estado, sem que mudanças substanciais tenham ocorrido⁴. Os dados do último censo agropecuário mostram que as pequenas propriedades (menos de 10 hectares), que representam 47% dos estabelecimentos rurais, ocupam 2,7% da área rural do Brasil, enquanto as grandes propriedades (mais de 1000 hectares), que representam 0,91% dos estabelecimentos, ocupam 43% da área rural total do país (IBGE – Censo Agropecuário, 2006).

O índice de Gini da Concentração Fundiária em Pernambuco atinge o valor de 0,764. Nas áreas de predominância da monocultura da cana-de-açúcar observa-se a maior concentração fundiária, em que o índice de Gini varia de 0,815 a 0,919, respectivamente, nas regiões Metropolitana do Recife e Mata. Esses índices são menores no Sertão e no São Francisco, variando nas faixas de 0,484 a 0,667 (Pernambuco, II PRRA-PE, 2008). Embora seja menor a desigualdade numérica, não têm sido menos importantes os processos de exploração - dominação que ocorreram historicamente na região do semi-árido pernambucano.

No que se refere à igualdade formal de gênero em relação ao direito à terra, na Constituição de 1988 se obteve a concessão da titularidade conjunta das terras distribuídas através de programas de reforma agrária. Porém, somente após 15 anos, mediante uma resolução do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o MMTR consegue que a titulação conjunta se torne obrigatória no

³ Rosineide Cordeiro (2008a) caracteriza o amplo movimento de mulheres trabalhadoras do Brasil, composto pelas mulheres que *provêm de movimentos mistos*: a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNTR) da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura (Contag), a Comissão de Mulheres da Federação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf) etc.; as que *provêm de movimentos autônomos*: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQBC) e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); os *grupos de mulheres apoiados por ONGs*, igrejas e instituições governamentais; as *redes e articulações* de mulheres que congregam grupos, ONGs, associações, movimentos mistos e autônomos nos âmbitos regional, nacional e internacional: Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (Mama), a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe (Rede Lac) etc.

⁴ “O índice de Gini da terra subiu 1,9% na média nacional de 1995/1996 a 2006, para 0,872 pontos” (Folha de São Paulo, 01/10/2009).

plano de reforma agrária. Contudo, os resultados quantitativos não dão conta de um avanço significativo alcançado pelas mulheres na titularidade das terras, como foi demonstrado pelo Censo da Reforma Agrária em 1996/1997, pelo último Censo Agropecuário de 2006 do IBGE e pelos dados coletados na presente pesquisa.

Aprofundando na teoria social crítica, compreendi que deveria partir da categoria propriedade da terra como síntese de múltiplas determinações, entre as que adquirem relevância, para este estudo, as relações de classe e gênero. Parti do pressuposto que a desigual distribuição da terra materializa a simbiose dos sistemas de exploração – dominação de classe, raça e gênero. Porém, devo deixar claro que, apesar de reconhecer que estes três eixos são estruturantes na formação social brasileira, não se aprofundam, neste estudo, as relações de raça. Por outro lado, no decorrer da pesquisa, compreendi que as desigualdades geracionais também adquiriam destaque em relação ao tema abordado.

Quando consideramos que existem sistemas de exploração – dominação, não negamos que historicamente houve lutas e resistências em múltiplos aspectos e âmbitos. Para isso, interessa conhecer a história dessas lutas, o processo pelo qual as reivindicações se tornam públicas e coletivas, assim como a intervenção do Estado no enfrentamento das mesmas.

A efetivação do acesso à terra garante às mulheres a permanência em seu lugar de vida e trabalho e o acesso a políticas públicas, que constituem hoje uma das reivindicações centrais do MMTR. Em pesquisa realizada recentemente por Rosineide Cordeiro (2008b), no Sertão Central de Pernambuco, observa-se que muitas dessas políticas destinadas às mulheres rurais têm como pré-requisito a titularidade da terra.

Paradoxalmente, aquelas reivindicações prioritárias para o MMTR, transformadas em políticas públicas, remetem ao problema estrutural, a propriedade da terra, o núcleo no qual se assenta o capitalismo e o patriarcado no campo e o embasamento de uma cidadania construída em função da propriedade privada e da maternidade. Se, por um lado, as mulheres trabalhadoras rurais encontram obstáculos para o acesso e controle da terra, baseadas nas relações de gênero dentro da agricultura familiar, por outro lado, quando se trata de reivindicar o acesso a terras como classe, encontram entraves dentro dos movimentos rurais mistos, que as excluem dos lugares de decisão.

Tomando como referência as pesquisas de Maria José Carneiro (2001, 2006), no sul do Brasil, a consideração da mulher como trabalhadora na agricultura e, particularmente sua condição de assalariada, assim como o valor da terra, determinaram os mecanismos de transmissão do patrimônio familiar e o acesso das mulheres à propriedade da terra. A partir daí, minhas primeiras indagações iam no sentido de compreender se a participação das mulheres nos movimentos sociais rurais constituiria mais uma ruptura que afeta os modelos de reprodução social e familiar em relação ao acesso à terra.

As mulheres do Sertão Central de Pernambuco obtiveram um reconhecimento como trabalhadoras rurais no espaço público, o qual tem significado importantes avanços. Porém, existiam lacunas em relação a se esse reconhecimento gerou mudanças nas relações de produção e de poder dentro da agricultura familiar e sobretudo em relação à propriedade da terra como principal meio de produção.

O presente estudo objetiva compreender de que forma a participação das mulheres no MMTR tem contribuído para gerar mudanças em relação ao acesso e controle da terra no Sertão Central de Pernambuco. Para isso, procuramos identificar as modalidades pelas quais as participantes do MMTR têm acesso à terra em Serra Talhada, por ser o município que fornecia maiores alternativas a respeito. Consideramos relevante, também, conhecer a história das lutas em torno da terra que ocorreram no município e analisar os principais avanços e obstáculos que se expressam nas práticas das participantes do MMTR – Sertão Central.

A pesquisa de campo implicou a permanência, durante dois meses, na região do Sertão Central de Pernambuco. Durante esse tempo realizei análise documental, observação das reuniões da coordenação do movimento e visitas às comunidades e assentamentos. Além das entrevistas pautadas com mulheres de assentamentos e comunidades rurais, efetuei entrevistas com lideranças dos principais movimentos sociais rurais da região, para entender as imbricações de classe e gênero nas lutas pela terra, no município.

A exposição desse trabalho está organizada em três capítulos. No primeiro, partimos da categoria propriedade da terra, entendendo-a como base no estabelecimento de relações de classe e gênero. Em seguida, analisamos os processos que materializam essas relações no acesso das mulheres à terra, na atualidade: a herança, os programas estatais de “distribuição” de terras e os

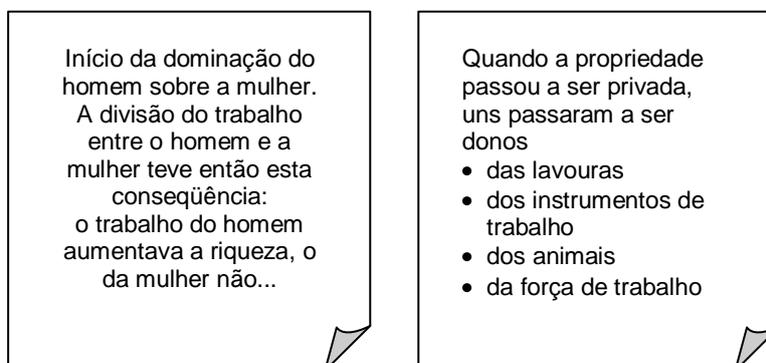
movimentos sociais mistos. Reconstruindo sinteticamente as determinações históricas, mostramos as imbricações de capitalismo e patriarcado na questão agrária brasileira, desde que as lutas do campo irromperam na cena pública nordestina.

A abordagem sobre a questão agrária brasileira nos introduz no segundo capítulo, no qual serão tratadas as particularidades que esta adquire no Sertão nordestino, contexto em que se estabeleceu o *lócus* da pesquisa. Sob a denominação “aproximações sucessivas” pretendo resgatar o método que sustenta esta pesquisa. Desde as trilhas percorridas e as inquietações geradas durante o trabalho de campo, visando responder aos objetivos propostos. Com base nos dados quantitativos e qualitativos, nos aprofundamos nas determinações históricas da questão agrária no Município de Serra Talhada, com especial ênfase nas formas organizativas que os trabalhadores e trabalhadoras rurais foram consolidando.

Sempre na perspectiva de considerar as relações de classe e gênero, efetuamos, no terceiro capítulo, a análise das práticas das trabalhadoras rurais entrevistadas. Além da propriedade da terra, que permitirá distinguir entre as mulheres assentadas e as minifundistas, consideraremos a prática como trabalhadoras, que as iguala enquanto classe, e nas relações de gênero no regime de agricultura familiar. Finalmente, apontamos algumas permanências e mudanças que foram identificadas na pesquisa, a partir da participação das mulheres no MMTR – Sertão Central.

CAPÍTULO 1:

As formas sociais da terra: desigualdades de classe e gênero



Álbum seriado “História da dominação da mulher” – MMTR – Sertão Central

Durante uma capacitação sobre a temática da violência, dirigida a mulheres jovens, desenvolvida em Serra Talhada, no mês de maio de 2009⁵, as coordenadoras do MMTR do Sertão Central de Pernambuco devem apresentar sua história. Porém, decidem começar pela história da dominação da mulher, um material educativo que as assessoras prepararam no início do movimento e que uma das coordenadoras agora explica:

Antigamente não existia divisão de tarefas, viviam como nos assentamentos, sem divisão, tudo era de todos ... coletivo. Começou a divisão de tarefas e começou a dominação, a escravidão, se formam as famílias, o casal já vem de aí. As tarefas de cuidar dos filhos corresponde às mulheres. Hoje se fala que homem trabalha de agricultor, mulher não faz nada... não avançamos muito desse tempo pra cá! (...) A partir da divisão de propriedade, se divide em proprietários e nós, trabalhadores rurais... ainda existe! (...) a dominação dos proprietários ainda existe por isso eu luto por reforma agrária! (Caderno de campo, 30/05/2009).

Este breve recorte permite apreciar a continuidade nas relações sociais que se estabelecem a partir da concentração da terra, própria do modo de acumulação capitalista. Da mesma forma, o desigual acesso à propriedade da terra

⁵ Projeto: “Meninas jovens e adolescentes: conhecendo direitos e mecanismos para o enfrentamento à violência contra as mulheres”, realizado pela organização “Curumim”, em parceria com o MMTR – Sertão Central.

atinge homens e mulheres, ainda que atualmente exista uma legislação que promove a igualdade formal na titularidade da terra.

No Brasil, várias formas de reforma agrária têm sido ensaiadas, sem colocar em questão a propriedade privada mercantil da terra. Estatísticas recentes revelam que poucos avanços têm sido conseguidos em termos de redistribuição de terras. Da mesma forma, o acesso das mulheres à titularidade dos lotes da reforma agrária foi sempre em menor proporção que o dos homens, e nas áreas de propriedade minifundista prevalecem arranjos, cuja informalidade reproduz as desigualdades de gênero próprias de uma ordem patriarcal que continua priorizando os homens sobre as mulheres.

A região do Nordeste brasileiro caracteriza-se por ter uma alta concentração na propriedade da terra, mas também conta com uma história de lutas, particularmente no Estado de Pernambuco, protagonizadas pelas Ligas Camponesas, os Sindicatos Rurais e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O II Plano de Reforma Agrária em Pernambuco confirma esta continuidade:

A redemocratização do País possibilitou a reorganização dos movimentos sociais no campo, que hoje são em número de 14 em Pernambuco, e provocou a reação das organizações patronais, de modo que não é surpresa que Pernambuco lidere os conflitos pela terra, resquíio cultural arraigado por força da concentração da terra, que significa a concentração do poder político e econômico, do mando e desmando, influenciando fortemente no destino da vida das pessoas. Acrescente-se a este cenário uma estrutura fundiária perversa e as relações injustas de trabalho entre as classes patronal proprietária e a grande massa de trabalhadores que tem como fonte de subsistência a venda da força de trabalho (Pernambuco. II PRRA-PE, 2008).

Essa publicação indica que a área onde predomina a tensão social é a Zona da Mata pernambucana, decorrente de conflitos entre proprietários e ocupantes. Contudo, a região do Sertão Pernambucano não ficou alheia ao processo de apropriação e concentração de terras desde a colonização. É muito recente a implementação de programas de reforma agrária, que não alteram substancialmente as históricas desigualdades na propriedade privada da terra.

As mulheres rurais não estiveram ausentes historicamente do trabalho na terra nem das reivindicações do campo. Porém, na década de 1980 começou a

gestar-se, no Sertão Central de Pernambuco⁶, o MMTR, reivindicando o reconhecimento da condição de trabalhadora rural, a sindicalização e os direitos previdenciários.

Em palavras de Octavio Ianni (1984), “a terra que está em causa não é uma só, homogênea. Ao contrário, é diversa, múltipla. São diferentes as formas sociais da terra, da organização das atividades produtivas, reveladas pelas pendências e conflitos” (p.181). O Município de Serra Talhada, *lócus* da presente pesquisa, ofereceu a possibilidade de conhecer a realidade dos assentamentos e das comunidades de pequenos/as proprietários/as minifundistas, em que tanto o Sindicato de Trabalhadores/as Rurais (STTR) quanto o MMTR têm ingerência.

1.1 A propriedade da terra como relação social

A propriedade da terra constitui historicamente a base material sobre a qual se sustentam o capitalismo e o patriarcado no campo. De acordo com a concepção materialista da história, o mesmo processo que gerou a apropriação privada dos meios de produção instituiu também a diferenciação de atividades e relações de dominação - subordinação entre os sexos.

Segundo Engels (2002), o desenvolvimento da agricultura e a domesticação de animais se iniciam no período pré-histórico, que o autor, apoiado no norte-americano Morgan, denominou de “barbárie”. Com a propriedade privada imóvel entrou em decadência a antiga propriedade comunal, a fixação das pessoas nos territórios fez com que o trabalho delas gerasse excedente, ou seja, foram capazes de produzir mais do que o necessário para o consumo. Para a manutenção da propriedade, era preciso certa organização familiar que garantisse aos herdeiros diretos desse proprietário ser possuidores dos bens que o pai tinha acumulado.

Ao ser o chefe da família o responsável pela criação de animais, as mercadorias e escravos que ele obtinha em troca lhe pertenciam. Enquanto o

⁶ A denominação de Sertão Central deriva da divisão territorial feita pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (Fetape) como estratégia político-sindical e que estabelece dez polos sindicais, dos quais cinco se localizam no Sertão. O polo do Sertão Central abrange treze municípios: Flores, Santa Cruz da Baixa Verde, Serra Talhada, Triunfo, Cedro, Serrita, Mirandiba, São José Belmonte, Calumbi, Terra Nova, Salgueiro, Betânia e Verdejante. Só nestes dois últimos o MMTR não tem atuação.

homem se apropriaria dos excedentes da produção, a mulher participaria do consumo, mas não da propriedade. O trabalho produtivo do homem adquiriu preponderância em relação ao trabalho doméstico da mulher, considerado uma insignificante contribuição. A divisão do trabalho na família seria a base para a distribuição da propriedade entre o homem e a mulher (ENGELS, 2002).

Diversas formas de propriedade se sucederam na história: a pequena propriedade camponesa, combinada com as terras de uso comum, e a propriedade feudal. Como assinala Acanda (2007), nas sociedades pré-modernas determinadas formas de propriedade não podiam se converter em mercadoria e ser objeto de compra e venda livremente. “Um feudo não podia ser comprado nem vendido, pois era concedido pelo monarca ao súdito e transmitido por sucessão” (ACANDA, 2007, p.116, tradução livre). A mercantilização generalizada rompeu com essa situação:

A aparição do capitalismo implicou a transformação em mercadorias de três bens fundamentais para a sociedade: a força de trabalho, a terra e a moeda. As consequências disto para a sociedade têm sido e continuam sendo dramáticas. Para dizer com mais clareza: a mercantilização da vida, da natureza e do símbolo abstrato criado para medir o valor (p.117, tradução livre).

O processo histórico no qual a terra passa a se instituir como propriedade privada, mediando novas formas de relação social, denomina-se acumulação primitiva. Este processo, que inaugura o estágio do capitalismo mercantil, separou violentamente as grandes massas de seus meios de produção na Europa e teve sua expressão na América durante o período colonial. A base desse processo esteve na expropriação da terra de populações camponesas, de um lado, e na expropriação de terras indígenas e exploração do trabalho escravo, do outro.

A descoberta de ouro e prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais, e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva (MARX, 1987, p. 868).

O objetivo, por parte dos capitalistas, era inserir a agricultura na produção em grande escala e estabelecer novas relações de produção. A agricultura se

subordinou ao capital. A expropriação da terra como meio de produção gerou um processo de concentração em mãos de uns poucos, enquanto a grande maioria se viu obrigada a ganhar sua subsistência trabalhando para outros. A propriedade privada da terra, como contrapartida da propriedade social ou coletiva, que na América estava ainda vigente com a chegada dos colonizadores, exigiu separar as pessoas de seu meio de subsistência para torná-las dependentes de quem concentrava este meio de produção de forma particular.

O modo capitalista de produção desapropria o trabalhador das condições de produção, e do mesmo modo na agricultura subtrai a propriedade ao trabalhador agrícola e subordina-o a um capitalista que explora a agricultura para conseguir lucro (MARX, 1974, p.706) (...) A própria concepção jurídica significa apenas que o proprietário lida com a terra do mesmo modo que o faz com as mercadorias o respectivo dono (p.707).

A fundamentação jurídica criada pelo capitalismo supõe a igualdade entre pessoas aparentemente iguais que podem contratar livremente no mercado, mas que provêm de condições socioeconômicas totalmente desiguais. Da mesma forma, ainda que os homens e as mulheres sejam iguais perante a lei, as relações de produção, junto com uma ideologia patriarcal imbuída nas mais diversas esferas sociais, excluem as mulheres do acesso à propriedade da terra.

Para sua transação no mercado, o preço da terra, assim como o preço do trabalho, foi definido por Marx como irracional, devido ao fato de que a terra é um bem natural, não é produto do trabalho, não pode ser reproduzida por ele e, em consequência, não tem valor nenhum (MARTINS, 1990). Mas, dentro do modo de produção capitalista, “uma coisa para ser vendida, basta que seja susceptível de monopólio e alienável” (MARX, 1974, p. 727).

A terra se transforma em mais uma mercadoria, sua finalidade não será simplesmente satisfazer as necessidades humanas, senão satisfazer as necessidades de mais-valia do capital; ao ser utilizada pelo trabalho ou pelo capital, gerará uma renda ao proprietário da terra. O preço da terra corresponde, então, a uma renda antecipada que sempre supõe uma relação entre quem trabalha diretamente a terra e que, com o excedente de seu trabalho, gera uma renda, e o proprietário da terra, a quem é destinada essa renda (MARTINS, 1990).

Marx (1974) descreve a transição entre feudalismo e capitalismo, assinalando como “ruínas” do anterior modo de produção a renda-trabalho e a renda-produto. A prestação pessoal servil ou renda-trabalho se dá quando

...durante parte da semana, o produtor direto, com instrumentos (arado, animais etc.) que lhe pertencem de fato ou de direito, lavra o terreno de que dispõe de fato e, nos outros dias da semana trabalha nas terras do solar senhorial, para o proprietário das terras, gratuitamente (p. 905).

A diferença desta com a renda-produto é que o produtor direto dispõe de todo o tempo de trabalho necessário para sua reprodução, só que uma parte desse tempo trabalhado pertence ao proprietário da terra, que o recebe em forma de produto. A renda-dinheiro supõe o desenvolvimento do mercado e da circulação de dinheiro, que permitam a venda dos produtos a um determinado valor.

O produtor imediato em vez de entregar o produto ao proprietário da terra, que pode ser o Estado ou um particular, paga-lhe o correspondente preço. Assim, não basta mais produto excedente na forma natural; é mister que ele deixe essa forma, assumindo a forma de dinheiro. O produtor, embora produza com dantes pelo menos a maior parte dos próprios meios de subsistência, tem agora de converter parte do produto em mercadoria, de produzi-lo como tal (MARX, 1974, p. 913).

Produz-se nesse momento uma transformação na relação de produção, consistindo na passagem da relação tradicional do direito consuetudinário à relação contratual do direito positivo, o arrendamento. Uma forma de transição entre a chamada “forma originária da renda” e a “renda capitalista” é o sistema de parceria, no qual o cultivador (arrendatário) provê, além de seu trabalho (próprio ou alheio), uma parte do capital de exploração, e o latifundiário, além da terra, outra parte do capital de exploração, dividindo-se o produto proporcionalmente.

Essas questões apontadas por Marx na análise da passagem do sistema feudal ao capitalismo retornam em uma fervorosa discussão no Brasil, em meados do século XX, em um contexto em que se intensificava o processo de industrialização e se redefinia o papel da agricultura dentro do projeto desenvolvimentista. Nesse contexto, aprofundaram-se as contradições no campo, levando as lutas dos trabalhadores rurais à cena pública. A emergência destes

sujeitos políticos se expressa na linguagem política da época: “não se fala mais de colonos, parceiros etc., mas em ‘camponeses” (MEDEIROS, 1989, p.14).

O intenso debate intelectual e político iniciado na década de 1950, girava em torno das diferentes interpretações sobre a formação histórica do Brasil, como isso se traduziu na estrutura agrária e quais seriam as estratégias de mudança. A vertente hegemônica do Partido Comunista do Brasil (PCB) defendia a tese de que o latifúndio brasileiro tinha uma essência feudal. Seu principal argumento era que as metrópoles transplantaram nas colônias instituições econômico-políticas que permitiram manter seu domínio e estavam baseadas no monopólio da terra.

Uma das particularidades que caracterizariam o suposto “feudalismo brasileiro” era a retribuição do trabalho em espécie, assim como a renda-trabalho e a renda-produto, consideradas próprias do regime medieval. Guimarães (2005) traduziu em denominações locais, ainda vigentes, aquelas categorias que, para Marx, marcavam a transição entre feudalismo e capitalismo na Europa. Assim, “moradores” e “agregados” corresponderiam à categoria renda-trabalho, “meeiros” e “parceiros” seriam os trabalhadores rurais da categoria renda-produto, enquanto “arrendatários” e “foreiros” representariam a categoria renda-dinheiro.

Por outro lado, a corrente dissidente do PCB, representada por Prado Júnior (2005), asseverava que não existiu feudalismo na história brasileira. Para ele, o regime de parceria implementado no Brasil dava uma remuneração ao trabalhador com parte do produto, e ao ser um tipo de salário era uma forma capitalista de relação de trabalho. Não seriam relações pessoais que interferem na transação, e sim, relações mercantis. Para Caio Prado Júnior, as formas extorsivas de exploração do trabalho não podem ser denominadas feudais, senão remanescentes da escravidão.

Discutia-se se o interesse primordial do trabalhador do campo seria ter a propriedade da terra ou vender a sua força de trabalho. A partir desta distinção se pode inferir que, para uns, a principal luta no campo seria pela propriedade da terra, através de uma reforma agrária democrática que devia extirpar simultaneamente as relações semi-coloniais de dependência ao imperialismo e os vínculos semi-feudais de subordinação ao poder econômico, político e jurídico da classe latifundiária. Entretanto, para outros a luta era pela conquista de melhores salários e empregos, condição que igualaria os trabalhadores urbanos e rurais, derivando na luta de classes entre proletariado e burguesia.

Um ponto chave no debate, ainda vigente, é o que faz referência à consideração do campesinato como classe. Existe uma conhecida frase utilizada por Marx, referindo-se ao isolamento em que viviam os camponeses franceses nos meados do século XIX, em que questiona sua possibilidade de se constituir em uma classe em si e para si. O autor se refere aos camponeses parcelares como “as batatas de um saco formam um saco de batatas” (MARX, 1997, p. 127). Porém, no mesmo parágrafo, está contida a possibilidade e o risco histórico:

Na medida em que milhões de famílias vivem em condições econômicas de existência que as separam pelo seu modo de viver, pelos seus interesses e pela sua cultura das outras classes e as opõem a estas de modo hostil, aquelas formam uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitudes dos seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe (MARX, 1997, p. 127-128).

É preciso esclarecer que Marx (1974) caracteriza a “propriedade parcelária” como outra forma de transição entre feudalismo e capitalismo que aconteceu na Inglaterra, Suécia, França e Alemanha. “O camponês aí é proprietário livre da terra, que se patenteia instrumento principal de produção, o indispensável campo de ação de seu trabalho e de seu capital” (p.921).

Marx (1974, p.924) opta por não se referir às colônias, devido a que, nelas, o camponês independente se desenvolve em outras condições. Na América, as relações sociais baseadas na exploração – dominação assumiram outras características e dinâmicas, com a instauração do capitalismo dependente. Para Claudio Kats (1992), aqui a classe latifundiária se consolidou, em lugar de extinguir-se, e a renda da terra absorveu, em lugar de transferir, os fundos requeridos pela indústria.

Não existem dúvidas de que a propriedade da terra é central para o modo de vida e trabalho camponês porque “serve aí de base para o desenvolvimento da independência pessoal” (MARX, 1974, p.924). Porém, Marx prognostica que o desenvolvimento da grande indústria, o esgotamento do solo, a usurpação dos grandes latifundiários e a concorrência do cultivo em grande escala serão as causas de sua desapareção.

Sevilla e González (2005) denominam falsos debates, aqueles preocupados em definir se o campesinato pertencia a um regime de produção já concluído, ou se sua manutenção sob o capitalismo lhe vale a consideração também capitalista. Se constituía um modo de produção ou somente era uma sociedade parcial, portadora de uma cultura parcial. Se é mais apropriado denominá-lo camponês/a, agricultor/a familiar, ou pequeno/a produtor/a. Para estes autores, o debate de fundo surge da constatação de que o campesinato não tinha desaparecido.

As teorias clássicas do pensamento social agrário, tanto liberais quanto críticas, prognosticavam a extinção do campesinato. Para a antiga tradição de estudos camponeses, o objeto de estudo é constituído pelas repercussões da implantação do capitalismo sobre o campesinato, no Ocidente. Entretanto, as correntes surgidas em meados do século XX, que definem os camponeses como um segmento de classe de uma sociedade maior, consideram a vinculação deste ao mercado e a inter-relação com a sociedade urbano-industrial (SEVILLA; GONZÁLEZ, 2005).

Existe o risco da análise isolada do campesinato, sem considerar sua integração orgânica à totalidade social ou ignorar as conotações negativas implicadas na denominação de “camponês”, em determinados momentos da história, que levaram a procurar outras denominações despolitizadas. Em relação a este último aspecto, os autores acima mencionados identificam o campesinato como uma categoria integrada a um específico modo de uso dos recursos naturais. Mesmo fazendo referência a uma característica fundamental das lutas atuais do movimento camponês- indígena da América Latina na preservação ambiental e contra o modelo de acumulação dominante, a definição não explicita o potencial de luta e transformação do campesinato como classe.

Andrade (2000) reconhece que o termo camponês, no Nordeste do Brasil, tem duas acepções: uma mais geral, que engloba todos os que vivem e trabalham no campo, e outra de sentido restrito, que compreende aqueles que não foram ainda inteiramente expropriados dos meios de produção. Estes ainda têm controle de pequenas porções de terra, como proprietários, arrendatários ou meeiros, e cultivam-nas visando o autoabastecimento e a venda do excedente.

Para definir as classes sociais no campo precisamos considerar a propriedade ou não do principal meio de produção, a terra. Isso determinará,

também, as relações de dominação e subordinação político-ideológicas. Porém, essas relações são contraditórias, gerando dependência e resistência. Uma classe comporta certa identidade no modo de agir e pensar, porém, a apreensão das relações sociais por parte de seus membros se dá de forma diversa. Os/as trabalhadores/as não conformam uma classe homogênea, o que compartilham é sua condição de subalternidade nas relações de produção e de poder (CARDOSO, 1995). A incorporação a uma organização que represente os interesses dessa classe favorece a compreensão de quem constitui a classe adversa e a elaboração da consciência política.

Como se observa, o debate sobre as relações de classe entre camponeses e proprietários da terra vêm de muito longe. Porém, o debate que se refere às desigualdades nas relações entre homens e mulheres é relativamente recente, e mais ainda o que se refere a contextos rurais. Nas últimas décadas do século XX o conceito de gênero ganhou força em sua intenção de desnaturalizar as formas da dominação – exploração baseadas nas diferenças sexuais. Convém analisar alguns exemplos, para ilustrar a estrutura de poder fundadora da formação social brasileira, que unifica capitalismo – patriarcado – racismo.

É sabido que o monopólio da terra outorga um poder absoluto aos latifundiários. Ainda hoje leva o nome de “coronelismo” a relação coercitiva que eles exercem sobre “moradores” e “agregados” que vivem à margem das garantias legais e sujeitos às arbitrariedades dos donos da terra (MARTINS, 1990). A presença desse homem proprietário e branco no campo sintetiza um dos polos das relações sociais exploração – dominação de classe, gênero e raça. Como assinala Darcy Ribeiro (1995, p. 343), ele tinha autoridade indiscutida sobre os bens, as vidas e, frequentemente, “sobre as mulheres que lhe apetiessem”.

A estrutura agrária colonial tinha como características tanto a concentração de terras quanto de poder masculino. O matrimônio pressupunha total submissão da esposa à autoridade do marido e estabelecia limitações para a competência legal da mulher. Ao ser a propriedade comum administrada pelo marido, aumentava a dependência das mulheres. Mas, suas restrições não se limitavam ao âmbito doméstico, “por causa de seu sexo, presumia-se que todas as mulheres eram incapazes de certas atividades, como as que envolvessem liderança ou governo” (DEERE; LEÓN, 2002, p.65).

As desigualdades de gênero eram justificadas no decoro e na tradição. As mulheres desfrutariam do “privilegio da proteção”, por ser consideradas mais frágeis do que o homem. Em compensação pela proteção econômica e moral do marido, a esposa devia-lhe obediência e estava sujeita à sua autoridade em quase todos os aspectos da vida.

O morgadio, regime que tornava o primogênito homem herdeiro legal dos bens de um fazendeiro, foi outra relação de gênero e geração típica dessa formação social capitalista e patriarcal. Constitui uma das características mais importantes do regime de sesmarias: a formulação de critérios que impedissem a fragmentação da fazenda e da família. Após a extinção do morgadio, os casamentos intrafamiliares e o recurso de manutenção das terras indivisas, em comum, entre os herdeiros, baseado no consenso sobre limites e direitos aproximados de cada herdeiro, foram os recursos que os fazendeiros utilizaram para impedir essa fragmentação (MARTINS, 1990).

Compartindo a perspectiva de Clara Araújo (2000), entendo gênero como um conceito relacional, considerando que tanto o processo de dominação quanto o de emancipação envolvem relações de poder. Os conflitos entre homens e mulheres também outorgam dinamismo a estas relações, no decorrer da história. Mesmo ainda existindo mudanças nas relações de gênero em contextos específicos e através do tempo, é preciso destacar aqui o caráter histórico do patriarcado como sistema de dominação – exploração.

As autoras estadunidenses Gayle Rubin, Heidi Hartmann e a brasileira Heleieth Saffioti concordam em que o capitalismo se apoiou no patriarcado, um sistema de dominação pré-existente baseado na relação hierárquica dos homens sobre as mulheres. Porém, existem diferenças no pensamento das três autoras.

Para Rubin (1993), o patriarcado não tem a capacidade do capitalismo para distinguir entre os sistemas através dos quais as sociedades são organizadas. Para a autora, o patriarcado é apenas uma forma específica de dominação masculina no “sistema sexo-gênero”, representada por um patriarca com poder absoluto sobre esposas, crianças, rebanhos e dependentes, portanto, restrito a um período determinado da história.

Heidi Hartmann (1994) entende por patriarcado um conjunto de relações sociais que têm uma base material e no qual existem relações hierárquicas entre os homens, e uma solidariedade entre eles, que lhes permite controlar as mulheres.

Para Heleieth Saffioti (2004, p. 136), “o patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina”. A ideologia patriarcal estaria baseada em uma estrutura de poder na qual a dominação masculina prevalece em todas as áreas de convivência humana. É por isso que o patriarcado não pode ser reduzido a uma ideologia, vez que tem um substrato material que vai para além dos avanços femininos, não foi destruído. De forma dialética, a ideologia sexista se corporifica nos sujeitos que vivenciam a relação dominação –subordinação. Para a autora, os corpos são mão-de-obra, objetos sexuais ou reprodutores de seres humanos.

O patriarcado é regido por uma dinâmica que implica controle e medo, da qual não só participam os homens no disciplinamento, senão também as mulheres. Na metáfora utilizada por Heleieth Saffioti (2004): a máquina do patriarcado funciona até mesmo acionada por mulheres, ou seja, inclui também a subordinação e a obediência das mulheres em uma ordem patriarcal de gênero que impregna os modos de pensar e agir, fazendo parte do senso comum.

Heleieth Saffioti (2004) opta pela definição de “ordem patriarcal de gênero”, argumentando que gênero contemplaria a possibilidade de relações igualitárias e, portanto, é entendido como muito mais vasto que patriarcado. Neste, as relações são hierarquizadas, gerando um processo de dominação - exploração cujo valor central é o controle que permeia todas as áreas da convivência social.

Uma diferença substancial entre as duas últimas autoras analisadas radica em pensar em termos de hierarquização das duas relações, o “capitalismo patriarcal” ao qual se refere Hartmann (1994), ou o patriarcado nos termos que propõe Saffioti, como componente de uma simbiose, junto com o capitalismo e o racismo, como esquemas de dominação-exploração da ordem social vigente. Outra distinção nas análises reside na concepção dinâmica das relações sociais. Para Saffioti (2004, p.130), “o fato de o patriarcado ser um pacto entre os homens não significa que a ele as mulheres não oponham resistência”.

Tanto a teoria marxista quanto algumas vertentes da teoria feminista, como suportes para a compreensão das relações de classe e gênero, estão preocupadas em questionar as relações desiguais permeadas pelas lutas de poder. Ambas ressaltam o “projeto de negação de propriedades, expropriações e apropriações” (ARAÚJO, 2000). Outro aspecto comum é que ambas propõem a possibilidade de mudanças acionadas por sujeitos sociais, ressaltando o valor das

lutas para o movimento da história. A seguir, veremos como as relações de classe e gênero estão determinando o acesso das mulheres rurais à terra.

1.2. As relações de classe e gênero na propriedade da terra

A propriedade da terra tem gerado inúmeras análises em torno das relações de classe, porém, a discussão sobre a temática que vincula gênero e terra teve, por muito tempo, como principal referência o texto de Engels “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” (2002). Recentemente, na década de 1990, foram desenvolvidas pesquisas na temática por Bina Agarwal, no sul da Ásia, e Carmen Deere e Magdalena León, na América Latina.

Esses estudos consideram que os meios pelos quais a terra pode ser adquirida pelas mulheres são: herança, adjudicação por parte do Estado, através de planos de reforma agrária, e compra no mercado. Deere e León (2002) apresentam, em cada caso, os entraves existentes para as mulheres terem acesso à terra, sendo um dos principais o fato de que os direitos de propriedade são frequentemente cedidos pelas comunidades e pelo Estado apenas a chefes de família, os quais, em sua maioria, são homens.

Considerando a quase impossibilidade das mulheres rurais terem acesso ao mercado de terras, a coexistência de relações de classe e gênero será aqui analisada no contexto da herança e das relações que as mulheres rurais travam com o Estado. Estas últimas, mediadas pela dupla militância em movimentos próprios de mulheres e em organizações de representação da classe. A referência a essas duas modalidades remeterá necessariamente à tensão entre o público e o privado, entre os direitos formais e os direitos efetivados, entre o Estado e a sociedade civil, entre a tradição e as mudanças.

Existe o pressuposto de que a invisibilidade das mulheres rurais, tanto em nível teórico como na prática da agricultura familiar, está relacionada ao fato de que não são consideradas trabalhadoras. Seu trabalho ainda é classificado como “ajuda” ou como extensão das tarefas domésticas. Considerando que, em geral, o trabalho é analisado como análogo ao trabalho assalariado, é preciso esclarecer que o

conceito de trabalho, para o feminismo, é ampliado ao trabalho doméstico e informal, ou, em termos gerais, à “produção de vivência” (HIRATA, 2000; KERGOAT, 2002).

Em toda formação social coexistem uma produção social de bens e uma produção social de seres humanos. Para efeitos da análise se atribui à primeira o nome de “produção” e à segunda o de “reprodução” (COMBES; HAICAULT, 1986). Porém, o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres rurais reafirma que ambas as dimensões são realmente indissociáveis. São difusos os limites entre trabalho doméstico e produtivo, entre produção para consumo e para comercialização. Trabalham nas hortas, nas plantações ou com animais, enquanto cuidam dos filhos, carregam água que serve ao consumo e à produção. E todas essas atividades, das quais depende a subsistência familiar, as distanciaram historicamente da participação sociopolítica.

A divisão sexual do trabalho, segundo Danièle Kergoat (2002), “caracteriza-se pela designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva assim como, ao mesmo tempo, a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares)”. Para a autora, a divisão sexual do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres etc.) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher). Mesmo quando pessoas de ambos os sexos realizam as mesmas atividades, o valor atribuído ao trabalho de uma mulher é sempre inferior àquele atribuído ao trabalho de um homem.

Um mecanismo central na reprodução das relações de produção de geração em geração, como assinala Daniel Bertaux (1979), é a herança. Esta não consistiria na transmissão de coisas e, sim, de títulos de propriedade. Na herança, o que se transmite é uma relação: a relação de propriedade privada com esses meios de produção. Para o autor, a família, organizada em torno de práticas materiais que respondem a uma situação de classe particular, é um lugar privilegiado para analisar produção, distribuição e consumo (em termos de consumo de energia) dos seres humanos em função da distribuição dos meios de produção.

Assim, em relação ao tema abordado, para ser agricultor/a é necessário herdar a terra. Bertaux (1979) reconhece que as vidas de homens e mulheres desenrolam-se numa rede de relações diferentes, mas não estabelece maiores relações entre esse fato e a herança da terra, ao concluir que as filhas de

agricultores permanecem menos na agricultura que seus irmãos. Se existe uma distribuição de seres humanos em função da distribuição dos meios de produção, existiria também uma redistribuição no interior da classe, em termos de gênero.

Ao não se reconhecer a mulher como trabalhadora na agricultura, não é legítimo, perante a sociedade, que ela herde a terra. Embora a mulher possa herdar e possuir terra em seu nome, ela não tem controle efetivo sobre ela. (DEERE; LEÓN, 2002, p.34 - 35). A possibilidade das mulheres exercerem o controle sobre a terra está, em grande parte, relacionada ao fato de serem consideradas, ou não, como agricultoras.

Para a organização familiar camponesa, a herança da terra é uma condição fundamental de reprodução da família, pois o acesso a ela é o que garante a continuidade da unidade de produção e a reprodução entre as gerações. A lógica da patrilinealidade estabelece que a comunidade é mantida ao longo do tempo por meio da distribuição das mulheres para os homens através de residência patrilocal ou virilocal⁷. Argumenta-se que priorizar os filhos sobre as filhas tem como objetivo garantir a continuidade do patrimônio familiar (DEERE; LEÓN 2002, p. 334).

Para muitos, impor igualdade de gênero na herança da terra poderia precipitar o fim do campesinato, porque a venda do patrimônio familiar, que já é limitado, levaria ao fim da unidade de produção e reprodução e à extinção das comunidades camponesas. Ou seja, a existência de módulos mínimos de produção determina que se todos os filhos/as herdassem em partes iguais, como estabelece a lei, não se garantiria a reprodução do campesinato. Por isso se recorre a arranjos, como a venda da terra entre irmãos, a recusa de quem migrou para a cidade por trabalho ou estudo, ou mesmo de quem permanece no campo, mas teve oportunidade de ter acesso à terra por outros meios.

As pesquisas de Maria José Carneiro (2001, 2006) mostram como, diante de situações de mudanças socioeconômicas que afetam os modelos de reprodução social dos agricultores familiares, também se modificaram os padrões de transmissão do patrimônio. O acesso da mulher à terra, por herança, depende tanto da posição específica da mulher no processo produtivo quanto dos valores que sustentam esta posição e, mais particularmente, do valor da terra.

⁷ “A patrilocidade refere-se à residência de um jovem casal na casa paterna do noivo, enquanto a virilocalidade refere-se à residência nas terras recebidas através da linhagem masculina” (DEERE; LEÓN, 2002, p. 333).

Segundo este enfoque, as lógicas de transmissão da propriedade pelo sistema de herança se articulam com os sistemas de reprodução social e mudam de acordo com o contexto histórico, econômico, geográfico, institucional etc. Portanto, não podem ser entendidas dentro de uma concepção meramente formal, ou seja, da jurisprudência. Embora os direitos legais sejam importantes como uma condição para a igualdade entre homens e mulheres, eles não são, contudo, suficientes. A autora sustenta que a transmissão do patrimônio e as demais regras de acesso à terra reforçam posições diferenciadas de gênero.

Por outro lado, se as relações assalariadas têm contribuído para a individualização dentro da esfera familiar, quebrando a simbiose entre mulher e família, nas relações de trabalho familiar a esposa tem sua autonomia econômica neutralizada pelas imposições de um sistema que articula produção e parentesco. Ao se casar, ela perde a possibilidade de ter reconhecida como “trabalho” a sua participação na lavoura familiar.

Portanto, as mulheres não são legitimadas na demanda do seu direito legal à terra, tanto na herança quanto na titulação. Carmen Deere e Magdalena León (2002, p. 334), apoiando-se neste e em outros estudos, concluem que “o direito à herança seria um direito adquirido, seguindo o princípio de que a terra deveria pertencer àqueles que trabalham nela”.

Os aportes de Maria José Carneiro (2001) remetem a pensar em um espaço público impessoal para efetuar reivindicações, em contraposição a um espaço privado, onde a terra articula a produção e reprodução da agricultura familiar e, considerando as relações de poder, gera tensões e conflitos. É possível pensar que ainda devem ser conquistadas, dentro da família, novas posições que revertam as da negação “não proprietária-não trabalhadora-não autoridade”.

Para Maria Ignez Paulilo (2003), a luta das mulheres para serem consideradas “produtoras rurais” não significou necessariamente uma busca de mudança nas relações dentro do matrimônio. No âmbito privado, ser agricultora não é mais a profissão que se procura valorizar no âmbito público, é uma tarefa assumida naturalmente e que não implica tomada de decisões sobre a produção e a terra.

Considerando a dimensão cultural, não se deve esquecer que existem suportes ideológicos, morais e simbólicos que reforçam a exploração das mulheres, e talvez seja nesse nível que se manifesta com mais intensidade a simbiose

capitalismo-patriarcado, que se produz e reproduz permanentemente (COMBES; HAICAULT, 1986). As ideologias como sistemas de crenças não são um mero reflexo da realidade, mas, ao contrário, constituem a manifestação do embate de projetos, de realidades, de modos de produção e práticas sociais diferentes. Se, por um lado, tenta-se naturalizar processos sociais, por outro lado existe uma luta por consolidar novas crenças e práticas sociais.

Um exemplo citado por Saffioti (1987) é denominar de “ajuda” o trabalho das mulheres, o qual significa naturalizar a dominação. Esta autora destaca que as estruturas de dominação não se transformam meramente através da legislação, existe um sistema de ideias para justificar o presente estado de coisas. A autora afirma que a ideologia machista, como ideologia dominante, influencia também as condutas de muitas mulheres e poderíamos acrescentar que o mesmo acontece nas relações de classe. Porém, as lutas dos trabalhadores/as e das mulheres organizadas mostram, através da história, a necessidade de desnaturalizar os sistemas de crenças opressores, tanto em termos de classe quanto de gênero.

No sentido de tornar explícitos os sistemas de ideias que reconhecem a importância do direito das mulheres à terra, Carmen Deere (2004) os resume em argumentos referentes ao bem-estar da mulher e da família e aqueles que propõem o “empoderamento” da mulher. O argumento produtivista refere-se ao reconhecimento de que o direito das mulheres à terra está associado ao aumento do bem-estar das mulheres e de seus filhos, bem como à sua produtividade e, portanto, com o bem-estar de sua comunidade e sociedade. Entretanto, o argumento de “empoderamento” reconhece que os direitos das mulheres à terra são decisivos para aumentar seu poder de barganha dentro da família e da comunidade, para acabar com sua subordinação aos homens e, assim, atingir uma real igualdade entre homens e mulheres.

Considero que o acesso a recursos não garante que as mulheres exerçam o controle do mesmo, e isso mostra que também não acaba com as relações de dominação- subordinação se não mediar processos reflexivos. Os argumentos que Carmen Deere assinala estão explicitamente presentes no cotidiano das mulheres rurais, seja reforçando as tradicionais funções de mãe, esposa e dona de casa, seja potenciando capacidades individuais em detrimento das coletivas.

Segundo Deere (2004), no Brasil, a obtenção de mecanismos específicos de inclusão de mulheres na reforma agrária não foi alcançada até que os

argumentos produtivistas foram compreendidos e internalizados tanto pelo Estado como por todos os movimentos sociais rurais. Para os funcionários do Incra, o objetivo da reforma agrária é beneficiar famílias e, ao beneficiá-las (representadas pelo chefe de família), eles estão beneficiando todos os seus membros. Além disso, eles tendem a assumir que as famílias beneficiadas sejam predominantemente nucleares. Essas ideias têm funcionado, em detrimento das mulheres chefas de família, assim como das pessoas jovens solteiras.

Transcorreram doze anos, a partir do reconhecimento constitucional, para que as mulheres rurais organizadas começassem a reivindicar o direito à terra e confrontarem o Estado nessa questão, forçando o Incra a revisar seus regulamentos. Para Carmen Deere (2004), existem várias explicações para entender isso. Primeiro, considera que essa conquista foi um “subproduto” do esforço para acabar com a discriminação contra as mulheres, em todas as suas dimensões. Segundo, as mulheres organizadas começaram a participar simultaneamente de múltiplos espaços e foram muitas as prioridades desses movimentos, principalmente a previdência social. Por último, quando a falta de titularidade por parte das mulheres começou a ter consequências práticas para a consolidação dos assentamentos de reforma agrária, os direitos das mulheres à terra tornaram-se uma questão dentro do MST⁸.

Os movimentos de mulheres têm dado mostras, historicamente, da importância da prática política para o enfrentamento da exploração - dominação. Aqui adquire relevância a mediação dos movimentos sociais como prática política que promove novas formas de relação social. Mary Garcia Castro (2000) faz um histórico das reivindicações de gênero e classe que permearam a década de 1970 no Brasil, posteriormente se privilegiaram os estudos culturais e um “feminismo institucionalizado” associado às agências de governo e do capital internacional.

Uma preocupação da autora é a redução do conceito de gênero à ideia de “posição” e como tal peça chave no investimento das agências internacionais de apoio ao terceiro setor que lidam com os direitos das mulheres, sem submeter a crítica as relações sociais que se realizam no capitalismo e seus pressupostos

⁸ Alguns exemplos citados por Deere (2004): na ausência do marido, as mulheres não tinham acesso a crédito para a produção; ante a separação dos casais, o caso comum é que a pessoa com direitos à terra, o marido, permaneça na terra; se o homem desejava deixar a terra, para que esposa e filhos permanecessem em casa, como a terra está em seu nome, ele não pode ser novamente beneficiário de reforma agrária.

básicos, como hierarquia, competição e apropriação privada. No mesmo sentido, Deere e León (2002) assinalam que a política de reconhecimento afastou “o imaginário político de justiça” para longe de questões de classe, economia política e redistribuição, dando prioridade ao domínio da cultura.

Na atualidade, Mary Garcia Castro (2000) considera que se reinveste na dupla militância, que implica combinar a crítica às relações hierárquicas de dominação entre os sexos, com a crítica anticapitalista. A experiência de organizações de mulheres vinculadas a organizações mistas, mostra não apenas os custos dessa dupla militância, mas também a importância de que se reveste, para as mulheres, preservar espaços de discussão próprios. Ali são elaboradas estratégias para por fim à exploração, dominação e/ou discriminação que sofrem em diferentes âmbitos. Contudo, essas ações muitas vezes são observadas, pelos dirigentes políticos, como elementos de divisão de classe. Combes e Haicault (1986) introduzem a noção de “aliança desigual dos sexos na luta de classes”, para compreender como as relações de classe e gênero interagem nas práticas sociais.

Na Marcha das Margaridas⁹ existe uma pauta interna dirigida ao Movimento Sindical dos/as Trabalhadores/as Rurais, em que se solicita coerência à organização que, por um lado, promove a Marcha e, ao mesmo tempo, resiste à participação das mulheres na estrutura sindical. Por outro lado, quando os movimentos sociais rurais e os sindicatos apresentam suas reivindicações gerais ao governo, o benefício da terra às mulheres é percebido como um elemento de divisão.

É importante destacar que entendendo gênero a partir de uma perspectiva relacional, permeada por desigualdades de poder, às vezes mais horizontais e às vezes mais hierárquicas, sempre que há relações de dominação-exploração há conflitos, resistência e luta. Entendendo que a luta não se limita às formas coletivas, organizadas, políticas e sindicais e, sim, pode ser entendida como “toda prática que é contra – mas não necessariamente consciente – as formas de dominação.” (COMBES; HAICAULT, 1986, p.39)

⁹ A Marcha das Margaridas (em homenagem a Margarida Alves, dirigente sindical assassinada) é a principal expressão do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil. Congregou cerca de 50.000 participantes nas edições de 2000, 2003 e 2007, sob a coordenação da Comissão Nacional de Trabalhadoras Rurais da Contag (CONTAG, 2008). Considera-se que várias ações implementadas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário em favor das mulheres rurais são decorrentes das reivindicações e negociações da Marcha das Margaridas (CORDEIRO, 2008a).

Para Heidi Hartmann (1994), a resposta a porquê os homens excluem as mulheres, ao invés de organizá-las, se explica pelas relações patriarcais que surgiram anteriores ao capitalismo. O principal argumento da autora é que os homens controlavam o trabalho das mulheres e, ao fazê-lo, aprenderam técnicas de organização hierárquicas. Com o tempo, os sindicatos apoiariam mais a legislação protetora a favor das mulheres, antes do que sua organização.

Em relação ao movimento sindical rural, Deis Siqueira (1992) aponta que a ênfase na ocupação de cargos de direção por parte das trabalhadoras rurais pode ser entendida como estratégias de ocupação de espaços de poder dentro de um movimento sindical que se baseia em uma estrutura hierárquica. Dessa forma, as capacidades que as mulheres foram adquirindo no processo de luta pela sindicalização e pela aposentadoria, as legitimaria nos espaços mistos. Para a autora, “a posse da própria fala é a primeira certeza da capacidade da mulher. O uso dessa fala nos espaços tradicionalmente pertencentes aos homens – reuniões, assembleias – é uma manifestação de sua legitimidade” (SIQUEIRA, 1992, p.78).

Para Deis Siqueira (1992) e Carmen Deere (2004), a reforma agrária não é um tema que aglutine as mulheres como foram a sindicalização e os direitos previdenciários, no início do movimento. A luta foi por desvelar o trabalho das mulheres e sua conquista de espaços como sujeitos políticos. A condição de classe esteve presente desde o primeiro momento para serem reconhecidas com tal e, a partir daí, reivindicar direitos ante a própria organização e o Estado. Porém, não foram consideradas as condições em que esse trabalho se desenvolvia.

A primeira bandeira de luta do movimento de mulheres foi a do reconhecimento dela como profissional, ou melhor, como trabalhadora, para, enquanto tal, ter direito à aposentadoria, mas não se questiona que o trabalho da mulher se realiza sobre a terra que, via de regra, pertence ao marido. Se ela não é proprietária da terra, a sua relação de subordinação é mantida, seja na relação ao marido ou seja na relação a um patrão (CARNEIRO, 2006, p.12).

Como já mencionamos, o aporte fundamental de Heleieth Saffioti (1987) é apresentar a estrutura de poder que permeia todas as esferas da vida social, unificando três sistemas baseados na desigualdade: capitalismo, patriarcado e racismo. Para avançar na compreensão destas contraditórias relações, em continuação apelamos à análise histórica, que considera as imbricações de

capitalismo e patriarcado na questão agrária brasileira. Na procura para desvendar as imbricações de classe e gênero que determinam o acesso das mulheres à terra, faremos referência à histórica intervenção do Estado, aliado às classes dominantes, e, por sua vez, subordinada aos organismos internacionais de financiamento, tanto para políticas fundiárias quanto de gênero.

1.3. Capitalismo e patriarcado na questão agrária brasileira

A denominação “questão agrária” é susceptível a múltiplas interpretações. Mas, elas têm um eixo comum: a concentração fundiária como determinante da apropriação, a produção, o controle e as lutas que se geram em torno dela. A equação mais difundida sobre o que é a questão agrária (SILVA, 1981) vincula a propriedade fundiária e as relações de produção sem enfatizar a dinâmica dessas relações. Ou seja, reduz a questão agrária a uma desigualdade econômica, sem considerar a disputa política e as mudanças históricas entre quem procura o acesso à terra como meio de vida e trabalho, em contraposição a quem a considera meio de especulação.

Consideramos a questão agrária como uma expressão da contradição estrutural do capitalismo. Um sistema que produz simultaneamente concentração de riqueza e expansão da pobreza tem sua manifestação no campo e suas consequências urbanas, com o aumento da concentração da propriedade da terra por uma classe, enquanto a outra é expropriada de seu principal meio de produção e de vida. Essa desigualdade, aderindo a Fernandes (2004), gera, ao mesmo tempo, sujeição e resistência do campesinato à lógica do capital, e, portanto, implica luta de classes. Ainda registrando resistências e lutas prévias, a possibilidade de uma organização política articulada e abrangente da classe camponesa se consolidou no Brasil, na segunda metade do século XX. A atuação de partidos, igreja e sindicatos contribuíram na articulação de lutas regionais até o nível nacional em um período em que se debatem antagônicos projetos de classes.

O projeto nacional desenvolvimentista, iniciado na década de 1930, passou a ter, a partir de meados de década de 1950, um novo impulso industrializador, com predominância do capital estrangeiro e da indústria automobilística. Em contraposição, as forças populares pressionavam na direção da

reforma agrária e da expansão do mercado interno de consumo popular (SADER, 2009).

Dentro da lógica do capitalismo dependente, a burguesia industrial nascente precisava, para importar máquinas, da continuidade das exportações agrícolas que geravam divisas para seu pagamento, com o qual se inicia um processo de modernização capitalista da grande propriedade rural. Começa neste período o êxodo contínuo de mão-de-obra camponesa para alimentar a nascente indústria na cidade, constituindo-se em exército industrial de reserva. Entretanto, os/as camponeses/as que permaneciam no campo produziram, a preços baixos, alimentos para a cidade, em especial para a nascente classe operária, e matérias-primas agrícolas para o setor industrial (STEDILE, 2005)

Neste contexto, é importante compreender a dinâmica nas relações de classes e como ingressam as reivindicações das mulheres rurais por terra. Para isso, é fundamental considerar a intervenção do Estado brasileiro no decorrer de três períodos históricos, desde meados do século XX até a atualidade, no enfrentamento da questão agrária e das demandas de gênero nela inseridas.

Segundo Leonilde Medeiros (1989), os conflitos no campo emergem a partir das contradições vividas no interior do processo de trabalho, do rompimento de determinadas normas costumeiras e/ou de uma ameaça às condições de reprodução de um grupo de trabalhadores. As reivindicações centrais desde a década de 1950, no Brasil, têm sido os direitos trabalhistas, a previdência social e, principalmente, a reforma agrária.

Neste primeiro período que o Brasil atravessa por um processo democrático iniciado em 1945, diante da negação, aos trabalhadores do campo, do direito de organização e dos direitos sociais, começam a se mobilizar nas plantações de café, cana e cacau, em São Paulo, Pernambuco e Bahia, respectivamente. Também se mobilizam arrendatários, parceiros e meeiros pela redução das taxas de arrendamento e pela permanência na terra. No caso dos posseiros, se enfrentariam com grileiros¹⁰, em torno da expansão da fronteira agrícola.

Na zona canavieira de Pernambuco, o rompimento de relações tradicionais nas quais os trabalhadores pagavam a renda da terra em dinheiro (foro) ou em serviço (cambão) ao proprietário, em troca de um “sítio” onde morar e plantar

¹⁰ Grilagem: nome dado à apropriação de terras mediante falsas escrituras de propriedade.

alimentos criou condições para a emergência de importantes conflitos. Eles deram origem às Ligas Camponesas, um símbolo da luta dos trabalhadores rurais, que se iniciara com um conflito no engenho Galileia, em 1955. As Ligas Camponesas, que inicialmente eram organizações de assistência, se espalharam pelo Nordeste, reivindicando na cena pública o direito a permanecer na terra.

Ainda com uma burguesia industrial em ascensão, as tradicionais oligarquias agrárias mantinham sua forte presença no Congresso Nacional, o qual retardava a sanção de leis trabalhistas e outorgava proteção ao monopólio da terra. Os latifundiários, fortemente organizados, reivindicavam políticas de crédito, infraestrutura e medidas de apoio à produção, argumentando que isso melhoraria o padrão de vida dos trabalhadores e a consequente redução do êxodo rural.

Nesse contexto, a Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) começou a apoiar as propostas reformistas que pudessem ser efetivadas pelo governo e a orientar para a “criação de um sindicalismo cristão, afastado da luta de classes, mas defensor dos direitos dos trabalhadores e de uma reforma agrária baseada na propriedade familiar” (MEDEIROS, 1989, p.77). Uma vertente dissidente da hierarquia da Igreja, a Ação Católica, acrescentou seu protagonismo no campo, orientando sobre a formação de sindicatos que respeitassem as “exigências concretas das massas” (p.78) e disputando espaço com o PCB.

Os debates sobre a reforma agrária ampliaram-se, na medida em que aumentava a violência policial e dos proprietários de terras contra os trabalhadores. As respostas estatais expressaram-se na regulamentação da sindicalização rural, em princípios de 1962. Medeiros (1989) refere:

O poder de intervenção pelo Ministério do Trabalho, a imposição de um sindicato único por município, o funcionamento com base nos recursos provenientes do imposto sindical, uma estrutura verticalizada extremadamente rígida eram o reverso do reconhecimento do direito à sindicalização (p. 63).

Em 1963, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, que garantia direitos trabalhistas (salário-mínimo, repouso semanal remunerado, férias, licença-maternidade) aos assalariados do campo. Começou a ser gestado um projeto de alteração da estrutura fundiária do país, que daria origem, em 1964, ao Estatuto da Terra. Nesse mesmo ano, dois meses antes do golpe militar, foi reconhecida legalmente a Contag.

A intervenção do Estado, na tentativa de enfrentar as iniquidades provenientes de uma concentrada estrutura fundiária, concretizou-se através da Superintendência de Política e Reforma Agrária (Supra), criada em 1962. Porém, as medidas concretas de desapropriação dependiam de alterações constitucionais que permitiriam o pagamento das indenizações, ante o qual o bloco de representação dos proprietários da terra no Congresso Nacional impedia qualquer avanço (MEDEIROS, 1989).

O ponto extremo desta tensão sobreveio com o decreto assinado pelo presidente João Goulart, que previa a desapropriação das terras localizadas numa faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União. Esta medida é analisada por historiadores como um dos detonantes do golpe de estado de março de 1964.

No contexto latino-americano, a década de 1960 foi representada pela experiência, de esperança e ameaça simultaneamente, da revolução cubana. Vários países latino-americanos, com o subsídio dos Estados Unidos, através da denominada “Aliança para o Progresso”¹¹ implementaram programas de reforma, como forma de enfrentamento da questão agrária.

Para Veltmeyer (2008), esses programas de reforma agrária visavam um duplo objetivo político de incorporação do campesinato. Por um lado, para desviar o dissenso por canais institucionais, através dos quais poderiam ser mais facilmente cooptados pelo Estado. Por outro lado, para levar os pequenos proprietários à órbita do desenvolvimento capitalista, oferecendo-lhes uma alternativa ao socialismo.

Uma característica comum a esses programas de reforma agrária na América Latina era o pressuposto que as famílias camponesas deviam ser representadas por um chefe homem, em correspondência com as disposições dos códigos civis da época (DEERE; LEÓN, 2002). No Nordeste do Brasil, ainda que existissem lideranças como Elizabeth Teixeira, das Ligas Camponesas, ou Margarida Alves, do Sindicato de Alagoa Grande, na Paraíba (assassinada em 1983), sua inserção nos movimentos sociais do campo se realizava através dos

¹¹ Reformas agrárias substantivas tiveram lugar no Peru, de 1958 até 1974; no Brasil, de 1962 até 1964; no Chile, de 1966 até 1973; no Equador, de 1964 até 1967 (VELTMEYER, 2008). Alguns governos signatários da Aliança para o Progresso, como Argentina e Uruguai, se refugiaram nas cláusulas que eximiam os países que contaram com regimes de propriedade da terra que não fossem considerados “injustos” (DEERE; LEÓN, 2002)

maridos ou familiares. As reivindicações coletivas como mulheres e trabalhadoras não ingressaram na cena pública até a década de 1980.

Um segundo período de análise da questão agrária brasileira corresponde ao período imediatamente após a instalação do golpe militar de 1964, prelúdio do obscuro ciclo de ditaduras latino-americanas. Para além da intensa repressão sobre os movimentos sociais, tanto urbanos como rurais, foi um período no qual as lutas no campo atomizaram-se, mas não desapareceram. Nesse contexto se definiu a política econômica que daria origem ao chamado “milagre brasileiro”, vinculado à concessão de subsídios e incentivos fiscais ao capital.

Um rápido crescimento econômico, de caráter concentrador, gerou a ampliação da produção de bens de capital, a modernização do parque industrial, estimulou a modernização agrícola e a ocupação das fronteiras pelos grandes empreendimentos. Entretanto, o discurso em torno da reforma agrária, que marcou o primeiro governo militar, foi substituído pelo da colonização. Grandes projetos agropecuários foram incentivados para promover a ocupação da Amazônia pelo grande capital, em áreas muitas vezes ocupadas por posseiros migrados de outras regiões. Com isso, os conflitos se trasladaram para outros contextos.

As lutas de maior intensidade foram as dos posseiros, despejados violentamente por fazendeiros, com apoio estatal através da polícia. Entretanto, a grilagem proliferava, com a conivência das instituições judiciárias. Pouco divulgados, diante da censura aos meios de comunicação, esses conflitos foram marcados por atos de violência, como soltar o gado dos grandes proprietários na roça dos agricultores, a queima e destelhamento de casas e os assassinatos de trabalhadores (MEDEIROS, 1989).

Outro motivo de tensão no campo foi a construção de obras públicas, entre elas estradas e barragens, que atingiram um grande número de famílias, de norte a sul do país. A luta contra as barragens, entre elas as de Serrinha, PE – que faz parte de nossa área de estudo e que aprofundaremos no capítulo 2–, configura-se, segundo Grzybowski (1990), como uma luta contra a expropriação feita pelo Estado, a quem se questiona a legitimidade e legalidade instituídas.

Nesse contexto de repressão, a estratégia adotada pelo sindicalismo foi a divulgação de direitos e a organização para sua conquista. Desta forma se atingiam dois objetivos: tornar a lei espaço de disputa e ampliar espaços de organização. Os referenciais legais eram o Estatuto do Trabalhador Rural, regulador das relações

entre capital e trabalho, e o Estatuto da Terra, que permitia que os latifundiários fossem expropriados com compensações, quando isso fosse considerado de interesse social. Além disso, regulava as relações entre parceiros, arrendatários e proprietários de terra (MEDEIROS, 1989). A ação predominante era o recurso à justiça, para o qual os sindicatos montaram assessorias legais que atraíram novamente os trabalhadores em conflito.

A denominação “camponês” passou a ser considerada subversiva, associada às Ligas e ao proscrito PCB. Medeiros (1989) contextualiza o surgimento da legalizada e legitimada denominação “trabalhador rural” como uma categoria heterogênea e abrangente, ainda que não contemplasse as mulheres:

Para efeitos de enquadramento legal do Ministério de Trabalho, passou a existir somente o ‘trabalhador rural’, ‘pessoa física que exerce atividade profissional rural sob a forma de emprego ou como empreendedor autônomo, neste caso, em regime de economia individual, familiar e coletiva e sem empregados’. Institui-se assim, um único sindicato, agregando diversos grupos, com interesses imediatos distintos e, por vezes, até mesmo contraditórios, como é o caso de pequenos produtores e assalariados temporários (p.95).

Existe consenso em afirmar que a forma como se instituiu a seguridade e assistência social no campo foi uma estratégia governamental para frear as reivindicações dos sindicatos rurais. Estes benefícios faziam parte do Estatuto do Trabalhador Rural, porém, só se efetivaram em 1971, com a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), abrangendo aposentadoria por velhice ou por invalidez, pensão, auxílio funeral, serviços de saúde, serviço social. Os sindicatos, que começaram a se espalhar na década de 1970, passaram a prestar quase predominantemente assistência médica e odontológica.

Promovendo o encaminhamento dos conflitos nos marcos institucionais, o sindicalismo só secundariamente se agregou a ações que ultrapassavam esses limites, como foi o caso das ocupações de terra e dos acampamentos. Segundo Medeiros (1989), esse vai ser um ponto de disputa no interior do sindicalismo e, evidentemente, um ponto de fratura no campesinato como classe.

O Estatuto da Terra foi se tornando também alvo de críticas como instrumento capaz de promover a reforma agrária demandada pelos trabalhadores. Pouco foi realizado com relação à distribuição de terras durante o governo militar, considerando que este estava submetido à classe de proprietários da terra, seu

principal interesse era apoiar a denominada modernização do campo. Para isso, o Estado implementou um conjunto de políticas agrícolas destinadas a garantir um mercado consumidor para os novos meios de produção.

Já nos finais da década de 1970 surgiram os primeiros sinais do declínio do regime militar e do chamado “milagre econômico”. A ação do Estado sobre os conflitos combinou três dimensões: a repressiva, a intervenção regularizadora sobre algumas áreas de tensão e uma intensa propaganda sobre a realização da “maior reforma agrária do mundo”. Todas elas visavam a neutralização política dos conflitos no campo (MEDEIROS, 1989).

O início da década de 1980 trouxe à cena pública novas reivindicações: o movimento de luta pela redemocratização e pela reforma constitucional, a consolidação do movimento feminista, as ocupações realizadas pelo MST, que se expandiam no nível nacional, a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) . Surge também o MMTR, dentro do qual o Polo Sindical do Sertão Central de Pernambuco foi pioneiro. Entre as reivindicações deste último se contavam o reconhecimento do trabalho das mulheres, sua incorporação aos sindicatos e a consequente extensão dos direitos previdenciários.

Durante o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em 1984 diversos temas foram tratados, porém três emergiram com muita força e provocaram polêmica no interior do movimento sindical: a reforma agrária, a ampliação das formas de participação das bases no interior do sindicalismo e o debate sobre a natureza da ação sindical. Neste marco, se realizou o lançamento da Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária, que previa o Estatuto da Terra. Essa proposta contava com pouco apoio no interior do governo e o discurso oficial da reforma agrária com base na negociação com os proprietários como instrumento básico de reforma foi ganhando espaço.

O MMTR registrou um grande avanço naquele IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, no qual foi traçada uma estratégia para dar curso à inclusão das mulheres no sindicato. Ali se reconheceu que existem problemáticas particulares como mulher e como trabalhadora; que sua participação na luta sindical ainda não era suficiente e existia nelas um grande potencial que o sindicalismo devia propor-se ativar através de encontros, treinamentos e encaminhamentos das reivindicações específicas das mulheres (CONTAG, 1985)

Entre os objetivos do primeiro Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) incluía-se a distribuição de terras mais igualmente entre homens e mulheres. Mesmo com a oposição da oligarquia proprietária de terras, os debates sobre o PNRA levaram à inclusão deste tópico na nova Constituição do Brasil (DEERE; LEÓN, 2002, p.130). O intenso debate evidenciou o conflito que o governo militar pretendia evitar.

A correlação de forças nessa conjuntura se manifestava por um lado, na atitude reacionária dos latifundiários que, na defesa da propriedade privada, defendiam a colonização como alternativa à reforma agrária. Por parte dos trabalhadores rurais se registrou o apoio pleno à implantação de uma imediata e maciça reforma agrária baseada na desapropriação. Finalmente, a força da bancada ruralista foi maior, conseguindo introduzir no texto constitucional a proibição de desapropriação das propriedades produtivas para fins de reforma agrária (artigo 185 da Constituição Federal).

Produto de diversas ações e parcerias, o MMTR obteve a inclusão do artigo 189 na nova Constituição, o qual estabelece que, na terra a ser distribuída através de reforma agrária, “o título de domínio e concessão de uso será conferido ao homem, à mulher ou a ambos, independentemente do estado civil”. Esta disposição constitucional representava um grande avanço legal para a equidade de gênero, porém, sua aplicação prática seria limitada e mais de uma década transcorreu para que o MMTR reivindicasse esse direito ante o Estado.

O terceiro período analisado, iniciado na década de 1990, corresponde ao processo de reestruturação do capital internacional iniciado nas décadas anteriores e que teve sua materialização na contrarreforma dos Estados¹² latino-americanos, a partir do denominado “Consenso de Washington”. Uma série de medidas foram recomendadas pelos organismos financeiros, privilegiando o interesse exportador dos Estados Unidos, em favor de mercados livres e economias abertas e em prejuízo das indústrias nacionais e das políticas estatais de décadas anteriores.

¹² Behring e Boschetti (2008) utilizam este termo questionando o uso de “reforma”, por se tratar de uma apropriação indevida no contexto atual. Destituído do conteúdo redistributivo de tipo socialdemocrata, se tem reduzido a reforma a mudanças, longe do sentido histórico que adquiriu para o movimento operário, como estratégia para melhorar suas condições de vida e trabalho. No contexto europeu dos anos 1960, reforma era sinônimo de legislação social obtida pela pressão dos trabalhadores, porém no contexto atual refere-se ao desmonte das políticas de Estado em função da adaptação passiva à lógica do capital.

A classe trabalhadora do campo ocupa um lugar destacado dentre os mais desfavorecidos pela aplicação dessas medidas. Uma forte incidência nas relações de propriedade provocou um deslocamento do público para o privado, do capital nacional para o estrangeiro, da produção para a especulação. Carmen Deere e Magdalena León (2002) acrescentam que as políticas de ajustes estruturais trouxeram uma mudança nos custos de reprodução do trabalho do Estado para as famílias e, dentro das famílias, de homens para mulheres¹³.

Reduzir o déficit fiscal significou, para o setor agrícola, perder o crédito agrícola subsidiado e ter o investimento público reduzido. A privatização e o fechamento de bancos agrícolas estatais também reduziram o volume de recursos canalizados para este setor (DEERE; LEÓN, 2002). A redução do gasto público frequentemente significou fragilização ou eliminação de outros programas públicos que serviam ao setor agrícola e paralelamente se fortaleceu o terceiro setor. A concentração e centralização de empresas que controlam o processo produtivo da agricultura¹⁴, assim como o esvaziamento das políticas públicas aprofundaram os efeitos diferenciais entre pequenos e grandes produtores, estes últimos integrados ao agronegócio.

O período atual na América Latina caracteriza-se, segundo Emir Sader (2009), pela perda de legitimidade dos governos e dos “modelos neoliberais”, que sistematicamente foram derrotados nas urnas e, segundo o autor, seus sucessores procuraram legitimidade nas políticas sociais. Para Mota (2009), na atualidade se alimenta o mito do crescimento econômico com desenvolvimento social, mesmo quando se trata de políticas sociais compensatórias que não superam as históricas desigualdades sociais.

O Brasil não escapou a esse processo e, além das aparentes diferenças nas administrações do Estado lideradas por Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luis Inácio Lula da Silva, o modelo econômico foi mantido. É possível, como

¹³ Segundo Laura Duque-Arazola (2009), os tempos femininos de trabalho são objeto de usufruto gratuito por parte do Estado burguês e patriarcal, materializando a dominação e exploração do trabalho sob os argumentos da participação e valorização pública da família, corporificada na mulher.

¹⁴ Na produção e comércio de grãos, como soja, milho, trigo, arroz, girassol, estão somente Cargill, Monsanto, ADM, Dreyfuss e Bunge, que controlam os 80 % de toda a produção mundial. Nas sementes transgênicas, estão Monsanto, Novartis, Bayer e Syngenta, que controlam toda a produção. Nos lácteos, só Nestlé, Parmalat e Danone. Na produção do glifosato, matéria-prima dos pesticidas agrícolas, só duas empresas: Monsanto e Nortox. Na maquinaria agrícola também o oligopólio está repartido entre Agco, Fiat e New Holland (STEDILE, 2008).

assinala Sader (2009, p.84), achar continuidade “nos eixos da política financeira, em especial no objetivo central da estabilidade monetária (...) e no papel preponderante da exportação, com destaque para os produtos primários.”

Porém, o governo Lula caracteriza-se pela contraditória convivência da hegemonia do capital financeiro e os acordos com o agronegócio, com políticas sociais compensatórias e extensão do mercado interno de consumo de massas, a reconstituição do aparato estatal e de sua capacidade de fomento ao desenvolvimento. Um dirigente sindical realizou uma avaliação da conjuntura, assinalando as contradições do atual governo em relação à agricultura familiar e empresarial:

... agora o governo anunciou 15 bilhões para a agricultura familiar, são 4 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar com 15 bilhões. É, isso representa 20 / a agricultura patronal representa 20% disso e eles têm para essa safra 90 bilhões. Então, em termos de volume de recurso são coisas muito diferentes e a agricultura empresarial, ela recebeu todo incentivo historicamente, ela se modernizou, hoje ela não precisa de gente para trabalhar, é tudo mecanizado, sobretudo produção de grãos, a cana que é outro segmento que mais empregava / que mais empregou no Brasil também. A meta é para 2025, todas as áreas planas não vão ter mais corte de cana manual, então é uma situação bastante desagregadora (Sindicalista 1, entrevistado em 02/06/2009).

Em relação aos períodos anteriores, observamos uma continuidade no que se refere à intervenção do Estado para manter as desigualdades de classe. Se à administração Cardoso se criticava que os dados sobre o programa de reforma agrária eram pouco confiáveis, ao governo Lula se questiona a lentidão da reforma agrária. Além disso, outra das contradições de seu governo é a de difundir programas de segurança alimentar e de economia familiar, paralelamente ao incentivo ao agronegócio, expressão da hegemonia do capital financeiro internacional.

Se, para Sader (2009, p.83), “o resultado foi a melhoria generalizada do nível de vida das camadas mais pobres da população, sobretudo do Nordeste¹⁵”, para os movimentos sociais do campo, conforme o depoimento anteriormente citado, essas medidas de corte “populistas” aprofundam as históricas contradições de

¹⁵ Pesquisa Datafolha de novembro de 2008 afirma que o presidente Lula alcançou, em 2008, índices de popularidade inéditos desde a redemocratização. No Nordeste, a aprovação foi de 81% (SADER, 2009, p.86).

classe que perpassam o Estado. O MMTR registra, em seus arquivos, um recorte jornalístico¹⁶ sobre a posição presidencial frente à edição 2007 da Marcha das Margaridas; nele é explícita a estratégia de “reaproximação” aos movimentos sociais, enfatizando um discurso pautado na disputa de classes, que, podemos supor, estaria contribuindo mais para uma desmobilização dos/as trabalhadores/as rurais.

Durante a administração FHC os movimentos sociais, especialmente o MST, foram violentamente reprimidos e criminalizados. Os grandes proprietários da terra, sem abandonar a violência privada, recorreram à intervenção formal do Estado. Cresceram os despejos, as prisões ilegais e os processos judiciais contra os movimentos sociais do campo, particularmente contra o MST¹⁷. Neste sentido, pode registrar-se mais uma continuidade até os dias atuais, neste caso da mídia conservadora que, como assinala Sader (2009), com campanhas de criminalização das ocupações de terra, difundem uma imagem violenta dos sem-terra, responsabilizando-os pela violência no campo

A intervenção do Banco Mundial nos programas de reforma agrária tem justamente como objetivo explícito atenuar os efeitos sociais negativos do processo de abertura da agricultura brasileira ao mercado internacional (DOMIGOS NETO, 2004). Neste último período, a intervenção do Estado foi a favor da “reforma agrária de mercado”, ou seja, do estímulo às transações de compra e venda de terras, em detrimento da desapropriação dos latifúndios por interesse social, prevista pela Constituição. Na área de nossa pesquisa se pode observar a convivência de ambos os programas, um deles conduzido pelo Fundo de Terras de Pernambuco e o outro pelo Incra.

Para justificar as mudanças nos planos de reforma agrária, o governo FHC apontou formalmente a lentidão dos processos de desapropriação, os frequentes casos de superestimação das indenizações de imóveis desapropriados e os custos elevados dos assentamentos. Questões que, para Domingos Neto (2004), se poderiam evitar, caso existisse determinação política do governo.

Segundo Domingos Neto (2004, p. 31), o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird) testou a eficiência de sua proposta em

¹⁶ “Lula: de volta ao populismo” Jornal de Brasília, 23 de Agosto de 2007.

¹⁷ O Estado tem sido ativo no julgamento e encarceramento dos ativistas do MST; entretanto, as ações da classe proprietária em “defesa” de seus direitos de propriedade, ainda quando envolvam assassinatos ou massacres, têm logrado a impunidade legal. No governo de FHC, 163 ativistas do MST foram assassinados e, ainda, nenhum dos responsáveis foi levado ao sistema judicial (VELTEMEYER, 2008)

vários países, entre os quais o Brasil foi incluído, sob a justificativa de que a intensidade das ocupações massivas e a radicalização dos conflitos colocavam em risco os direitos de propriedade privada e os ajustes estruturais. “Uma experiência bem sucedida no Brasil seria vital para a pretendida disseminação do modelo em outros países” (DOMINGOS NETO, 2004, p.32). Assim, se implementou como projeto-piloto, no Nordeste, a “Reforma Agrária Solidária”, que se popularizou como “Cédula da Terra”. Os problemas que apresentou a experiência foram similares aos que pretendia evitar: desvios de finalidade, supervalorização de imóveis e desinformação dos beneficiários. Porém, a experiência se ampliou com o “Banco da Terra”.

O programa “Crédito Fundiário”, que hoje se implementa na área estudada, está caracterizado pelo cofinanciamento entre o Governo Federal e o Banco Mundial, e se propõe combater a pobreza rural, sendo executado mediante a descentralização político-administrativa, promovendo a negociação entre compradores (representados por associações) e vendedores da terra. Para Domingos Neto (2004):

A dinamização do mercado, por meio de financiamento público para aquisição de terras, é uma forma de valorizar o latifúndio improdutivo. Representa uma maneira disfarçada de ajuda à grande propriedade; permite ao latifundiário capitalizar-se mediante alienação das piores áreas, recebendo algumas quantias de dinheiro à vista. Não constitui mera casualidade a experiência ter-se iniciado no Nordeste brasileiro (p.35).

Neste contexto, considera-se que a titulação de terras serviria como garantia para obtenção de créditos que o Estado deixou de subsidiar, e que tornaria o setor agrícola mais dependente do sistema financeiro (DEERE; LEÓN, 2002). Em relação ao acesso das mulheres à titularidade de lotes da reforma agrária, é muito difundido o resultado do I Censo da Reforma Agrária, realizado em 1996/1997, o qual mostrou que só 12,6% dos/as beneficiários/as são mulheres. Transcorreram quinze anos para que a disposição constitucional fosse regulamentada, e isto se deveu à pressão exercida pelo MMTR, coordenado pela Contag.

A política do Banco Mundial não é “cega ao gênero”. Em 1996, inaugurou-se o “Grupo Consultivo Externo para Gênero”, formado por reconhecidas pesquisadoras sobre as relações de gênero, em resposta à campanha “Mulheres de

Olho no Banco Mundial”, lançada durante a IV Conferência Internacional sobre Mulher, Desenvolvimento e Paz, realizada em Beijing (China), no ano de 1995. Esse grupo teve limitada importância na estrutura do banco (seu estatuto é consultivo, diferente dos grupos de aconselhamento ou de trabalho) e sua dinâmica de funcionamento é insuficiente (escassas reuniões por ano e orçamento limitado para a realização de estudos). Entretanto, o banco criou internamente um grupo para a Análise e Políticas de Gênero (APG), com a função de contribuir na formulação e implementação de políticas através de pesquisa e capacitação de funcionários/as governamentais (FRANCH; BATISTA; CAMURÇA, 2001).

Os lineamentos do Banco Mundial em relação ao gênero se têm materializado em políticas públicas que priorizam o “papel reprodutivo” das mulheres como mães e esposas ou o “papel produtivo” como agentes econômicos, sobretudo na economia informal e de subsistência. O enfoque antipobreza vincula desigualdades entre homens e mulheres com a pobreza, não com as relações de gênero; portanto, tende a agrupar mulheres em projetos produtivos que gerem renda às mulheres e repercutam no maior bem-estar de suas famílias. A partir da década de 1990, o relatório do Banco Mundial em relação às mulheres aponta para seu “papel de gestoras comunitárias”, geralmente um trabalho não remunerado que contribui para aliviar os efeitos da crise econômica (LEÓN, 1996).

Se o movimento feminista pressionou para que as agências financiadoras incorporassem a perspectiva de gênero, isso ficou esvaziado de conteúdo para os governos latino-americanos que institucionalizaram as questões de gênero com a finalidade de obter financiamentos.

Como assinala Magdalena León (1996) se, por um lado, assistimos a uma abertura de espaços participativos, por outro lado a alta burocratização, o conservadorismo e a limitada função social do Estado restringem as respostas a modelos tecnocráticos, carentes do poder transformador que os movimentos sociais reclamam. A autora caracteriza os Estados latino-americanos como patriarcais, posto que resistem a alterar tanto suas práticas quanto a rígida divisão sexual do trabalho, são altamente burocratizados e com uma função social cada vez mais limitada e marginal em relação à política econômica.

Para a autora, as propostas estatais, além de satisfazer necessidades, deveriam formar uma consciência sobre as relações equitativas de gênero. Consideramos que, com as características de um Estado burguês e patriarcal, não é

de seu interesse assumir a tarefa de gerar uma consciência emancipadora, função que cabe mais aos movimentos sociais.

A função do Estado tem sido fundamental para a reprodução das relações sociais dominantes. Em cada etapa analisada foi constatado que os governos se basearam em legislações e políticas sobre as quais as classes dominantes e os organismos internacionais tinham grande influência. Nas etapas de crescimento econômico via industrialização, o Estado subsidiou os grandes proprietários para modernizar a agricultura. Isso provocou a expulsão dos trabalhadores do campo, com o apoio do aparelho repressivo estatal. No momento atual, de necessidade de realização do capital financeiro, o Estado intervém no mercado de terras, favorecendo os latifundiários em detrimento do endividamento dos trabalhadores/as rurais e acudindo à criminalização das lutas sociais.

Como explicar, então, que o Estado, contraditoriamente, tente promover a igualdade em termos de cidadania, e simultaneamente reforce a reprodução das desigualdades econômicas? O Estado atende prioritariamente aos interesses do capital, com algumas concessões ao trabalho. A ampliação dos direitos de cidadania, antes restrito aos homens proprietários, começou a ser uma resposta à reivindicação pelo movimento operário europeu por melhoras nas condições de vida e trabalho, desde o final do século XIX, quando o Estado, na fase do capitalismo monopolista, expandiu suas funções. A partir desse momento, o Estado não se limitaria a vigiar e reprimir, mas começou a intervir na economia a favor do capital, assim como no enfrentamento da “questão social”. A necessidade de um conhecimento especializado para dar essas respostas incrementou a burocratização e a tecnocracia estatal.

O Estado passou a intervir na preservação da sociedade capitalista e das relações sociais que a sustentam e, para isso, foi necessário difundir uma imagem do Estado como expressão do interesse geral. Se, por um lado, com o ingresso da classe operária organizada na cena pública, se produz um processo de democratização, que coloca em risco o poder da burguesia, por outro lado esse poder era reforçado, uma vez que as decisões políticas ficaram restritas a uma cúpula especializada em diferentes esferas sociais. A chave para a permanência da classe dominante no poder radicaria em cooptar o movimento social, já não destruí-lo, senão reconduzí-lo nos marcos da emancipação política (ACANDA, 2007).

Retomando as ideias de acesso e controle inicialmente propostas, podemos afirmar que a falta de acesso das mulheres rurais à terra tem a ver com uma desigual distribuição da propriedade da terra, tanto no que diz respeito às relações de classe quanto de gênero, em uma ordem social capitalista e patriarcal. Nas organizações sindicais, que contemplam projetos de classe, as mulheres têm estabelecido uma aliança desigual com os homens, na disputa permanente por introduzir e fazer valer suas reivindicações. Na relação com o Estado capitalista e patriarcal, essencial à manutenção das relações sociais dominantes, mesmo que existam concessões, ainda há entraves para o acesso das mulheres à terra, através dos programas de reforma agrária. Ao mesmo tempo, este acesso não garante o controle, porque remete ao exercício do poder.

Se, na ordem patriarcal de gênero, o trabalho das mulheres não é considerado produtivo e a designação prioritária à reprodução lhes vedou a participação política, dificilmente elas teriam sido favorecidas na distribuição e controle da terra como meio de produção. Porém, quando as mulheres se organizam e reivindicam sua condição de trabalhadoras, se incorporam nas estruturas de representação de classe, em que condições enfrentam as reivindicações por terra? Esta questão será tratada nos próximos capítulos, com base na análise do contexto em que se desenvolveu a presente pesquisa e das entrevistas às participantes do MMTR – Sertão Central no município de Serra Talhada.

CAPÍTULO 2:

Aproximações ao campo de pesquisa

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central tem uma área de influência que corresponde a onze municípios. A denominação de Sertão Central corresponde à divisão territorial realizada pela Fetape, que tem Serra Talhada como cidade-polo (Anexo A). Como já afirmado, o campo de pesquisa foi delimitado a esse município por fornecer maior quantidade de modalidades de acesso à terra.

A Secretária Executiva da Rede Lac e Assessora do MMTR – Sertão Central facilitou os primeiros contatos institucionais com o Centro de Educação Comunitária e Rural (Cecor) e com o polo Sertão Central da Fetape. Destes, o primeiro contribuiu com o conhecimento de assentamentos e comunidades, enquanto o segundo me proporcionou o acesso aos arquivos do movimento, que se encontram na sua sede. Por outro lado, a progressiva proximidade e o conhecimento com as coordenadoras do município de Serra Talhada me propiciaram o acesso ao Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR).

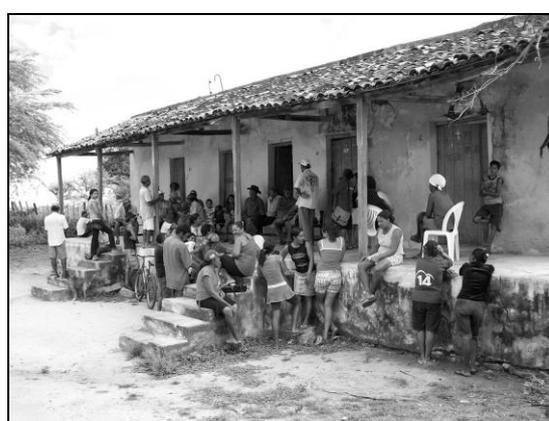
No que se refere à documentação analisada na primeira etapa, a informação mais relevante foi aquela referente aos “perfis dos assentamentos/comunidades”¹⁸, elaborados pela equipe técnica do Cecor para o projeto Dom Helder Câmara. Tive acesso aos nove formulários dos assentamentos e comunidades do Município de Serra Talhada nos quais o Cecor realiza assistência técnica. No histórico sobre a formação de cinco assentamentos se relata o protagonismo dos proprietários da terra na organização das associações para a compra de suas próprias terras através do programa Cédula da Terra (Apêndice A).

Na aproximação às comunidades junto com o Cecor, foram observadas as reuniões e participei de visitas aos sítios, às roças ou hortas, segundo a atividade planejada pelos técnicos para esse dia. Foram especialmente importantes, nesse momento, as conversações informais com as mulheres que vivenciaram determinadas questões em relação à terra. Muitas delas, são titulares dos lotes nos

¹⁸ Um formulário que contém os traços mais significativos da comunidade rural ou assentamento em termos de produção, condições de vida da população (água, moradia, infraestrutura, serviços básicos etc.), organização social, um breve diagnóstico e um planejamento.

assentamentos por sugestão do Incra, justificando que, em caso de separação, elas ficariam com os filhos nessa terra. Segundo essas mulheres, os homens consideram que elas literalmente “ganharam terreno” e, em alguns casos, isso gerou conflitos nos casais.

As relações que se estabelecem entre trabalhadores/as rurais com os donos da terra, assim como quem e como são tomadas as decisões em relação à titularidade da terra nos assentamentos de reforma agrária balizaram a pesquisa de campo.



Figuras 1: Paisagem rural associada à propriedade privada.
Figura 2: Reunião no Assentamento Poldrinho.

Paralelamente às visitas a algumas comunidades e assentamentos, e à participação nas reuniões da coordenação do MMTR Sertão Central, comecei a responder às indagações a respeito das diferentes modalidades de acesso à terra, no município. Construí o percurso para atingir esse objetivo, baseando-me nas indicações de diferentes pessoas.

Os técnicos do Cecor indicaram à Secretária de Políticas Agrícolas e Agrárias do STTR para fornecer informações sobre a formação e conformação dos assentamentos. De fato, ela me passou valiosas informações para compreender o panorama de acesso à terra, no município. A partir desse contato, tive acesso às Relações de Beneficiários, que me permitiram identificar o número de mulheres titulares de lotes em assentamentos de reforma agrária.

Nessa instância, foi possível comprovar que um dos principais formulários relativo à titularidade da terra, ao manter o nome de um beneficiário, desconsidera a possibilidade de que esta titularidade seja compartilhada pelo casal, sustentando a

hierarquização (Anexo B). Faz quase uma década que a pesquisa de Carmen Deere (2004) sinalizava esta situação:

Em agosto de 2001, eu descobri que apenas um formulário ficou para ser mudado, um formulário importante, a Relação de Beneficiários oficial para cada acampamento. Seguindo uma prática tradicional, essa lista ainda incluía somente uma pessoa por família. (p. 193)

O fato expressa as dificuldades da tecnocracia estatal de assumir a dinâmica social face à preservação das estruturas hierárquicas. Na procura por compreender as “diferentes formas sociais da terra”, como assinala Ianni (1984), também foram realizados contatos com o representante da Unidade Técnica do Fundo de Terras de Pernambuco (Funtepe), para conhecer mais sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário, e com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, para ter um panorama mais amplo das comunidades. No primeiro caso, não foi possível acessar a documentação sobre os assentamentos e, no segundo, obtive informação documental e a possibilidade de realizar uma entrevista ocasional com o coordenador do MST no município. Nesta, procurei conhecer as imbricações de classe e gênero dentro de outra estratégia de luta em relação à terra.

Outro caminho foi traçado, com o intuito de conhecer as principais lutas relacionadas à terra no município. Neste caso, por indicação das assessoras do movimento, realizei entrevistas com dois ex-presidentes do STTR de Serra Talhada, a quem denominarei, neste trabalho, como sindicalista 1 e sindicalista 2. Eles forneceram dados relevantes sobre a história de lutas e a implementação do Plano de Reforma Agrária no município.

As questões que guiaram os diferentes percursos e as reflexões que se desenvolverão a seguir estão determinadas pelas seguintes mediações no acesso das mulheres à terra, em uma ordem capitalista e patriarcal:

- As relações de classe e a correlação de forças que se estabelecem entre o STTR, como representação de classe no Município de Serra Talhada, e os proprietários da terra. Foram realmente os donos da terra que organizaram inicialmente as associações para acessar os programas de reforma agrária no Município? Que relação existe entre isso e a denominada reforma agrária “pacífica e negociada”, em contraposição a uma baseada no “confronto e a ocupação”?

- As mudanças e permanências nas relações de gênero, quando as mulheres acessam à titularidade da terra. Quem decide que são as mulheres as titulares dos lotes de reforma agrária? É o Incra? São os movimentos rurais, que integram tanto homens quanto mulheres? O que acontece com as decisões das mulheres? A que aprendizados prévios elas recorreram?
- Os argumentos dos movimentos sociais rurais da região para fundamentar a importância da inclusão de mulheres como titulares de lotes de reforma agrária. Por que encontram identidade com os argumentos do Incra? A titularidade das mulheres em relação à terra só tem importância por sua condição de mães, no acesso a créditos e benefícios sociais, ou, como alguém mencionou, “porque elas têm o nome limpo de dívidas”? Como ingressaram as reivindicações das mulheres por terra?
- A herança como determinante da distribuição de terras nas comunidades onde predomina a propriedade minifundiária. Que outras determinações ocorrem nessas comunidades, das quais pouco se fala?

Para responder a essas questões, será feita, neste capítulo, uma exposição histórico-contextual do campo da pesquisa para, no próximo capítulo, aprofundar a análise das práticas sociais das participantes do MMTR.

2.1. Sertão: História de desapropriações e apropriações

As primeiras desapropriações de terra de que se tem registro, na região do Sertão¹⁹ Pernambucano, foram feitas pelos colonizadores, que expulsaram os indígenas que habitavam a região (ANDRADE, 1998). Reproduzindo o regime vigente em Portugal, na época da colonização do Brasil, a terra não era propriedade do fazendeiro, mas apenas uma concessão territorial outorgada pelo Estado colonial. Os que podiam receber terras em sesmarias eram os homens, brancos e católicos (MARTINS, 1997).

O regime sesmarial contribuiu para implantar as bases de estruturas desiguais no Brasil. Mesmo as menores sesmarias eram domínios imensos,

¹⁹ “*Desertão*”: era esta a designação que os portugueses inicialmente deram à área correspondente ao atual Sertão (Ministério do Interior - Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1984).

comparados com a capacidade de utilização e cultivo de um proprietário particular. Com a forma de relação imposta, foi a nova categoria dos agregados agrícolas a responsável pela geração da riqueza dos sesmeiros. A exigência de cultivar as terras doadas era inerente à instituição das sesmarias. Considerava-se reversível ao patrimônio público a terra que não fosse utilizada, representando uma restrição ao direito de usufruto (GUIMARÃES, 2005).

As concessões outorgadas a Francisco Garcia d'Ávila e seus parentes se estendiam da Bahia até o Piauí, em uma extensão de 200 léguas. Os concessionários eram a nobreza da capitania, muitos deles representantes do próprio governo. Porém, não estavam nas mesmas condições os que realizavam a tarefa de desbravar e colonizar as terras conquistadas (GUIMARÃES, 2005). O português Agostino Nunes de Magalhães arrendou quatro fazendas à Casa da Torre, detentora do morgado de Francisco Garcia D'Ávila. Uma dessas fazendas, de nome Serra Talhada, localizava-se no centro geográfico da capitania de Pernambuco. Em abril de 1787 foram pagos os primeiros tributos por essa ocupação (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1984).

A partir daí, o comércio de gado foi impulsionando o progresso do povoado. A característica do Sertão nordestino na época foi, por um lado, o desenvolvimento da pecuária, como complemento à agroindústria exportadora do açúcar e abastecimento das cidades nascentes. Por outro lado, o Sertão absorveu os excedentes de população nos períodos de estagnação da indústria açucareira (ANDRADE, 1998, p.174).

A partir dessa incorporação do Sertão à economia de mercado é possível falar de uma renda agrária que propiciou a divisão entre um grupo usufrutuário dos ganhos da terra, mas separado da produção, e um grupo de trabalhadores da terra composto por colonos sem patrimônio, indígenas desapropriados e trabalhadores que fugiam do regime da cana de açúcar na Zona da Mata. As rendas obtidas dessas terras, e não sua exploração direta, foram a fonte de acumulação de riquezas dos Garcia D'Ávila.

Andrade (2000) assinala que, a partir da colonização começou a se formar o campesinato, entendido como a população pobre que se estabelecia em terras não juridicamente apropriadas, ou em terras apropriadas, como sitiantes, com o consentimento do proprietário. Ali desenvolveram culturas alimentícias para o

próprio sustento, pagando ao proprietário um foro²⁰, em serviços ou em mercadorias produzidas. O sistema de quarteração²¹ reproduzia as relações desiguais entre administradores dos currais e agregados.

Data de 1851 a criação de Vila Bela, a denominação que adotou o povoado antes de, em 1893 e já como município, recuperar o antigo nome de Serra Talhada. Desde meados do século XIX, logo após a instauração da Lei de Terras de 1850, que extinguiu o princípio de doação e inaugurou o mercado de terras no Brasil, começou o registro de propriedades em cartório. Durante o período de abril a dezembro de 1858, o Registro de Terras Públicas da Freguesia de Serra Talhada escriturou, tanto por compra quanto por herança, mais de 500 lotes de pequena e média extensão (MOURA, 1985, p.32).

Com a abolição da escravatura, em 1888, os ex-escravos, por não disporem de áreas para onde se transferir, tornaram-se moradores de engenhos e fazendas. Nas regiões de domínio da pecuária eles iriam formar, com os brancos pobres livres, a grande massa de agricultores que recebiam um sítio, onde cultivavam gêneros alimentícios; no período seco após a colheita, entregavam as terras cultivadas ao proprietário, a fim de que o gado usasse o restolho das plantações como alimento. Como afirma um dos dirigentes sindicais entrevistados, estas relações estenderam-se na região ao longo dos anos:

Essa situação durou por muito tempo e depois disso gerou um processo de aumento de moradores que era a base de sustentação dos grandes fazendeiros, assim esses fazendeiros se consolidaram. Muitos deles tinham 50, 100, até 200 famílias em torno daquela fazenda trabalhando. Então, na medida que foi um pouco diminuindo o processo da servidão que era chamado mão-de-obra de cambão, que fazia o serviço de graça pra poder ter o direito de morar, espécie de aluguel da terra pra poder morar ali, aí foi passando pro arrendamento, então ele não mais trabalhava dias de graça pro patrão, sim o patrão pagava baratinho, não é? , e ele pagava a renda, da produção que tirava, boa parte pagava 25% da produção, os que eram menos exigente cobravam 20% e tinha um outro sistema onde o proprietário preparava a terra, era meiação, 50% pra cada um. Então, essa foi a base da sustentação do chamado coronelismo no campo (Sindicalista 1).

²⁰ O foreiro era uma variante do morador, tinha maior independência em relação ao proprietário, não tinha obrigação de trabalhar para ele semanalmente, mas somente de pagar uma quantia anual, o foro.

²¹ Pagamento de uma quarta parte das reses nascidas (MOURA, 1985, p. 27).

Os proprietários, para garantir seu poder, controlavam os cargos públicos locais e mantinham estreitas relações com as autoridades políticas da província e, posteriormente, do estado, a fim de utilizar o poder público contra os seus dominados. Andrade (2000) assinala que uma sociedade rural em que um pequeno grupo detinha o controle da terra e explorava a grande maioria da população, exercendo sobre a mesma um forte controle, não poderia ser uma sociedade calma, pacífica e tranquila. Embora a Igreja Católica, muito ligada aos interesses dominantes da colônia, tenha contribuído, desde essa época, com mensagens de resignação²². Como afirma Andrade (2000, p.19) “a religião católica era ainda usada como veículo de intimidação da população pobre, lembrando que as diferenças sociais eram resultado da vontade de Deus”.

A forma de resistência coletiva foi representada pelo cangaço, encabeçado na região pela legendária figura de Lampião (1897 – 1938). As origens do cangaço se encontrariam nos conflitos de famílias, nas lutas pela terra, nos crimes de honra e na vingança. Ainda está vigente, no cotidiano da região, o debate em torno da figura de Lampião: se ele era um bandido ou um herói. Segundo Martins (1990), o cangaceiro era principalmente um camponês que fora expropriado, expulso por um fazendeiro, e que, em resposta, se vingava da classe, por isso suas ações envolviam um grande número de pessoas. Tudo faz supor que, com a inserção das mulheres no cangaço, na década de 1930, para além da transgressão que representaria, na época, elas mantiveram as tradicionais funções de esposas dedicadas ao cuidado de seus maridos, em troca de proteção²³.

No Estado de Pernambuco, a produção de algodão, que constituiu, durante mais de um século, o único produto comercial, gerou grandes transformações na estrutura econômica do Sertão. Isto contribuiu para o desenvolvimento das vilas e cidades, o crescimento populacional e a ocupação do território. Na segunda metade do século XIX, com o crescimento das exportações pernambucanas, grandes e pequenos proprietários foram atingidos pelas vantagens da exploração dos algodões.

Parceiros e arrendatários surgem como novas categorias que pagam a renda da terra com uma contribuição fixada anteriormente (em produção ou dinheiro)

²² Seu poder era tão forte que a historiografia de Serra Talhada é registrada como “história político-religiosa”.

²³ Ver www.fundaj.gov.br

que os tornava dependentes dos proprietários. Para estes, tratava-se de uma atividade duplamente lucrativa, que se complementava com a criação do gado, ao que servia de alimentação. A maior circulação de dinheiro estimulou o comércio e a pequena produção foi se integrando neste circuito através da venda de excedentes alimentares para consumo urbano.

Grande parte da produção algodoeira do Sertão era consumida internamente pelas indústrias artesanais, enquanto o algodão do Vale do Pajeú vinculava-se em maior proporção ao mercado externo. Essa vinculação ao mercado externo, assinala Moura (1985), foi o que determinou o volume de produção algodoeira no município de Serra Talhada. O grande empreendimento rural voltado para a exportação, além das vantagens dos preços internacionais, formava um sistema produtivo complementar com a exploração pecuária.

Com a retração da demanda internacional de algodão e, posteriormente, a concorrência da produção do sul do país, nos anos de 1930, os grandes proprietários rurais manifestam um desinteresse progressivo pela produção de algodão. Alguns venderam suas propriedades, outros investiram mais fortemente na pecuária ou no comércio. A pequena agricultura se expande, tornando-se responsável pela produção da maior parte dos alimentos para abastecimento do município.

...era um processo também que o comércio né? circulava nas cidades central como Serra Talhada, que é uma cidade-polo, que tem uma feira grande e os cinco distritos aqui por exemplo tinha feira também, e corria dinheiro, era uma vida economicamente muito mais, mais dinâmica do que hoje. Isso nos anos '60, nos anos '70, sobretudo anos 60 né? foram anos marcados, pelo certo dinamismo da agricultura, porque era o período do chamado milagre econômico, quando os bancos tinham muito dinheiro prá emprestar com juro muito barato com diminuição, com abatimento das dívidas também muito grande. A Sudene na época, por exemplo, que era a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, então, pros grandes fazendeiros ela liberava dinheiro aí em grande quantidade, muita gente enricou com o dinheiro da Sudene (Sindicalista 1).

Na década de 1970 aconteceram vários problemas interligados e cruciais para a economia da região. As possibilidades de investimento para melhorar ou substituir a produção de algodão, atacada pela praga do bicudo, foram limitadas pela falta de fomento agrícola por parte do Banco do Brasil. Isso afetou principalmente os pequenos produtores, em consonância com a expulsão maciça dos moradores das

fazendas em prol da modernização do campo propiciada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Para exemplificar este processo:

Uma fazenda que tinha lá 150 moradores, o dono, o antigo dono dessa propriedade era considerado como um dos mais, é [...] dos proprietários que melhor convivia com seus moradores, ele não era é [...] tão exigente, cobrava uma renda menor, ajudava os moradores a se afirmar, muitos moradores dele saíram de lá comprando terra em outro canto, mas aí ele ficou velho, os filhos entraram nessa política da Sudene, transformaram a fazenda numa empresa rural e 150 moradores receberam uma ordem simplesmente de sair e não tinha indenização nenhuma <<vocês saem que nós precisamos da terra prá demarcar, plantar capim e criar boi>> (Sindicalista 1)

Os impactos da expulsão da população rural não se expressaram no município até a década de 1980. A partir deste momento, a retração da população rural decorre principalmente das migrações campo-cidade, e o destino não se reduz à periferia de Serra Talhada, também inclui outras regiões do país, particularmente o Sudeste. A evolução da população urbana e rural do Município de Serra Talhada, no período 1970/2000 está explicitada na tabela 1.

Tabela 1: Evolução da população de Serra Talhada

Ano	População Residente								
	Total	Urbana				Rural			
		Absoluta	%	Homens	Mulheres	Absoluta	%	Homens	Mulheres
1970	55.774	22.729	41	10.381	12.348	33.045	59	16.323	16.722
1980	67.156	30.997	46	14.405	16.592	36.159	54	17.945	18.214
1991	72.341	43.394	60	20.097	23.297	28.947	40	14.639	14.308
2000	70.912	49.605	70	22.843	26.762	21.307	30	10.908	10.399

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1970, 1980, 1991, 2000.

É importante destacar, para efeito deste estudo, que as mulheres da área rural emigram em maior número do que os homens e isso tem seus impactos na transmissão do patrimônio familiar. A seguir, ilustramos as mudanças nas proporções da população rural e urbana do Município de Serra Talhada, nas últimas décadas.

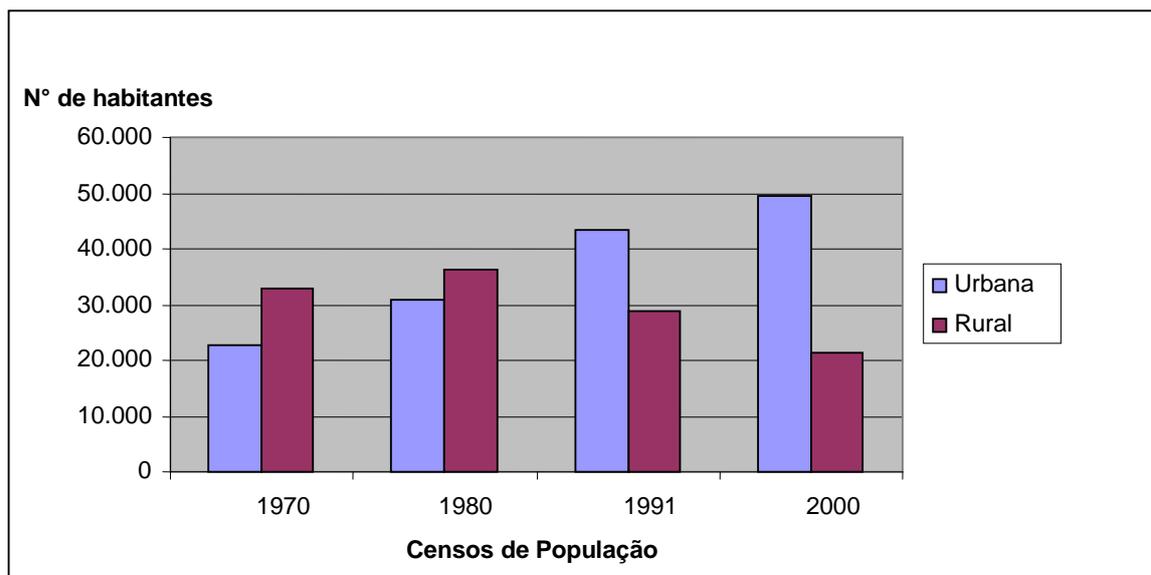


Figura 3: Evolução da população urbana e rural em Serra Talhada (elaboração própria)

Segundo o estudo realizado por Sueli Cavendish de Moura na década de 1980, cerca de 60% dos pequenos proprietários de Serra Talhada receberam a terra de herança. Alguns conseguiram acrescentar a essas áreas originais, mediante compra, outras parcelas, geralmente situadas em locais contíguos à propriedade herdada.

“Os agricultores se submetem a um regime de rigorosa poupança de modo a poder investir na compra de novas terras e, sempre que o fazem, se reduz o montante de capital disponível para os investimentos da produção” (MOURA, 1985, p. 134)

Menos da metade daqueles que aumentaram sua propriedade pela compra recorreram ao crédito hipotecário. No geral, os agricultores evitaram comprometer a sua produção futura contraindo endividamentos, optando pelo uso de recursos próprios, dos quais os exemplos mais representativos são a venda de gado ou a ampliação da escala de produção, arrendando terras a terceiros.

Os 40% restantes dos agricultores que fazem parte desse estudo acessaram à propriedade da terra pela compra. A maioria adquiriu a propriedade após anos de trabalho como “rendeiros” de grandes proprietários ou como assalariados.

Moura (1985) refere a informalidade com que acontecem as transações, seja por desconhecimento do “valor real” da propriedade no mercado, seja pelos vínculos de proximidade que caracterizam a zona rural. Neste sentido, observa-se

com muita frequência a compra e venda de terras entre membros de uma mesma família, nas quais não há intervenção de dinheiro. As situações de emergência, como as doenças dos/as agricultores/as, a perda da produção e as migrações devido à seca estimulam a compra-venda a baixos preços, contribuindo para o mercado informal de terras.

No quadro 1, a seguir, pode-se apreciar como se configuram atualmente as modalidades de acesso à terra no Município de Serra Talhada. As terras adquiridas por compra e herança conseguem igualar-se, na atualidade, e aparecem novas modalidades de acesso, a partir dos programas governamentais. Em termos percentuais, as terras adquiridas predominantemente por compra e herança se expressam em torno a 42%, entretanto as terras que foram adquiridas através dos programas de reforma agrária correspondem a 10% das terras produtivas do Município.

Quadro 1: Forma de obtenção das terras do produtor proprietário Serra Talhada, 2006

Compra de particular	Compra via crédito fundiário *	Titulação via reforma agrária, programa de reassentamento ou aguardando titulação	Herança	Doação particular	Usucapião	Outra forma	Não sabe
1.446	36	357	1.439	74	15	44	21

Fonte: IBGE. Censo agropecuário, 2006.

* Cédula da Terra, Banco da Terra, etc.

No quadro 2 se observa a distribuição e evolução por condição do produtor, no Município de Serra Talhada:

Quadro 2: Distribuição e evolução da Condição de Produtor Serra Talhada, 2006

Ano	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Estabelecimentos	Área (ha)						
1985	2.926	194.296	43	136	1.765	10.122	1.475	13.384
1996	2.456	163.243	74	664	1.008	6.251	1.093	16.839
2006	2.773	131.542	455	6.219	206	1.847	432	4.308

Fonte: IBGE. Censos agropecuários 1985, 1996, 2006

Em 2006 se acrescentou a coluna “Assentado sem titulação definitiva”²⁴ que corresponde a 278 estabelecimentos distribuídos em 8.842 ha. Poder-se-ia supor que os antigos ocupantes sejam hoje assentados. Nota-se que o número de estabelecimentos de assentamentos parece insignificante em contraste com o número próximo a 8000 habitantes, correspondente à diminuição da população rural, na última década. Isso é mais uma mostra que coloca em dúvida a efetividade da reforma agrária.

Interessa ressaltar o aumento no número de arrendatários/as, o qual poderia obedecer a um mal cadastramento em anos anteriores ou ser devido a que as modalidades parceiro e/ou ocupante tomaram formas contratuais. Em relação à distribuição da terra entre homens e mulheres, o quadro 3 mostra diferenças significativas.

**Quadro 3: Condição de produtor por sexo
Serra Talhada, 2006**

Condição do produtor	Masculino		Feminino	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (há)
Proprietário	2.489	122.830	284	9.742
Assentado sem titulação definitiva	243	7.983	33	852
Arrendatário	348	5.533	35	379
Colaborador	157	1.543	8	98
Ocupante	341	3.614	42	255
Produtor sem área	455		80	
Total	4.033	141.503	482	11.326

Fonte: IBGE. Censo agropecuário 2006

²⁴ Assentado sem titulação definitiva: No Censo Agropecuário 1995-1996 não havia esta modalidade. A condição de produtor em relação às terras do estabelecimento era expressa através das categorias: proprietário, arrendatário, parceiro (meeiro, terceiro, quartista etc) e ocupante. Alguns informantes nesta condição declararam ser “proprietários”, pelo fato de ali estarem há muito tempo a ocupar as terras, outros assim se consideravam, ainda que não houvessem obtido a documentação comprobatória referente. Para estas explicações complementares, os recenseadores, à época, foram orientados a considerar esses produtores como “ocupantes”. No Censo Agropecuário de 2006, não foram formuladas perguntas diretas e a condição do produtor em relação às terras do estabelecimento foi obtida através da composição da área do estabelecimento. Assim, o produtor informara a extensão de terras próprias, de terras arrendadas, de terras em parceria, e de terras ocupadas (pelas quais o produtor nada pagara por seu uso). Também foi inserida a categoria “terras concedidas por órgão fundiário, ainda sem título definitivo”, item em que o produtor informava a extensão das terras que o caracterizavam como “assentado sem titulação”. (www.ibge.gov.br)

Podemos observar, em todas as categorias, uma enorme diferença, por sexo, na titulação dos estabelecimentos: em torno de 10% das mulheres, em relação aos homens. Porém, em uma categoria o percentual aumenta, justamente aquela correspondente a trabalhadores/as sem a propriedade da terra.

Um dado significativo que não foi possível atualizar *in lócus* refere-se aos certificados de cadastro e notificações dos imóveis rurais do Incra. Entre os anos de 1993 e 1994, no Município de Serra Talhada existiam 810 imóveis minifundistas, numa área reduzida de 18.218 ha. Entretanto, a propriedade latifundiária no mesmo período corresponde a 22 imóveis em 27.625 ha. Esses dados permitem apreciar graficamente a desigual distribuição da terra:

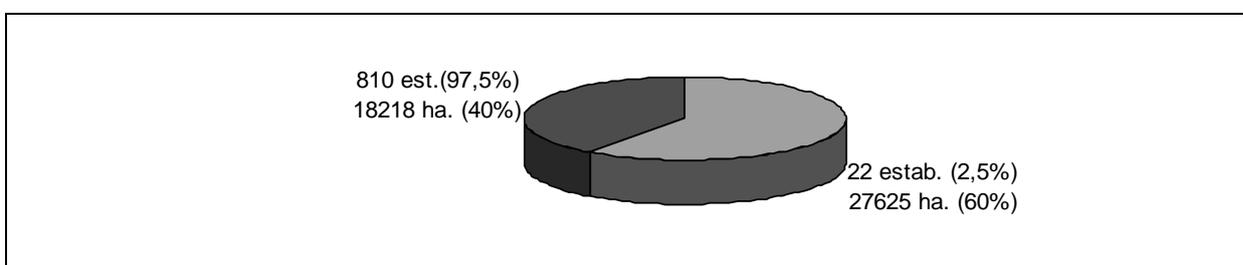


Figura 4: Distribuição da terra segundo os imóveis rurais registrados. Serra Talhada, 1993/1994. Fonte: Incra, 1994.

Os últimos censos agropecuários permitem ter a sequência histórica da concentração da propriedade da terra no Município. Porém, não especificam a quantidade de hectares em termos absolutos e os intervalos variam entre um censo e outro, o que pode ser interpretado como uma estratégia para mostrar menor concentração, quando na realidade se trata de uma mudança nos parâmetros de medição. Observamos no quadro 4 a evolução dos estabelecimentos por grupos de área.

Quadro 4: Evolução dos estabelecimentos por grupos de área Serra Talhada, 1996/2006

Ano	Estabelecimentos segundo os grupos de área total (há)						
	Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000*	2000 e mais*	Sem declaração
1996	2.337	1.930	218	108	31	7	-
2006	1.588	2.121	175	73	19	4	-

Fonte: IBGE. Censos agropecuários, 1995/6, 2006.

* No censo de 2006 se consideram menos de 2500 e 2500 e mais.

Em 1996 existia um total de 4.631 estabelecimentos, sem considerar os produtores sem área. Entretanto, em 2006 o total diminuiu para 4.515 estabelecimentos, ainda considerando os produtores sem área²⁵ que contabilizam 535. Nos últimos dez anos a área de produção agropecuária do Município permaneceu constante, no que se refere à quantidade. Porém, “as formas sociais da terra” experimentaram algumas mudanças nas relações sociais que os números não chegam a captar.

Em Serra Talhada, a grande e pequena propriedade está diferenciada pela sua localização geográfica. Nas margens do rio Pajeú se assentam as pequenas propriedades, onde a terra foi comprada em pequenas porções e, na medida em que as novas gerações cresciam, essa propriedade se subdividia. Esse é o caso dos distritos de Caiçarina da Penha e Varzinha. A área mais distante das margens do rio corresponde aos distritos de Pajeú, Serrinha e Bernardo Vieira, onde se encontram as grandes propriedades, caracterizadas como “as melhores terras do município”.

Essa distribuição geográfica da pequena e grande propriedade deu lugar a uma “distribuição de cor” em relação à terra. Um dos dirigentes sindicais entrevistados indicou que as grandes propriedades de terra concentram a população negra na condição de moradores de fazenda. Entre os pequenos proprietários predomina a população branca, que teve acesso à compra de terras em outras épocas. Fazer referência a proprietários pareceria ser um eufemismo. Na verdade, como foi indicado por outro dirigente e constatado nas entrevistas com as trabalhadoras rurais, os proprietários são poucos, quem possui o título de propriedade é o mais antigo da família. Como as famílias são numerosas, as comunidades contam mais, entre seus associados, com pessoas que não têm terra própria, “são agregados”.

²⁵ Produtor sem área: No censo agropecuário de 2006, foi identificada a existência de criação/produção agropecuária de pessoal empregado no mesmo estabelecimento, em área sujeita à administração do produtor/proprietário, toda a produção considerada como parte do estabelecimento e todos os dados colhidos integraram o único questionário aplicado ao estabelecimento. Caso tenha sido informado que a administração da referida produção não estava sob responsabilidade do produtor, um novo questionário era aberto para o empregado, como se fora um novo estabelecimento agropecuário, registrando-se todas as características referentes, todos os quantitativos e aplicados todos os parâmetros da pesquisa, além de considerar este produtor empregado como um “produtor sem área”. Esta mudança acarretou um incremento de estabelecimentos de produtor sem área. (www.ibge.gov.br)

Para além do impacto que geram os aspectos quantitativos, interessa neste estudo destacar o carácter qualitativo das relações sociais criadas a partir da terra, os conflitos, e como eles expressam as desigualdades de classe e gênero na disputa por socializar a propriedade e o poder.

2.2. Organização dos trabalhadores rurais: lutas e negociações

Para a análise sobre as principais lutas em relação à terra no Município de Serra Talhada considerarei a gênese das reivindicações em torno das quais se mobilizaram os trabalhadores rurais e as formas de organização e luta. Da mesma forma, é importante compreender as forças sociais e políticas que intervieram em aliança ou oposição aos trabalhadores rurais e as modalidades de resolução dos conflitos.

Desde 1972, ano em que foi fundado o STTR de Serra Talhada, registram-se duas grandes lutas em relação à terra, coincidentes com o período de alianças entre o poder político comandado pela ditadura militar e os donos da terra, de maior repressão aos movimentos sociais e de grandes investimentos na obra pública. Uma dessas lutas é conhecida como o “travessão de Caiçarinha da Penha”, enquanto a outra se deu em torno da construção da Barragem de Serrinha. A reforma agrária não apareceu como reivindicação nas primeiras décadas de atuação do STTR.

Nos anos 70, 80 (...) aqui no Sertão ainda era muito forte essa questão de falar de reforma agrária porque os fazendeiros aqui formavam todos uma rede de coronéis, né? então eles tinham as grandes fazendas, eles mandavam na política local, eram influentes junto ao governo do Estado, então o processo de discussão de reforma agrária ele não começa aqui no Sertão, nem em Serra Talhada, nem no Sertão, ele começa pelo Agreste, né? (...) mas aqui nós não tínhamos espaço para fazer ocupação de terra, ainda, porque na época o povo era muito assustado com os coronéis, se a gente do sindicato enfrentasse uma luta de ocupação de terra era muito perigoso o assassinato, não é? (Sindicalista 1)

Como parte da ação do movimento sindical, a intervenção se limitava a apoiar as ocupações realizadas em outros municípios vizinhos. A primeira ocupação de terra feita pelo movimento sindical foi no município de Pedra de Buíque, na

fronteira do Agreste com o Sertão. A forte intimidação por parte do “coronelismo” e uma incipiente organização dos trabalhadores seriam fatores determinantes para não levantar a bandeira da reforma agrária no Município, nessa época, e até o ingresso nos anos 2000.

Uma das lutas registradas no Município ocorreu nos distritos de Caiçarina da Penha, Varzinha e Logradouro, se estendendo desde o início da década de 1970 até meados da década de 1980. Foi um conflito que envolvia agricultores minifundistas e grandes proprietários de gado. A reivindicação passava pela construção de um travessão, uma cerca coletiva, que delimitaria em torno de 50.000 ha. de terra, para impedir o ingresso do gado nas roças dos/as agricultores/as

Pelo costume tradicional do Sertão se criava gado solto, bode, os animais tudo solto, quem queria fazer uma roça tinha que cercar, então os pequenos, eles não podiam fazer sua cerca individual, o que era que acontecia? Aí nesse meio, aqui [assinalando o mapa], tinham algumas propriedades, de 500 hectares, 1000 hectares. Eles, os pequenos, deixavam suas terras soltas, porque eles não podiam fazer horta, não podiam cercar, e arrendavam a terra da propriedade desses que tinham 500 hectares, 1000 hectares, 2000...”
(Sindicalista 1)

Os grandes proprietários da terra tinham um triplo ganho, recebiam uma renda pela terra, por 25% da produção, recebiam os restos da plantação que os agricultores deixavam após a colheita e que servia como alimento para o gado no verão e, ainda, dispunham da terra desses agricultores minifundistas para soltar seu gado no inverno.

A visão dessa situação injusta atravessou, durante uma década, diferentes tratamentos por parte do sindicato. Mais ligado a um estilo de condução que a um projeto sindical, a impossibilidade de chegar a uma resolução estaria relacionada, na perspectiva de um dos dirigentes sindicais, à falta de compromisso das lideranças com os problemas dos/as trabalhadores/as, à aliança com proprietários e dirigentes políticos, ao paternalismo. Isso perdurou até que a ação sindical atingiu formas de organização mais participativas, influenciadas pela Ação Católica.

Entretanto, o poder dos grandes proprietários da terra não deixou de intimidar essas lutas, chegando-se a suspeitas sobre a responsabilidade destes pela morte de uma liderança sindical.

Como eles sabiam que o povo não tinha ainda a consciência de assumir a luta, até hoje não se tem como provar exatamente, mas o certo é que usaram um rapaz que tinha uma intriga com esse / com a família desse rapaz na Paraíba, ainda antes que ele viesse prá cá, coisa de 18 anos atrás e esse rapaz veio aqui e matou o presidente do sindicato. Isso em 78..." (Sindicalista 1)

Para a resolução do problema que afetava estes/as trabalhadores/as rurais, o sindicato se propôs coordenar doze equipes de trabalho. Cada uma delas estava liderada, como indica o dirigente sindical pelos *"mais experientes e que eram uma espécie de figuras respeitadas na comunidade como homens de responsabilidade e credibilidade"*. Paralelamente, se fazia uso de um instrumento de comunicação (o rádio), que permitia articular outras estratégias:

...mostrar o jogo da diplomacia com os fazendeiros que eram contra também, mostrar que eles tinham direito, os trabalhadores tinham direito e eles tinham também, e nós não queríamos tirar o direito deles, agora nós teríamos que defender o direito dos trabalhadores que estavam associados no sindicato e que nós tínhamos que trabalhar sabendo que o direito de um termina quando o do outro começa (...) Então, eles não gostavam dos nossos encaminhamentos, mas tinham que respeitar, porque a gente também não entrava num processo de enfrentamento com eles e de disputa de quem é que pode mais, e quando a gente reunia o povo, o povo assumia... (Sindicalista 1)

No processo de organização, o sindicato enfatizava a necessidade do respaldo legal para aquela proposta, por parte da Câmara de Vereadores. O projeto foi aprovado, porém não seria executado naquele momento porque a Câmara alegava falta de recursos. Imediatamente se formou uma equipe para encaminhar a proposta a outras instâncias, no nível estadual e federal, até conseguir o financiamento para o projeto. Essa mobilização gerou suspeita de interesses eleitoreiros da parte sindical; assim, a prefeitura assumiu o controle do trabalho e dividiu a organização da comunidade mediante a cooptação de uma liderança, que posteriormente foi assassinada.

Mas, o travessão foi criado (...) aí ninguém teve mais conflitos não, cada um dominou seu pedaço, cada um dominou seus animais, e pronto, e cada um foi viver do que acha melhor, muitos planta mais e cria menos, outros cria mais e planta menos, cada um faz sua parte (Augusta)

O final da história, relatado por uma das habitantes dessa comunidade, mostra como se retornou a uma aparente calma, em que se prioriza preservar a produção e o patrimônio familiar. Aquela intimidação através da cooptação política e da morte, contrariamente a fortalecer a consciência política de classe, aprofundou a fragmentação da produção em regime de agricultura familiar.

Uma outra luta no Município foi por causa da construção da Barragem de Serrinha²⁶, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), aproximadamente 60 km das margens do rio foram cobertas pelas águas. Era uma área de terras férteis ocupadas por trabalhadores/as rurais que, antes da construção, foram iludidos/as com uma indenização para compensar os prejuízos ocasionados. Quando a obra terminou, verificou-se que a indenização correspondeu a um montante insignificante em relação aos danos e perdas sofridos.

O STTR de Serra Talhada, junto com a Igreja Católica, tentou um trabalho de conscientização, mesmo quando os atingidos não procuravam sua intervenção. Diante da materialização do prejuízo, a população se mobilizou e iniciou-se uma ação política que derivou em negociações para o posterior ressarcimento econômico.

Fizemos várias reuniões, mas o povo tinha uma visão seguinte: como essa barragem ela tinha sido idealizada, ela foi feito o primeiro estudo de viabilidade de solo no ano de 1958, eles achavam que essa barragem não saía nunca. Mas, quando começou de fato o processo para a construção, nós começamos na mobilização, mas eles não acreditaram. Eles só vieram acreditar que iam ter prejuízo quando os primeiros aqui foram indenizados e o que eles receberam não dava prá comprar $\frac{1}{4}$ da terra que eles tinham, prá você ter uma ideia é [...] naquela época, foi ano de '80 [...] '85 era uma inflação muito alta, quando eles viram que eles tinham sido prejudicados, eles vieram no sindicato, aí nós tivemos condição de fazer uma ocupação do canteiro de obras, parar essas atividades por 30 dias. Ficamos acampados por 30 dias prá fazer uma negociação e a indenização

²⁶ “A Barragem de Serrinha é uma obra orçada em R\$ 6 milhões. Foi projetada para acumular 311 milhões de metros cúbicos de água e possui, hoje, 110 milhões. Além da estrada de acesso, o Dnocs deverá concluir a eletrificação de 160 quilômetros quadrados (80 já realizados) além do canal de irrigação que permitirá a saída de dois mil litros de água por segundo para os 120 lotes de terras”. (Jornal do Commercio, 2 de abril de 1998).

que eles iam pagar a ele era tão barata, era tão baixa que nós conseguimos fazer uma negociação que foi reajustado em 2.300% o valor da indenização deles, então era nada que eles iam receber, então essa foi uma grande luta. (Sindicalista 1)

Nessa primeira etapa do sindicato em Serra Talhada, os trabalhadores rurais representados por ele e acompanhados pela Igreja Católica, de um lado, e os grandes proprietários da terra e o Estado, do outro, se debateram em uma luta de forças. Os primeiros brigavam para diminuir os prejuízos pela desigual distribuição e pela injusta apropriação das terras que garantiam sua subsistência. Entretanto, os latifundiários ligados ao poder político exerciam todo o seu domínio. O trabalho de conscientização e organização, de envolver a população nas reivindicações, nas mobilizações, nas ações políticas, gerou algumas conquistas. Mas, não acarretou mudanças na desigual distribuição das terras.

Nessa época, as mulheres não participavam do sindicato. Segundo um dos antigos presidentes do sindicato, a crença predominante era que a luta, entendida como “*enfrentar desafios*”, não era tema de mulheres, a quem correspondia permanecer em casa, cuidando das crianças. Uma clara expressão da divisão entre espaço público e espaço privado, com base no princípio de separação que estrutura a divisão sexual do trabalho numa ordem patriarcal de gênero. O princípio hierárquico, a valoração do trabalho dos homens sobre o das mulheres se manifesta nas assembleias, o lugar de tomada de decisões, que se realizavam com os homens, enquanto as mulheres eram inscritas como dependentes.

Chegados os anos 2000, registraram-se mudanças concretas no acesso à terra por parte dos trabalhadores rurais do Município e, em particular, das mulheres. Uma liderança sindical denomina a etapa atual como “reforma agrária pacífica” em que não existe confronto com os latifundiários. Inclusive, como relata um ex-presidente do sindicato,

...hoje os fazendeiros são quem procura o sindicato pra tentar negociar suas propriedades, então negociando a propriedade, a gente identifica aquelas pessoas da comunidade (...) o arrendatário, o morador que esteja morando lá a gente dá prioridade, esse não precisa se preocupar que ele já tem o direito garantido (sindicalista 2)

Podemos supor que a implementação da reforma agrária no Município, se inicia quando os latifundiários veem a possibilidade de vender terras desgastadas.

Pesquisas realizadas recentemente no Nordeste²⁷ confirmam a influência e a participação de políticos locais e proprietários de terra na organização e criação de associações (SAUER, 2004).

Logo após algumas experiências de organização comandada pelo poder político e econômico do Município, o STTR de Serra Talhada começou a se envolver na organização dos trabalhadores/as para garantir o acesso à terra e para intermediar na negociação com os proprietários. O tema ainda gerava disputas no interior da organização, como relata uma das entrevistadas:

O presidente não queria, dizia a eu que Serra não tem terra, e eu junto à Fetape consegui provar que Serra tem terra prá vender pros trabalhador, aí o presidente disse <<ah, mas é porque o povo é ruim da gente organizar>>, o presidente dizia isso né? E eu escutando, como tava chegando o [sindicalista 2], como tinha brigado muito antes de mim, antes de eu chegar. O [sindicalista 2] já tinha sido suplente mais próximo da direção do que eu, aí eu fui e comecei a intervir, dizendo que era importante a reforma agrária, que a gente tinha que fazer esses acampamento, não era um só, ou seja, fazer acampamento prá depois assentamento, era vários, era cinco nesse tempo, o presidente dizendo <<não tem dinheiro, não tem isso>>, aí o [sindicalista 2] disse << tem dinheiro na Fetape prá investir na reforma agrária que o governo liberou através do MDA, né? então vamos fazer>>, então quando o [sindicalista 2] disse eu também disse <<abraço a reforma agrária, eu quero>> (Cícera)

A partir de 2001, o sindicato começou a trabalhar com o apoio da Fetape e da Contag na implementação dos programas de reforma agrária. Atualmente existem, no Município, 30 assentamentos, coordenados pelo STTR. Desses, 14 correspondem a desapropriações via Incra e 16 se enquadram no programa “Crédito Fundiário” do Funtepe. No total, contabilizam 714 famílias assentadas, que correspondem, segundo as lideranças sindicais, a 2.852 pessoas. Da análise das relações de beneficiários, se depreende que cerca de 30% das titulares dos lotes de reforma agrária no Município de Serra Talhada são mulheres. Os dados dos assentamentos no Município estão explicitados na Tabela 2. É preciso esclarecer que o assentamento Vila do Pajeú no momento da pesquisa se encontrava em um processo de reintegração de posse, pelo que não tive acesso a registros.

²⁷ Pesquisa realizada por entidades do Fórum pela Reforma Agrária e da Rede Brasil, realizada entre 2000/2001 em dezesseis áreas dos estados de Ceará, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Minas Gerais, objetos de intervenção do Programa Cédula da Terra (SAUER, 2004).

Tabela 2: Dados de assentamentos coordenados pelo Sindicato dos/as Trabalhadores/as Rurais de Serra Talhada, 2009

N°	Nome do Assentamento	N° de Assentados	N° mulheres Titulares	
			Única titular	Casada
1	Antonio Baião	6	1	2
2	Barra do Exu*	27	8	12
3	Boa Vista	8	2	2
4	Cachoeira	40	4	11
5	Carnaúba do Ajudante	11	0	0
6	Catolé	22	S/D	S/D
7	Lajinha*	22	2	3
8	Mandacaru	16	1	3
9	Paraíso	28	5	6
10	Paulista	25	5	6
11	Poldrinho*	35	10	2
12	Poço do Serrote*	57	10	11
13	São Lourenço	24	0	6
14	Três Irmãos	13	1	0
15	Vila do Pajeú	100	S/D	S/D

Fonte: Relações de Beneficiários (RB) – Incra

* Assentamentos dos que têm inserção no MMTR

O MMTR do Sertão Central tem ingerência em assentamentos do Incra, ou seja, aqueles em que a terra foi obtida por desapropriação. Em relação ao programa “Crédito Fundiário”, é possível visualizar os diferentes posicionamentos dos movimentos sociais rurais que atuam na região. Para um dos dirigentes sindicais entrevistados, a proposta do crédito fundiário constitui uma antiga reivindicação da Contag como política complementar à reforma agrária em áreas menores de 15 módulos fiscais que não são legalmente desapropriáveis, o que corresponderia a uma vasta área no país. Porém, o entrevistado acrescentou,

O crédito fundiário não foi negociado para substituir a reforma agrária, ele foi negociado para ser uma política complementar, então o dirigente, o sindicato, a federação, a Contag deveriam lutar em primeiro lugar por numa política de enfrentamento do latifúndio e

como política complementar também trabalhar com o crédito fundiário onde não fosse possível a desapropriação. (sindicalista 1)

Avaliando a implementação do programa, o dirigente sindical antes citado reconhece que: *“onde o sindicato não assumiu, a Federação não assumiu e se criou grupos de operadores, não é? para agenciar, mobilizar trabalhadores para comprar terra”*.

Por outro lado, a liderança do MST se declara contrária aos programas que implicam compra de terra. Para ele,

...quem compra a terra já entra como devedor, há uma possibilidade muito maior de num futuro ele se tornar novamente um sem terra (...)
A gente acredita que o país tem um território que dá para fazer reforma agrária, dá para suprir as necessidades de todos os agricultores do país, sem ser preciso que a gente tenha que pagar por essa terra (dirigente do MST)

Para o dirigente do MST, eles não precisariam ter relação com o proprietário da terra, porque consideram-no seu adversário, e quem tem que ter contato é o Incra. Em relação à apropriação e divisão em lotes, assinalou que:

A gente é contra essa delimitação de documentação <<esse aqui me pertence>> não! É um benefício da comunidade, da associação, é um bem de todos. A gente vem lutando contra as costumes da região. Porque a gente sempre disse que o problema do Nordeste não é a seca, mas são as cercas, a gente sempre diz isso. O povo nordestino tem a cultura que quando recebe a terra imediatamente ele quer ser dono, quer ter documentação. A gente acha que não é isso que vai mudar a sua forma de vida, a gente acha que são outras coisas que vão fazer essa mudança. Por isso, a gente acaba trabalhando com essa questão de valorizar a questão da coletividade nos acampamentos, nos assentamentos, para que mude essa cultura das cercas (...) A gente também tira algumas áreas individuais para aquelas pessoas que têm vontade de trabalhar de forma diferente e tira as áreas coletivas. Então, de alguma forma a gente acaba suprimindo aquele desejo que eles têm de ter seu pedacinho, de fazer aquilo que dá na cabeça e trabalha também na coletividade, melhorando aquela visão que está trabalhando em prol de todo mundo (dirigente do MST).

Em relação às lutas pela terra acontecidas no Município, o dirigente do MST reconhece que historicamente houve poucos conflitos. Nos cinco assentamentos coordenados pelo MST, não se conta nenhum conflito direto que registrasse vítimas. Ele reconhece que se trata mais de conflito produto da mídia ou

que procuram resolução judicial, como no caso de uma área sobre a qual foram efetuados três mandatos de desapropriação.

Já emitiram a desapropriação, mas como os políticos da região são muito fortes, muito poderosos, acabaram interferindo. Então, o processo de desapropriação teve que sair daqui, da jurisdição de Serra Talhada e foi enviado ao Supremo Tribunal. A gente está esperando o resultado porque lá não tem como ele interferir. Então a luta, aqui na região, é dessa forma. Como eles têm muita referência, os políticos da região, eles acabam conseguindo atrapalhar o desenvolvimento do processo de desapropriação (dirigente do MST).

Embora, em relação à propriedade da terra e aos programas estatais os movimentos sociais rurais tenham posicionamentos divergentes, em relação aos argumentos que justificam o acesso das mulheres à terra se igualam entre si, e com o argumento que o Estado manifesta através do Incra.

Eu acho que uma grande conquista que se tem hoje é por exemplo a obrigação, isso é aprovado em lei nacional, de que o assentamento, o lote do assentamento tem que ser registrado no nome do marido e da mulher, porque tá comprovado de que nos mais diversos processos de conflito e dificuldade de administração na família, a mulher tem muito mais responsabilidade, muito mais preocupação e agregação da família, usa melhor os recursos, isso numa forma geral. A mulher ela se perde menos do que o homem nos processos administrativos e de responsabilidade social e familiar, então isso acho que é uma conquista importante (sindicalista 1)

Nós do sindicato e movimento, nós aconselha que a mulher seja a titular (...) porque o homem, ele é inconsciente em muitos aspectos, o homem pode querer se desfazer do que tem rapidamente, a mulher não, a mulher segura prá família. Então, hoje nós temos aqui em Serra Talhada, a maior parte dos assentados, as mulheres são as titulares, que a gente aconselha, que a mulher é mais segura, a mulher é mais direita, mais honesta, não vai jogar fora pra não ver seus filhos abandonados e o homem às vezes joga fora por qualquer coisa (sindicalista 2)

Antigamente só os homens eram os titulares dos lotes, hoje a maioria são as mulheres, até porque essa questão de acesso a projetos, hoje todo mundo está optando para botar como titular as mulheres. Estamos com essa metodologia (...) Na verdade eles [funcionários do Incra] não determinaram <<tem que ser as mulheres>>, mas foram trazidos muitos benefícios através da mulher, que se o homem fosse titular, a família não tem esse direito. Então, a gente está optando por botar no nome da mulher por várias questões: a mulher é mais responsável no processo de empregar os recursos, a mulher tem mais cuidado, tem a preocupação que tem filhos, o homem tem mais essa falha ainda. Então, o Incra optou por trazer esses projetos, só

quem recebe são as mulheres que são titulares e aí dentro do movimento a gente orienta que as mulheres sejam como titulares, até porque é aquela que fica mais próxima da família (dirigente do MST)

Como assinala Danièle Kergoat (2002), as qualificações das mulheres são poucas vezes reconhecidas enquanto tais. Neste caso, para as lideranças dos movimentos sociais rurais, o fato de as mulheres terem acesso à terra se deve a suas funções ligadas à reprodução e não por serem agricultoras que precisam da terra como meio para produzir. Seguindo o pensamento da autora, quando o trabalho das mulheres é invisibilizado, naturalizado, é menos qualificado. Nas argumentações enunciadas se valoriza mais as qualidades das mulheres (responsabilidade, dedicação, honestidade) do que seu trabalho de agricultora.

A luta das trabalhadoras rurais do Sertão Central de Pernambuco pelo reconhecimento da condição de trabalhadora rural tem quase três décadas. Porém, os discursos masculinos dominantes, tanto dos dirigentes como dos funcionários do Incra, se unificam para reproduzir a dominação patriarcal baseada na naturalização do trabalho das mulheres e na maternidade como principal função associada a elas. Esta dinâmica contraditória nos permite afirmar que ante cada avanço, novos desafios são postos para as mulheres trabalhadoras rurais organizadas.

2.3. A organização das trabalhadoras rurais no Sertão Central

Nos períodos de seca no semiárido nordestino, as condições de pobreza da população tornam-se mais agudas. Os intensos debates ocorridos na década de 1960 levaram a pensar que a causa da pobreza na região do semiárido não era a seca, mas a concentração dos recursos em poucas mãos. Uma das expressões dessa desigualdade foram os “saques” às feiras. O sindicato começou a promover a organização dos trabalhadores para cobrar respostas do governo. Porém, o Programa de Combate aos Efeitos da Seca, desenvolvido pelo governo federal, denominado “frente de emergência”, aprofundava ainda mais as contradições.

Nas secas acontecidas durante as décadas de 1960 e 1970, o programa contratava trabalhadores para realizar obras públicas, como estradas, grandes açudes e barragens. Porém, na grande seca acontecida entre 1978 e 1983, os recursos do programa foram destinados a obras privadas nas grandes propriedades

rurais. Ante as denúncias apresentadas pelo sindicato, de irregularidades na administração do programa, este passou a ser gerido pelas prefeituras. Uma vez mais surgiram denúncias de desvio de fundos e o programa passou a ser coordenado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) e finalmente pelo exército (CORDEIRO, 2004).

Darcy Ribeiro (1995) faz menção ao clientelismo político, o comércio e o lucro, que representaram para o latifúndio pastoril a “indústria da seca”

Apesar dos planos governamentais consignarem sempre a destinação dos açudes à irrigação das terras para os cultivos de subsistência, na forma de pequenas propriedades familiares, jamais um palmo das terras beneficiadas foi desapropriada com esse objetivo, ficando as áreas irrigáveis sob o domínio dos fazendeiros, para os usos que mais lhes convinham (p. 349).

As frentes de emergência consideravam o cadastramento só dos homens, que recebiam como retribuição metade de um salário mínimo. As mulheres podiam se inscrever se fossem chefas de família. Como meio salário não era suficiente para sustentar uma família, a estratégia adotada pelas mulheres para se inscrever foi dizer, para os administradores do programa, que eram chefas de família. Esse fato marcou o início da participação das mulheres. Uma assessora do sindicato, sensibilizada com a ausência das mulheres nas assembleias desde tempos atrás, levou a discussão sobre a situação das mulheres para dentro do sindicato.

Numa publicação que comemora os 20 anos do movimento, adquire destaque uma das suas propostas: “Reconhecer a situação da mulher, como mulher e como trabalhadora, compreendendo que a exploração que ela vive no trabalho está ligada à exploração que vive como mulher” (MMTR- Sertão Central, 2004, p.51). Reconhecer o duplo pertencimento de classe e gênero foi fundante neste movimento.

Na publicação mencionada, as participantes relatam suas condições de vida: “Enfrentamos dificuldades na agricultura familiar, na falta de terra, na falta de sementes para a época de plantio, na falta de políticas públicas voltadas para o período da seca e contra a violência”(MMTR- Sertão Central, 2004, p.15).

Mais adiante, no mesmo texto, acrescentam:

No mundo do trabalho rural, as estatísticas nos relegaram a uma mão-de-obra familiar onde não éramos contadas e nosso trabalho reduzido a ajuda. (...) acreditamos nos sindicatos como lugares importantes e estratégicos da luta pelas transformações da sociedade. Sabemos que junto com os homens trabalhadores sofremos a mesma exploração de classe. Mas sabemos também que são as mulheres, por sua condição feminina, as que sofrem a opressão de sexo e esta opressão não é compreendida, nem assumida, e não é enfrentada no movimento sindical. (...) Na produção lutamos pela valorização do nosso trabalho. No sindicato a luta é para introduzir nossas reivindicações de mulheres trabalhadoras. (MMTR – Sertão Central, 2004, p. 25)

A partir da análise, desenvolvida por Rosineide Cordeiro (2004), sobre os relatórios, documentos e publicações elaboradas pelo movimento, estabelecem-se os principais temas de discussão para as coordenadoras do movimento: questões identitárias; a vinculação com movimentos de mulheres, do local ao internacional (Rede Lac); a convivência com o semiárido (ações nas áreas de saúde, segurança alimentar, agricultura familiar); a luta por direitos sociais e políticas públicas (pelo fortalecimento da agricultura familiar e por uma política de desenvolvimento para o semiárido, pelo acesso à previdência social, saúde, educação e contra a violência que afeta as mulheres); as disputas políticas na interfase entre movimento sindical e movimento de mulheres; aspectos organizativos – operativos – metodológicos.

Com base na análise mencionada é possível identificar quatro fases na história do movimento. Desde sua formação (1982) até as lutas pré-constituintes, o movimento se vai consolidando em torno da inclusão das mulheres nos programas de emergência desenvolvidos durante o período da seca. Foi fundamental nesta etapa, afiançar sua identidade como mulher e trabalhadora, a partir do reconhecimento do seu trabalho na agricultura familiar, o qual abriu espaço a suas reivindicações para participar dos sindicatos rurais²⁸.

O segundo período abrange desde a constituinte de 1988 e se caracteriza por uma intensa atividade política, no qual o Movimento se firma como ator social na cena local e na articulação das mulheres para além do Sertão Central. Essa efervescência vai até 1994, quando se regulamenta o direito à previdência social. Nos anos seguintes, não é registrada muita atividade, até 1996, ano em que se realiza, no Ceará, o I Encontro Latino-americano e do Caribe da Mulher

²⁸ Nesse período vale registrar uma carta ao governador, na qual as mulheres reivindicam o direito à terra e a benefícios sociais.

Trabalhadora Rural e uma assessora do movimento é convidada para o Conselho Nacional de Direitos da Mulher.

Desde o final da década de 1990 registra-se uma retomada de ações do movimento em nível local. As ações apontam para a agricultura familiar e a convivência com o semiárido: revitalização dos riachos, limpeza de cacimbas, aquisição de caixas para armazenamento de água e ferramentas de trabalho (MMTR – Sertão Central, 2004). Em 2000, 2003 e 2007, o Movimento participou da Marcha das Margaridas, coordenada pela Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag. As reivindicações pelo direito à terra foram expressas nas primeiras edições, como o acesso das mulheres trabalhadoras às políticas públicas de reforma agrária. No entanto, na última edição o tema perde centralidade, sendo desagregado no item “terra, água e agroecologia”.

O movimento atualmente conta com uma coordenação do polo com representação de onze municípios que se reúnem cinco vezes ao ano, com a finalidade de se capacitar, planejar as ações e avaliar a atuação do movimento. Entre as ações reivindicativas que adquirem destaque se encontram as de 8 de março, “dia internacional da mulher”, e 22 de março, “dia mundial da água”. Anualmente, se realiza um encontro que conta com uma ampla participação de mulheres trabalhadoras rurais da região. O último encontro, realizado em dezembro de 2009, enfatiza a temática de violência contra as mulheres rurais.

No município de Serra Talhada, o movimento tem inserção em quatro assentamentos e oito comunidades rurais. Durante a pesquisa de campo estabeleci maior vinculação, pela relação prévia com as coordenadoras, com dois assentamentos e duas comunidades. Com o intuito de analisar os principais avanços e obstáculos que as participantes do MMTR – Sertão Central têm em relação à propriedade da terra, realizei oito entrevistas, quatro com mulheres de assentamentos e quatro com mulheres de comunidades, levando em conta diferentes modalidades de acesso à terra, estado civil, faixa etária (jovens/adultas) e modalidade de participação no movimento - coordenadoras/membros de base – (Apêndice B).

Paralelamente à observação das reuniões da coordenação do MMTR, fomos organizando a realização de várias entrevistas nos “sítios”. Nesse período, muitas atividades mantinham ocupadas as coordenadoras: o cadastramento para o

Garantia Safra²⁹, a reunião da coordenação estadual de mulheres e o grito da terra³⁰. Porém, até aos assentamentos mais próximos foi possível chegar de forma independente, fazendo contatos prévios com as coordenadoras. Já nas comunidades mais distantes, se organizaram reuniões com os grupos de mulheres e, a partir daí, foram realizadas entrevistas com algumas participantes, considerando também os critérios e o interesse mostrado por elas em fornecer dados à pesquisa.

Foram entrevistadas mulheres assentadas, proprietárias minifundistas e comodatárias. Estava previsto realizar uma entrevista com mulheres arrendatárias, porém não foi possível. Dois motivos poderiam explicar esse fato: que as arrendatárias não participam do movimento e por isso a dificuldade das coordenadoras em indicar uma mulher que trabalhe nessas condições, ou que, devido a uma estratégia dos proprietários para se aposentar, ultimamente formalizam relações de comodato, ainda que continuem sob o regime de arrendamento.

Para os fins desta pesquisa, consideramos fundamental conhecer a trajetória de vida em relação à propriedade da terra, bem como a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, que permitirão apreciar as relações de poder, controle e tomada de decisões que se geram em torno da terra, assim como fazer uma avaliação de mudanças a partir de sua participação no MMTR (Apêndice C).

Em cada entrevista foi lido e discutido o termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice D). Um ponto que, em vários casos, gerou controvérsias, ainda que não explicitado no termo, mas informado às participantes, é aquele que se refere ao nome fictício a ser usado no estudo. A metade das entrevistadas optou por conservar seu nome original, fato que poderia ser interpretado como a procura de visibilidade das trabalhadoras rurais. Para preservar, de alguma forma, a identidade das entrevistadas, serão omitidos, neste texto, os nomes dos lugares de moradia.

Para a análise dos dados, efetuamos uma sistematização das entrevistas, com base nos eixos temáticos mais relevantes. Isso permitiu montar um quadro da singularidade das práticas das trabalhadoras rurais, que facilitou o momento da

²⁹ Garantia Safra é um seguro que garante R\$ 550,00 por família se a seca prejudica metade da safra no Município.

³⁰ É uma das maiores atividades de massa que o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais realiza, anualmente, desde 1995.

reflexão, considerando o referencial teórico – metodológico adotado³¹. As particularidades históricas do campo da pesquisa, abordadas neste capítulo, permitiram considerar, na totalidade, os avanços e entraves, em termos de classe e gênero, a partir das práticas sociais das trabalhadoras rurais organizadas em relação ao acesso à terra no Sertão Central de Pernambuco.

³¹ Em relação ao método e técnicas de pesquisa foram consultados: Marx (1986); Minayo (1998; 2004); Bauer (2005)

CAPÍTULO 3:

Terra, trabalho e participação das trabalhadoras rurais

Neste capítulo, analisaremos como as mulheres se vinculam com a terra, dentro de uma trama de relações sociais de classe e gênero. Para isso, procuramos desvendar as diferentes “formas sociais da terra” no Município de Serra Talhada, como a divisão sexual do trabalho influencia na tomada de decisões sobre a produção e sobre os ganhos que a terra produz. Em consonância com o principal objetivo desta pesquisa, analisaremos como a participação política das mulheres que integram o MMTR – Sertão Central contribui para gerar mudanças ou superar entraves no acesso à terra, em termos de relações de classe e gênero.

Para além do estado civil, da idade, da experiência de participação no MMTR, de serem assentadas ou minifundistas, as mulheres entrevistadas compartilham um modo de viver e trabalhar no campo. Em geral, ocupam entre 13 e 30 hectares, uma quantidade de terra que está abaixo do que corresponde a um módulo fiscal³² que possa sustentar o sistema de agricultura familiar³³. Como mencionamos no primeiro capítulo, quando essa unidade familiar é superada por formas organizativas mais amplas, que compartilham interesses e lutam por eles, se estaria em condições de referir-se a uma classe ou segmento de classe, como no caso dos/as Trabalhadores/as Rurais no Brasil. Nesse sentido, nos deparamos com as múltiplas formas sob as quais a participação nas organizações faz parte da produção e reprodução das relações sociais no campo.

³² Módulo Fiscal é a unidade de medida expressa em hectares, fixada pelo Incra para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; e conceito de propriedade familiar. A média, no Brasil, corresponde a 37,78 ha., em Pernambuco é de 32,41 ha. e em Serra Talhada é de 40 ha. O módulo fiscal serve de parâmetro para a classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei nº 8.629, de 1993. Pequena Propriedade considera-se o imóvel rural de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais; Média Propriedade é o imóvel rural de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais. (www.incra.gov.br)

³³ Consideramos agricultura familiar o regime de produção que articula terra – trabalho – reprodução do estabelecimento. Estas três categorias foram alcunhadas por Lamarche (1998) e, embora não se compartilhe a perspectiva de análise que estabelece tipos ideais para categorizar as unidades de produção, compreendemos estas categorias como estruturantes deste regime de produção.

3.1. A propriedade da terra

As histórias de vida das trabalhadoras rurais entrevistadas mostram as trilhas percorridas para o acesso à terra. Nessas histórias, é possível identificar como o percurso foi permeado por relações de classe e de gênero. Todas elas consideram importante que a titularidade da terra esteja no nome das mulheres, porém nem todas argumentam da mesma forma. Para algumas, é um direito de quem trabalha, entretanto, para outras, a titularidade da terra garante o acesso aos direitos previdenciários. Algumas atribuíram à terra um valor, seja econômico, seja favorecedor de autonomia e de equidade.

As mulheres assentadas tiveram uma experiência que as levou a defrontar-se com o acesso à terra, para elas existe um antes e um depois do ingresso ao assentamento. Entretanto, as minifundistas mostram um continuum na produção e reprodução da vida, interrompido por algumas lutas e estratégias cotidianas. Portanto, neste ponto consideramos oportuno apelar para uma distinção que permita analisar as diferentes experiências de vida das trabalhadoras rurais.

3.1.1. Filhas naturais da terra

As entrevistadas que moram em comunidades rurais caracterizadas pela presença de pequenas propriedades foram:

Augusta, mora em uma comunidade do distrito Caiçarinha da Penha. Ela trabalha na terra de seus pais. Possui uma carta de concessão que lhe dá direito a trabalhar em 2 hectares e lhe permite justificar sua condição de trabalhadora rural para receber uma aposentadoria por invalidez. É sócia da Associação de Moradores e do Sindicato. Tem 47 anos, é viúva e mora com duas filhas e um filho adolescentes.

Raquel, mora numa comunidade do distrito Varzinha, ali é presidenta da Associação, além de agente sindical e coordenadora de um grupo de jovens. Abandonou seus estudos de pedagogia por dificuldades econômicas. Sua condição é de comodataria, ou seja, através de um acordo legalizado a proprietária, que é sua cunhada, autoriza a ela e seu marido morar e trabalhar nessas terras durante um

período de tempo renovável. Tem 34 anos, é casada e mora junto com seu marido e três filhos homens.

Rita, mora em uma comunidade do distrito Caiçarinha da Penha, é dirigente da Associação e do Sindicato, coordenadora do MMTR e integrante da Comissão Estadual de Mulheres da Fetape. Tem 49 anos, é casada, embora seu marido trabalhe em uma cidade do Sudeste do país e, portanto, mora sozinha. Tem uma filha e um filho adultos e é responsável pelo cuidado de seus pais idosos, que moram próximo. A terra de produção está no nome do marido, segundo ela, por decisão do cartório. A terra onde está localizada a casa, ela obteve através de uma compra informal à sua irmã.

Zélia, mora em uma comunidade do distrito Caiçarinha da Penha, é sócia da Associação de Moradores e do Sindicato. Mora junto com sua família (esposo e seis filhos) nas terras de sua mãe. Junto com sua família, foi morar em um assentamento liderado pelo MST, do qual retornaram após um ano e quatro meses, porque não existia divisão de lotes. Tem 48 anos e não completou o ensino fundamental porque tinha que trabalhar.

Como mencionamos anteriormente, a vida destas mulheres é marcada pela continuidade, permeada por breves experiências que as levaram a migrar para o Sudeste do país ou para um assentamento de reforma agrária. Seus pais, ainda vivos, moram próximos, fazendo parte dos mesmos projetos, contribuindo na criação dos filhos, dividindo a produção e os alimentos. A herança da terra é algo que não pressagia muitas mudanças. Porém, já herdaram uma condição, um trabalho, o de agricultoras, e a mesma preocupação pela terra escassa, como relataram as entrevistadas:

Nasci aqui mesma, sou filha natural daqui, aí casei e criei meus filhos, trabalho de roça, toda vida trabalhei de roça (Zélia)

É ali a minha roça de toda vida ((risinhos)) e até hoje (Augusta)

Nasci aqui mesmo, na comunidade, só que na outra casa, onde meu pai e minha mãe moram (...) era uma família grande e [a terra] veio passando e vai passando de geração em geração, onde atualmente/ como não existia a barragem, que hoje existe a barragem, era só o rio, quando começou a formar a barragem que aí o pessoal começaram a desgostar, a maioria da terra boa onde eles produziam ia ficar debaixo d'água e ficou debaixo d'água, eles começaram a vender, sair para outra comunidade, a ir para Serra (...) aí já veio morando outras família de fora, sabe, ficou misturando, não ficou só

a família que era de antigamente (...) aí chegou a família do meu marido, aí tá com 21 anos que eles moram, que ele veio comprar aqui, a irmã dele, que é de Santos, veio comprar aqui, mas entregou a ele, meu esposo (Raquel)

Essa terrinha de meu pai ele comprou de uma tia dele, uma tia, uma irmã do pai dele, ele comprou essa terrinha, e ainda hoje é essa terrinha que tem, e é legalizada, todo documentado e aí essa terra continua sendo deles ainda, porque eles são vivos né? aí continua deles, a gente / aí eu e meu irmão, a gente já tem, os que mora de roça né?, porque tem uns que não trabalha aqui nem mora aqui, mas nós que trabalha de roça e mora aqui ainda, a gente cada um já tem sua terrinha né? Legalizada... (Rita)

Nenhuma das entrevistadas conta com a titularidade da terra que ocupa, sua condição de classe torna difícil o acesso à compra e à regularização da herança familiar. As estratégias a que se recorre é a compra informal ou o empréstimo entre familiares (comodato). Esta última condição, assim como a daquelas que são agregadas à família porque a titularidade está em mãos do mais antigo da família, as torna trabalhadoras “sem terra”.

A condição de classe não é a única determinante dessa situação. As relações patriarcais de gênero, imbuídas em todas as esferas da vida social, também determinaram que elas não sejam proprietárias da terra, como responde uma das entrevistadas ao lhe ser perguntado os motivos pelos quais a terra não está no seu nome:

Não tá no meu nome porque tá no nome do meu esposo, quando a gente comprou essa terra, a gente/ o cartório não aceitava passar, né? porque a gente comprou em 82 (...) e o cartório não aceitava botar no nome da esposa (...) sim, casada legalmente, aí a minha **propriedade** é na terra do meu esposo, no nome dele, não tem meu nome na terra, a gente sabe que a gente tem o direito, a gente tem o direito, por exemplo a terra é minha e dele, a gente sabe porque a gente tamos casado no civil, mas, no documento só tem o nome dele (...) A da minha casa já é outra terra, a da casa eu não tenho documento dela não, eu comprei a minha irmã (Rita)

Em geral, a compra e venda de pequenas porções de terra na região se realiza de maneira informal. A necessidade de acessar os direitos previdenciários as obrigou a legalizar de alguma forma essa relação com os donos da terra, em geral familiares.

[o comodato está] no meu nome e do meu esposo, como somos casados legalmente leva o nome dos dois, aí a gente tem direito a benefício social como a bolsa escola, se a gente sofrer algum acidente de trabalho (Raquel)

Eu tenho assim, por conta que eu recebo um benefício/ por conta dessa deficiência da minha perna aí eu tenho um documento assim, que é uma carta de concessão que dá direito a trabalhar em dois hectares da terra né? Dois hectares, aí eu sou beneficiada com dois hectares da terra do meu pai prá trabalhar. (...) a carta já me dá o direito de trabalhar né?, de trabalhar só, não de vender, só trabalhar. (Augusta)

No regime de agricultura familiar a que estamos fazendo referência, o acesso à terra exclusivamente não gera condições para a resolução das necessidades destes/as trabalhadores/as, por isso é que precisam dos direitos sociais para garantirem suas condições de vida. A necessidade de formalizar a relação com a terra para acessar os direitos sociais se confirma quando perguntadas sobre a importância da titularidade no nome das mulheres. Elas respondem:

É, porque é bom prá gente se aposentar, se ta no nome da gente é mais fácil, tudo é mais fácil, prá tudo (Zélia)

Acho, acho importante, porque [...] quando a gente sempre discute, é pouca mulher que tem documento no seu nome, ainda, é muito pouco, mas quando uma mulher tem, lá fora facilita mais prá ela conseguir um benefício (Raquel)

Estas afirmações se complementam com os resultados da pesquisa sobre previdência social que Rosineide Cordeiro (2008b) realiza na mesma região do Sertão Pernambucano. Ela constata que a grande maioria das mulheres não possui a “prova plena” para acessar a previdência. A falta de documentos sobre o uso e propriedade da terra impede o almejado acesso a esse direito, para atenuar a luta pela subsistência destas mulheres. A estratégia de Rita, de colocar seu nome no comprovante de pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR) não foi utilizada por acaso, este é um dos documentos legalmente reconhecidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para demonstrar a propriedade da terra.

Assim como a compra-venda, a herança também faz parte dos acordos informais. O fato de que a escritura da terra está sempre nas mãos do mais antigo da família expressa mais uma forma da hierarquia geracional. O comentário de Augusta: *“Comprei a casa e fico aqui, e posso até plantar aqui na terra, mas só que*

a terra é dos mais antigos” poderia ser interpretado como exemplo de um sistema que reproduz a presença de um dono da terra com os moradores “desenraizados”.

Manter-se nas margens da legalidade permite estabelecer arranjos para a reprodução do patrimônio familiar e, ao mesmo tempo, gera entraves para que as novas gerações se relacionem com a burocracia estatal. A herança gera um processo contraditório: se, por um lado, é uma forma de reprodução do campesinato, por outro a subdivisão de uma terra escassa é um fator limitante para a produção, como explica uma das entrevistadas:

...devido a ter muitos herdeiros, aí nem vai ser dividido, se alguém quiser fazer uma casa vai ter terreno prá fazer a casa, mas não vai ter terreno prá roçado (...) nem fez assim, escritura individual assim prá mãe dele, pra outro, não fez, porque a terra é pouca né? não pode tá dividindo, dividindo, porque senão vai ficar que nem lote daqueles lotes da zona urbana né? (Augusta)

Ao ser o módulo fiscal a menor parcela de fracionamento do solo rural, que permitiria aos/às trabalhadores/as rurais extrair dali o sustento familiar, a permanente subdivisão compromete a reprodução deste regime de produção. Contudo, a ameaça de urbanização que assinala Augusta, não é só pela permanente subdivisão de lotes.

Algumas entrevistadas manifestaram sua preocupação em relação àqueles que, ao solicitar créditos, estejam comprometendo suas terras e contribuindo com o processo que vivencia o meio rural na conjuntura atual. A valorização das terras no mercado financeiro atrai o ingresso da classe média urbana na compra de terras que serão utilizadas para especulação ou, como indicam as entrevistadas, “para lazer” e para reproduzir o regime de arrendamento. Nazareth Wanderley (2000) caracteriza este fenômeno, valendo-se da oposição entre “agricultura x outras atividades; eficiência econômica x preservação ambiental; espaço produtivo x espaço de lazer; produção x consumo etc.” (p.100). Aspectos todos eles, segundo nossa perspectiva, que expressam as contradições de uma agricultura subordinada à lógica do capital.

Mesmo se tratando de uma região onde não predomina o agronegócio, a necessidade de realização do capital acaba envolvendo os/as trabalhadores/as rurais em regime de agricultura familiar que, vendo comprometidas as possibilidades

de produção, ingressam no sistema financeiro penhorando a terra, uma das condições fundamentais para sua reprodução.

Em termos de gênero, um aspecto que precisaria de maiores aprofundamentos na pesquisa são os arranjos que envolvem as mulheres para que o patrimônio permaneça na família. Uma entrevistada relatou que antigamente, na sua família, *“a tradição era casar com familiares, então ela [sua mãe] casou com esse primo dela sem gostar”*. Antes do casamento, os respectivos pais do casal combinaram ceder terras vizinhas. Supomos que, do mesmo modo que o regime que substituiu o antigo morgadio, através dos casamentos intrafamiliares se estaria impedindo de fragmentar a família, para evitar a fragmentação do patrimônio.

Na atualidade, não são explícitos os critérios relativos às relações de gênero para definir quem permanece ou não na terra. Porém, segundo os últimos censos, cada vez mais são as mulheres que emigram do campo e três das entrevistadas fazem referência que as irmãs, mulheres, foram as que lhes venderam informalmente ou cederam a terra em comodato. O comentário a seguir mostra como funciona a lógica de preservação do patrimônio, priorizando que a terra permaneça na família e não em mãos dos “de fora”:

Aqui geralmente o povo não gosta de vender terra, porque geralmente fica de pai **pra filho** e vai, e vai de geração pra geração né? , não tem / é difícil ter a venda de terra né? não tem e de outro modo não pode se comprar né? (...) no caso assim que eu tenho 6 irmãos , aí no caso vai ficar / aí os que não quiser trabalhar na terra vende pra os que gosta da terra, aí só assim aparece a terra pra vender (...) aí eles vende pra família, eles não vende assim pessoa de fora né? dificilmente, só se não quiser (...) aqui não tem diferença [entre homens e mulheres] os que não têm estudo elevado, que não arrumam um bom emprego lá fora, esses geralmente é os que fica né? (Augusta)

Uma lógica contraposta à do grande proprietário de terra, que privilegiou os “de fora” em outras épocas, em detrimento dos moradores que tinham condições de comprar uma porção de terra. Em um fragmento da entrevista com um dos dirigentes sindicais, é possível visualizar como a dominação de classe e raça justificavam essa lógica.

Tinha proprietário que, eu ainda vivi numa fazenda, que em uma definição da família que não venderiam a terra para o morador, mesmo que ele tivesse dinheiro prá comprar uma parte da terra dele,

que vendia a outro de fora, mas não vendia ao morador, então era uma situação de bastante racismo né? Bastante separação, segregação quem era morador, era tratado como uma pessoa de segunda categoria (sindicalista 1).

Mas, essa lógica tem a capacidade de se reestruturar, em razão de seus interesses. Quando, a partir do ano 2000, a denominada “reforma agrária de mercado” é funcional aos interesses dos grandes proprietários de terra, estes, na tentativa de vender suas terras desgastadas, providenciam até a organização daqueles moradores em associações ou procuram ao STTR.

A dinâmica da produção e reprodução nas áreas da pequena propriedade permite evidenciar a inexistência de uma real e abrangente reforma agrária. Precisaríamos, para isso, contabilizar tanto os/as que migram permanentemente do campo em procura de difíceis oportunidades na cidade, quanto aqueles/as que permanecem nas comunidades como “agregados sem terra”. Como parte desse último contingente e na procura da terra que garanta a subsistência e o patrimônio familiar, Zélia tentou a sorte em um assentamento do MST, mas as condições não tornaram essa a almejada “terra própria”, o que determinou o retorno, como ela expressou:

A gente foi pro assentamento por causa que a terra minha é pouquinho pra eles trabaiaar, como eu falei prá senhora, a gente tem que / meus filho é muito prá ter uma terra de renda prá trabalhar, aí por isso que a gente foi pro assentamento lá em plano de arrumar uma terra prá gente, pros filho da gente (...) Aí é tanto que a gente passou, eu passei um ano e quatro mês lá, é, aí meu esposo, meus filhos não queria, não gostavam de lá por causa que lá não era dividido as terra, prá eles também trabalhar se achar a vontade, já cada qual tinha cercado as suas vazante. Aí a gente não achou como a gente se apossar de um local pra gente sobreviver, aí terminou a gente voltando pra aqui de novo, foi por esse motivo, não foi por nada de mais.

A propriedade da terra adquire centralidade tanto para assegurar a subsistência quanto para garantir a reprodução das gerações futuras e, portanto, a reprodução do campesinato. Como assinala Nazareth Wanderley (1999), em função dessas duas estratégias (subsistência e reprodução) resultam suas características fundamentais: a especificidade de seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar. Martins (1990, p.16-17) aponta como uma característica mais do camponês brasileiro: ser desenraizado, ser migrante,

itinerante, “é um campesinato que quer entrar na terra, que ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu”. Esta caracterização nos introduz na experiência daquelas mulheres que, ainda dentro do mesmo município, foram para os assentamentos da reforma agrária.

3.1.2. Da terra do pai ou do patrão à terra própria

As experiências de vida das mulheres que atualmente são assentadas falam da saída da condição de “sem terra” por serem moradoras da fazenda ou agregadas em famílias minifundistas. Para conhecer essas práticas foram entrevistadas:

Cícera, titular de um lote em um assentamento da reforma agrária, é Diretora de Juventude da Fetape, coordenadora do MMTR, militante do PT, pertence à Comissão Nacional de Juventude da Contag e à Comissão Estadual de Mulheres da Fetape. Pela função que desenvolve na Fetape, alterna períodos em Serra Talhada e outros em que reside junto a seu companheiro, no Recife. Tem 33 anos e não tem filhos. Estuda Serviço Social na modalidade “à distância”.

Maria, mora em um assentamento, do qual é presidenta da Associação. Além disso, ela é coordenadora do MMTR, associada ao Sindicato e Agente de Saúde. Concluiu o segundo grau já adulta, tem 58 anos, é casada, tem seis filhos, dos quais dois moram com ela e seu marido. Em relação à propriedade do lote, figura o marido como titular e ela como cônjuge.

Marlene, é titular de um lote em um assentamento, onde tem a função de tesoureira da Associação. O assentamento foi construído nas mesmas terras onde ela morou toda sua vida, seu pai foi um dos primeiros moradores da fazenda que posteriormente foi desapropriada e essa condição lhes deu prioridade para se assentar. Atualmente, Marlene integra o grupo da feira agroecológica de Serra Talhada, concluiu o segundo grau já adulta e participa de uma igreja evangélica. Tem 31 anos, está divorciada e tem dois filhos e uma filha que moram com ela.

Socorro, é titular de um lote em um assentamento, onde participa do grupo de mulheres e é secretária suplente da Associação. Além disso, é sócia do Sindicato e filiada ao PT. Tem 54 anos, é viúva e mora com um filho. A terra estava

no nome do marido, quando ele faleceu fizeram-se gestões desde o STTR para que a terra ficasse no seu nome.

A história de vida de Cícera nos introduz nas imbricações entre as relações de classe, gênero e geração. Sua história é uma mostra de dupla militância. No relato a seguir, observamos como os entraves para o acesso à terra, tanto em termos de classe quanto de gênero, foram sendo enfrentados a partir de sua participação política:

...é importante a reforma agrária, primeiro, porque é importante? **meu pai** é sem terra, ele tem uma parcela de terra lá, que se ele se inscrever na reforma agrária ele tem direito à reforma agrária, porque a parcela de terra dele pela lei é pequena, ele tem direito naquela época né?, <<você era sem terra [colega], **eu** sou sem terra, o [sindicalista 2] sem terra, **todo mundo** aqui sem terra, porque Serra não precisa de reforma agrária?>> Aí comecei a fazer isso, então nós precisamos de terra, <<e se tem terra prá vender, e se nós tamo com essa oportunidade, essa política na mão [colega], é importante>> Aí comecei a fazer essa intervenção, aí começamos a fazer a reforma agrária, fizemos cinco acampamentos, barracos, o povo lá, é assim mesmo no início. Tinha todo mundo e nós, aí eu comecei depois desses cinco, por último vem essa terra que eu disse <<eu acho que eu preciso de terra também, cidadã, eu quero morar no campo, eu moro hoje, mas a terra não é minha, é do meu pai, eu vou / tou sem tempo de tá lá direto porque sou sindicalista mas eu quero meu pedaço de terra>>. Aí fui na lei do estatuto da reforma agrária que tem, dirigente sindical tem direito e também não é obrigado a ficar direto na terra, mas tem que ter seu trabalho, sua roça, sei lá, aí eu disse <<bom, eu quero>>. Aí veio o empecilho, nessa época de que a prioridade é família, família, família e a prioridade nesse governo atual, que temos hoje, um governo de esquerda, é que a família assentada, a prioridade é quem fica titular da terra é a mulher, bom, tudo bem, é uma política boa e a gente sempre conseguiu encerrar a vontade mesmo. A maioria da terra/dos assentamentos que tem lá, a maioria titulares são mulheres, com isso eu digo <<e aí, bota meu nome na relação! né?>> e eu na barraca todo dia lá, fiz uma barraca também junto com os acampados e acampadas. E todo dia a gente lá, todo mundo né? e o Incra diz <<Cícera não pode ficar, primeiro quem tem prioridade é as famílias, segundo Cícera é solteira, não tem filhos se tivesse ele tinha/ tem direitos, mas ela não tem, então a prioridade é / ela fica última na lista>> [...] Aquilo me doeu né? porque eu disse <<eu tenho direito>> / eu chego ao cara do Incra lá, <<mas qual é o direito que tem?>> *** <<porque você tem direito?>>, <<primeiro, eu sou arrimo familiar, minhas irmãs depende de mim, eu seguro a elas com o dinheirinho que o sindicato paga, uma remuneração que não é salário né? nem é carteira assinada, eu sou sindicalista, e aqui no estatuto tá escrito de que eu tenho direito, porque eu sou sindicalista>>, aí ele disse <<bom, tá escrito que você tem direito por ser sindicalista, agora não tá escrito que você tem direito porque é solteira e jovem, como você diz que é arrimo familiar, tem uma

abertura, mas a gente precisa que a Fetape mande um documento>> Olhe/era/ ele criou um monte de burocracia que **não precisava** na época. (...) No próprio assentamento nosso tinha um homem solteiro, sem filho que tá na lista! Eu não quis questionar, dizer <<ele é solteiro>>, então [...] porque? Porque eu questionar, **o rapaz ia ficar fora**, e tava na ficha dele, solteiro. Mas, eu mulher, sindicalista, numa aparência de que para o servidor público não é agricultora, não é? O cara bate, agora aquele jovem solteiro tava lá, não era só ele tem três solteiros no mesmo assentamento que eu, e em outros tem. Mas, a visão era eu, então [...] teve / tem preconceito, e muito. Aí eu não quis questionar no meu sindicato, nem mexer, eu não mexo porque o companheiro precisa, use que tinha vaga não mexa, deixa. Aí eu disse <<vamos por outros meios>>. Aí eu fui, a Fetape ajudou a gente, a Fetape coordenava no nível estadual e aí eu fiquei feliz no dia em que chegou a carta <<você está aprovada, tem seu pedaço de terra, agora mande>> olha! <<mande as xerox dos documentos das irmãs que você é arrimo delas>>. Tive que mandar, por um lado foi bom, minhas irmãs também comprovam que moram comigo no assentamento, então tam lá, hoje elas têm direitos rurais as duas irmãs minhas tem direito por ser assentadas e tar na minha ficha, mesmo não sendo titular da terra né? (Cícera)

Este extenso relato permite apreciar como os organismos estatais priorizam um determinado modelo de família, a burguesa ou nuclear, e um determinado modelo de mulher, a mãe. De acordo com Bertaux (1979), não existe “a família”, existem famílias de classe que, no caso das famílias camponesas, seus membros fazem parte da equipe de produção. Essa equipe não se restringe a pais e filhos, envolve várias gerações.

Podemos acrescentar que a ideologia dominante é a da classe dominante e a visão conservadora das relações de gênero. Assim, a mulher-mãe seria responsável por administrar um recurso que garanta a reprodução familiar e, com ela, a reprodução da classe. Uma mulher sem descendentes não garante essa transmissão da propriedade. Do mesmo modo que uma trabalhadora rural sindicalista não é considerada uma trabalhadora.

Na tentativa de não prejudicar os de sua classe, Cícera não denunciou as iniquidades de gênero no momento de definição dos beneficiários dos lotes da reforma agrária. É conhecida a posição dos movimentos sociais que envolvem homens e mulheres, no sentido de que, aquela que defende direitos de gênero gera divisões no interior da classe. Muitas vezes, fazer parte da classe significa, de acordo com Combes e Haicault (1986), uma “aliança desigual dos sexos”. Aqui é onde a dupla militância de classe e gênero encontra entraves e remete à

necessidade de fazer opções que implicam maiores custos ou renúncias para as mulheres.

As novas gerações, em relação àquelas mulheres que lutaram pelo reconhecimento como trabalhadoras, introduzem neste contexto uma condição de classe que as iguala aos homens, são trabalhadoras “sem terra”. E o que significa ser sem terra?

Tem algumas pessoas, no caso até meu ex-esposo mesmo, ele não aceitava, quando você vê na época, quando falava em sem terra pra pessoas achava que sem terra era os bandido, era as pessoas que só queria fazer malvadeza, era roubar nas fazenda vizinha. Não era, eles viam uma coisa que não era verdade. Não era, porque sem terra, no meu ponto de vista, considero uma pessoa que vivia sofrendo na mão do fazendeiro e luta por um pedaço de terra pra poder criar alguma coisa, pra poder crescer, para ver se pelo menos no final da vida ter alguma coisa. (Marlene)

Conforme definimos no capítulo 1, fazer parte da classe implica reconhecer uma identidade nas condições de trabalho e de vida, e é evidente que essa consciência não se dá de forma homogênea para quem compõe essa coletividade. Vislumbrar que existe uma relação antagônica de classes convive com a naturalização das relações, com visões ingênuas ou fatalistas de mundo. Uma relação de exploração e dominação, na qual uma das partes é o grande proprietário da terra como meio de produção e que, além disso, se apropria da força de trabalho e dos ganhos que esta produz. Porém, uma relação que, ao mesmo tempo que gera dependência, gera resistências. Reconhecer-se pertencendo a uma classe implica recuperar o projeto camponês, uma lógica contraposta ao capital, cuja centralidade é produzir para viver e reproduzir um patrimônio familiar que garanta a vida das gerações futuras. Para entender a mudança, é preciso conhecer o antes:

Pra você ver, como o trabalho da gente era quase escravo, porque trabalhava meu pai, minha mãe e 5 irmãos. Eu trabalhava então, era a troca de nada, trabalhava por trabalhar, não recebia nada em troca do trabalho não. Tudo que meu pai trabalhava com a gente tudin e ainda tinha que pagar o / pagar o dinheiro que ele pegava pra gente comprar o mantimento e ainda pagava com juro, aí quando ele ia bater aquele juro com o dinheiro que tinha pegado, muitas vezes meu pai entregava todo o legume que tinha tirado no ano e nem dava pra pagar, o dinheiro que ele pagava/ pegava sem falar na pastagem que ele ficava, porque meu pai plantava muito, ele tirava naquela época / ele tirava muitos mil quilos de algodão, mamona, feijão de arranca, do vermelho e sem falar no milho que ele tirava quantidade

grande, chegava a tirar 800, 900 sacas de milho, ele plantava muito. E não conseguiu nada a troco disso, ele nunca sequer comprou nada, a gente não tinha móveis dentro de casa naquela época, não tinha televisão, não tinha nada, vivia uma vida precária, pra fechar a história, mesmo era uma vida precária porque não tinha conforto de nada, de nada. (Marlene)

A passagem para a nova condição gerou tensões em diferentes âmbitos da vida, desde o privado ao público, no casal e com os organismos do Estado. Dentro do sindicato já observamos que a discussão se deu entre as lideranças sindicais. Porém, se observou também a forte presença de um dirigente na convocatória, quase personalizada, dos/as beneficiários/as do programa de reforma agrária.

As mulheres casadas relataram as tensões que provocou no casal o ingresso nos acampamentos. Maria e Marlene tomaram a firme decisão de sair de sua condição de moradoras de fazenda. Ao inverso delas, no caso de Socorro foi ela quem resistiu à nova condição que se abria para estes/as trabalhadores/as rurais. Mas, os motivos foram os mesmos, o medo e a resistência que implicava a passagem para uma nova situação, em um contexto duplamente opressivo para os/as trabalhadores/as e para as mulheres.

Eu participava do sindicato e aí chegou aqui em Serra Talhada essa proposta pra fazerem essa reforma / que tem esse negócio da reforma agrária né? E aí quando chegou aqui em Serra Talhada, [sindicalista 2] que era presidente do sindicato aí ele tomou essa iniciativa e eu fui. Foi uma briga muito forte com meu marido, ele não queria ir, ele tinha muito medo daquele negócio do MST, que tem aquelas polêmicas né? Do MST, e ele não queria de jeito nenhum, **se quisesse ver uma briga** dentro de casa eu falasse no assentamento, ((risadinha)) aí eu fui, eu com muita briga dele (...) **3 anos, 3 anos de briga** com o meu marido, ele não queria de jeito nenhum, aí quando foi um dia ele veio fazer uma visita eu vim na frente aí depois ele veio atrás, aí quando chegou achou bom, aí ficou, mas já depois quando tinha feito a casa (...) Eu **conversava** e contava a ele como era, mas ele não acreditava, não acreditava de jeito nenhum, achava que ia ter aqueles conflitos do MST né? E morre muita gente né?, e ele tinha medo, muito medo mesmo. (Maria)

Ele [ex-marido] não aceitava não, de forma nenhuma. Ele trabalhava numa fazenda, aí ele trabalhava só por trabalhar lá, ele era vaqueiro dessa fazenda, mas ele não queria de forma nenhuma. Nossa separação veio através disso também, por causa dessa terra, porque ele não queria, ele disse que essas mulher que vivia em Sem Terra era tudo prostituta, e disse que as que tava aqui não era pra conseguir terra era por causa que tinha muito homem de fora e

começou aquela discussão (...) ele não gostava de assentamento, achava que era coisa de gente sem futuro, que as pessoas tava ali só pra se prostituir, pra roubar (Marlene)

Foi [sindicalista 2] que chamou ele um dia à noite, a gente ia passando e ele chamou (...) <<a gente vai assentar um pessoal em Podrinho, e a gente queria saber se o senhor não quer?>> chegou em casa aí disse <<ô Socorro, me dê meus documento aí, que eu vou, já falei com os meninos, os meninos vão fazer um assentamento em Podrinho e eu vou>> eu disse << ô Zé, não vai não>> << vou>> <<então ta certo>> <<não, rapaz, lá é bom demais>> aí explicou. Eu não queria porque eu pensava que o governo ia tomar as terra e dar pro povo, e o patrão ia fazer guerra, confusão, tudo era isso que eu pensava né? Aí foi quando eu trabalhei pro PT, Lula dizia quando ele ganhasse um dia ele ia trabalhar pra reforma agrária, <<num quero nem saber>> eu dizia a ele né? aí foi ele, foi ele arrumou tudo, ajeitou tudo, os documento, aí levou, entregou pra [sindicalista], tirou xerox dos documentos tudo, foi e ficou assentado. (Socorro)

Nas três situações, o temor estava alimentado pela visão que se tinha da reforma agrária, ligada à violência, ao confronto e até à morte. Se compararmos essa visão com o depoimento do dirigente do MST que assevera a inexistência de confrontos para além daqueles desenvolvidos no âmbito judicial, podemos supor que o temor faz parte de uma eficaz estratégia mediática da hegemonia que criminaliza as lutas sociais, apontando as classes subalternas, mas não a classe dominante.

Como assinala Medeiros (2008), a literatura também tem enfatizado a dimensão conflitiva da criação dos assentamentos. Embora a autora se proponha recuperar a experiência diferencial das mulheres, visualiza que, no âmbito familiar, o acesso à terra produz mudanças na estabilidade relativa que se ganha, “criando condições para a própria reconstituição de laços familiares, muitas vezes em processo de diluição em razão das migrações sucessivas impostas pela necessidade de garantir a sobrevivência” (p.10).

Mesmo existindo um senso comum que pressagiava conflitos públicos, paradoxalmente estes se expressaram no âmbito privado, na relação matrimonial. A resolução desses conflitos foi pelo caminho de fortalecer um projeto conjunto do casal ou de provocar a ruptura definitiva da relação. Neste último caso, os argumentos do marido para não ingressar no acampamento se baseavam no controle sobre a sexualidade da mulher. Vale acrescentar que o controle social que enfrenta uma mulher divorciada em uma pequena comunidade não é menor.

Seria antecipado afirmar que a inserção das mulheres nos diversos espaços de participação as levou a se confrontar com a organização familiar, na qual ocupavam antes um lugar subordinado. As três entrevistadas têm diferentes graus de inserção no MMTR, mas assumiram individualmente o desafio de enfrentar duplamente sua condição de classe e de gênero, em um contexto de subordinações históricas.

O Brasil sertanejo, tal qual o descreve Darcy Ribeiro (1995), baseava-se em relações rigidamente hierarquizadas entre o dono da terra e seus vaqueiros, sobre quem se impunha autoridade e respeito em troca de lealdade pessoal e política. “Seu temor supremo é verem-se desgarrados, sem patrão e senhor que os proteja” (p.350). Como pensar em enfrentar o patrão, se sua subsistência estava condicionada a ele e às intimidações e arbitrariedades a que se viam submetidos/as? Segundo o autor, a experiência de sucessivas expulsões os impedia de tentar qualquer cultivo que não fosse de ciclo anual, agravando a situação de pobreza.

Maria explicou a relação de exploração econômica e subordinação política a que o proprietário da terra os/as expunha. A propriedade da terra não representa, para muitas delas, mais do que a possibilidade de plantar fruteiras, criar gado e construir uma casa de alvenaria, que constituem mostras de encontrar-se arraigado/a à terra e garantir as condições de reprodução.

O dono dessa terra que a gente trabalhava, ele era vereador na época, até hoje ainda é vereador, e aí tinha aquele negócio de a gente só votar com ele, só votar com ele, eu morei quarenta e dois anos ali em Bernardo Vieira, a gente votou esse tempo todinho com ele, nunca votemo noutra pessoa, porque não podia, **se votasse com outra pessoa já viu**, aí tinha que sair fora da terra, aí a gente nunca fez, nunca saiu, só saiu agora que viemos pra cá (...) cheguemo no assentamento graças a Deus, **graças a Deus** já tenho muitas coisas, já tem 2 pés de côco, tem 5 pés de mangas, assim, tudo pequenininho né?, mas graças a Deus já ta, melhor do que quando a gente vivia lá no Bernardo Vieira, que lá a gente não plantava nada, só os pés nos chão e os olhos no que é alheio, e aí hoje a gente já tem um bocado de coisa (Maria)

Embora a propriedade de uma pequena porção de terra represente a possibilidade de produção e reprodução camponesa, implica também uma certa autonomia em relação à classe dominante e à dependência eleitoreira que se impunha na região. Contudo, essas mudanças no interior da classe camponesa não

representam ainda a consolidação de um projeto que dispute a hegemonia à classe antagônica.



Figura 5: Casa de taipa em um assentamento, resquício de um passado próximo

Um dos sindicalistas entrevistados também ilustrou a situação de instabilidade permanente a que se encontrava exposto um morador, para quem a única forma de liberar-se dessa opressão era emigrar.

Meu pai fez cinco casas na terra alheia, por conta própria, nunca recebeu uma casa prá morar e nunca recebeu nenhum pagamento por a casa que ele fez, sempre quando ele saía deixava pra lá a casa e fazia noutro lugar. Então, o trabalhador sem terra é na verdade a mesma coisa que uma árvore sem raiz, ela quando é plantada num solo que não tem profundidade, logo ela morre, é como um trabalhador sem terra. O meu pai era um homem muito trabalhador, mas nunca conseguiu comprar um pedaço de terra e isso fazia dele um retirante sempre, trabalhava um tempo numa propriedade, depois saía e tava sempre começando [sindicalista 1]

Para Darcy Ribeiro (1995), o despertar da consciência sertaneja para sua própria causa não assume, ainda, uma atitude de rebeldia generalizada. Para o autor, a resignação tradicional, reforçada pelas crenças religiosas, contrasta com uma postura de inconformismo que se ancora na esperança de ver surgir um paternalismo governamental que seja mais sensível à sua causa do que aos interesses dos fazendeiros.

A exploração vai acompanhada de uma justificação no plano ideológico que permite a manutenção da ordem, reforçando as desigualdades de classe, gênero e raça/etnia. Coronelismo patriarcal e paternalismo governamental são

manifestações de que o patriarcado não representa só uma ideologia nem capitalismo, só exploração. Como assinala Marx (1997), sobre as diversas formas de propriedade e as condições sociais de existência se erigem sentimentos, ilusões, modos de pensar e concepções de vida diversas. Nesta formação social, poder econômico e político aparecem atrelados em todas as instâncias da vida social. O controle e o medo são manifestações próprias à manutenção tanto do poder do latifúndio quanto do patriarcado.

Considerando essas características enraizadas nesta formação social, é possível entender porque o “senso comum” pretende manter velhas formas de dominação- exploração, “demonizando” aqueles/as que apostam em uma mudança. Ao reproduzir práticas e discursos dominantes, se está contribuindo para a manutenção da ordem social existente, com suas múltiplas opressões de classe, raça, gênero e geração. Subverter essa ordem, ainda que de forma negociada, gera conflitos que impactam de diferentes formas nas relações sociais, mais ainda quando uma mulher assume o papel de liderança, como relatou uma das entrevistadas:

Quando começou o assentamento aqui, o dono da fazenda, ele no início tava todo pronto pra ceder a toda exigência do Incra, mas quando depois de um mês ou dois prá frente que ele já tinha colocado a terra no Incra ele foi tirar a terra, colocou advogado prá tirar a terra, que ele queria de toda forma a posse da terra de novo, só que tava sem jeito o Incra já tinha fechado o negócio já, ele não teve como conseguir de volta a terra. De forma nenhuma, mas ele ficou sem gostar de um monte de gente, até de meu pai mesmo, de todos os morador, ele ficou com raiva da gente sem motivo nenhum. Ele ficou lá pro canto dele, a gente no canto da gente, mas ele não é mais a mesma pessoa que ele era no passado, de forma nenhuma. A minha irmã, por exemplo, que era a presidente do assentamento, ele não quer nem ver ela na frente, porque ela lutou muito por esse assentamento e em fazer o cadastro das pessoas e também protesto também, e ela até já discutiu com ele, porque um dia ela chegou lá pra ele assinar um documento e ele não quis assinar e aí, xingou ela, e por isso ele não gosta dela e nem gosta dos assentados também não. Aí ficou uma relação desgastada entre a gente. (Marlene)

Uma situação em que as contradições não são reveladas, baseada no acordo entre as partes e em pareceres técnicos, acabou expressando as contradições de classe. Para além de não existir confronto, as relações sociais contraditórias que se dão em torno da terra: o respeito e a rebeldia ante quem

exerce a dominação e exploração, as tensões entre propriedade e poder. Todas elas emergem na ação política.

Antes de compreender como foi sendo construída a participação política das mulheres convém mostrar as condições de trabalho vividas por elas na agricultura familiar, partindo do fato de que foi o trabalho concreto que contribuiu para aglutiná-las no MMTR. A seguir, veremos como a divisão sexual do trabalho contribui hoje para a tomada de decisões sobre a produção e distribuição dos ganhos que são gerados.

3.2. As condições e a divisão sexual do trabalho

Um aspecto comum na trajetória de vida de todas as entrevistadas é o trabalho que realizam, e que, uma vez visibilizado, lhes possibilitou ingressar na cena pública com reivindicações próprias. As entrevistadas relataram que o trabalho na agricultura é familiar, havendo contratação de mão-de-obra só quando as mulheres são as únicas referências adultas das famílias e a produção requer o que elas denominam “trabalhos pesados”. Predomina a produção de gêneros alimentares, particularmente milho e feijão, hortas e, em alguns, casos gado e aves.

A maioria das entrevistadas vende o excedente de produção a um “atravessador”. Outras modalidades de venda são a feira agroecológica e o programa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Além disso, a renda familiar se complementa com programas assistenciais, como bolsa escola e bolsa família, ou com alguma “vendinha” (comércio informal) nos domicílios, o qual assinala que a agricultura não é suficiente para a subsistência familiar.

As famílias em geral são de três gerações; mesmo que em uma casa conviva a família nuclear, a relação das mulheres entrevistadas com seus pais é muito próxima. Mesmo que, no caso das assentadas, isto mude, uma delas mantém relações de proximidade com a família extensa que, pelo fato de terem sido antigos moradores da fazenda expropriada, tiveram prioridade para permanecer ali. Nesse caso, terra e família extensa permaneceram, porém mudou o regime de produção e com ele a possibilidade de produzir e produzir-se através do trabalho, como indicou

Marlene: *“a gente não tinha nem sequer ideia como esse pedaço de terra ia trazer tanta coisa boa pra gente”.*

Um sistema de trabalho que envolve a família geralmente é visualizado como um modelo de colaboração, complementaridade, baseado nos vínculos de afetividade entre seus integrantes. Porém, como em todos os âmbitos de relações sociais, este não sempre é harmônico, reproduz hierarquias de gênero e geração, e diferentes percepções de seus membros sobre sua identidade de classe.

Na divisão sexual do trabalho estabelecida, todos/as trabalham, mas nem todos/as decidem. Mesmo quando uma mulher fica à frente da unidade de produção, se estabelecem hierarquias geracionais.

Eu dei a ideia e eles acataram (...) é porque eles ficaram órfãos muito pequenos, aí eu sou ((risinhos)) é a gerente da casa né? (...) algumas coisas assim, de sistema de trabalhar né? eu digo assim, isso aqui é melhor, ou vamos fazer assim, porque a juventude você sabe né? às vezes trabalha mas às vezes estraga (Augusta)

As mulheres casadas fizeram referência à “ajuda” na produção, um termo que alerta sobre a desvalorização de seu próprio trabalho, porém se trata de mulheres que trabalham “fora dos sítios”, como agente sindical e agente de saúde. Poderíamos supor que, nas comunidades distantes, com pouca participação das mulheres, a concepção desse lugar secundário na produção se mantenha, ao mesmo tempo em que as novas gerações confrontam e introduzem questionamentos às concepções que sustentam que as mulheres não trabalham.

Eu ajudo a ele, limpar, prantar, os menino ara (Zélia)

O homem trabalha na roça e a mulher ajuda porque tem que estar em casa, cuidar dos filhos e dos animais. As jovens questionam “quando você ajuda é de fora, se é seu é obrigação. São desculpas dos homens <<você tem pouco que é seu para comer e vender>>” (caderno de campo – Reunião com as mulheres de uma comunidade em Caiçarinha da Penha, 26/05/2009)

Em relação ao trabalho doméstico, as entrevistadas expressaram duas posições contrapostas quanto à distribuição de tarefas, ou seja, aqui também se manifestaram as diferenças geracionais. Por um lado, mulheres que assumem como sua responsabilidade a realização de determinadas tarefas que somente são

delegadas em caso de ausência, e, por outro lado, casais mais jovens, em que todas as tarefas da família se distribuem entre os membros, como podemos apreciar a seguir:

Se eu tiver ocupada assim alguma coisa eles faz a comida. **Hoje mesmo**, hoje mesmo eu vim pro encontro, só ficou o meu marido e os dois menino em casa e aí eles é quem cuida da comida pra eles (Maria).

O trabalho doméstico também é a mesma coisa, aqui sempre na minha casa a gente sempre se divide, quando um tá, assume o trabalho doméstico, varrer a casa, cuidar do almoço, lavar os pratos. É quem chegar primeiro, não é ter esse negócio de esperar por fulano, é quem chegar primeiro ele vai fazendo (Raquel).

As mulheres jovens, pelo fato de estarem ligadas às feiras agroecológicas, consideram mais as demandas do mercado na hora das decisões a respeito de que produzir. Em geral, ante a pergunta sobre as decisões em relação à produção, as mulheres referem que participam na tomada de decisões na família. Porém, como elas mesmas apontam, trata-se de uma atividade tradicional, rotineira e de subsistência, que depende mais dos ciclos produtivos e das condições econômicas ligadas à subsistência, que da vontade ou decisão das pessoas, como expressa Raquel: *“uma coisa que todo mundo já ta sabendo, bateu inverno que é prá produzir aquilo, aí quando passa o inverno volta prá outro tipo de atividade, a horta, **gera uma renda a mais para a casa**”*. Estas afirmações adquirem maior significação nos casos em que não se conta com a propriedade da terra e isso não favorece o cultivo de espécies permanentes.

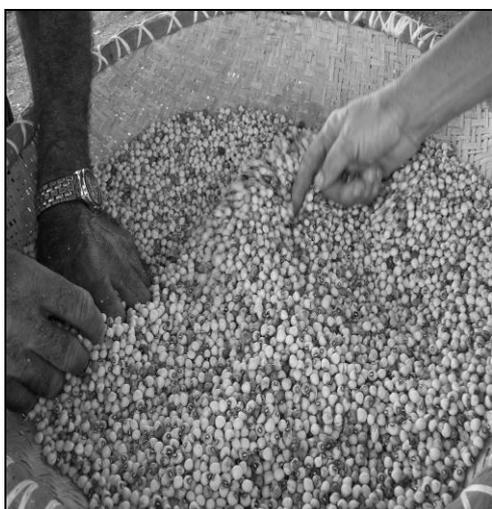


Figura 6: Produção familiar de feijão.



Figura 7: Feira agroecológica em Serra Talhada.

Quando as perguntas se direcionam especificamente para as decisões na administração do dinheiro, as respostas adquirem diferentes matizes. Quem produz para a subsistência argumenta que *“aí não tem que decidir, tem que ver as necessidades”*. As entrevistadas que são coordenadoras reconhecem que a situação delas é diferente na administração do dinheiro em comparação às outras mulheres.

Olhe, em outros / em muitos casos sempre é o esposo né? na maioria das famílias quem toma decisão é o marido, em outras já são conversas e vem que querem comprar, como é o caso lá em casa, a gente sempre conversa, <<ganhamos/esse mês tem tanto em caixa, né?, aonde é mais necessário aquele dinheiro>>, aí em casa aí eu e meu esposo fazemos isso (Raquel)

As outras companheiras que tão lá, não têm nenhuma administrando não. Trabalha e trabalha junto com o marido, mas na hora de administrar é só o marido. Até mesmo uma galinha né? que ela cria em casa prá vender, um ovo, não ela não vende, é o marido que vende (...) prá mim não foi difícil, não foi difícil não, porque assim, porque eu e mais meu esposo, a gente combina né? (Rita)

As coordenadoras gozam de uma relativa autonomia. Elas contam com uma renda própria, às vezes proveniente da atividade sindical ou de outras estratégias de subsistência, como o comércio informal. E contam também com experiências de participação que as fez refletir sobre a divisão de tarefas e o controle dos recursos.

As trabalhadoras rurais entrevistadas se revelam administradoras competentes, estabelecendo prioridades para lidar com recursos escassos e levando em consideração a totalidade do sistema da agricultura familiar. Mais uma mostra de que produção e reprodução são indissociáveis para estas mulheres é a experiência que relata Marlene:

A primeira coisa que eu faço quando eu pego dinheiro na rua, eu compro todas as sementes daqueles que eu vendi, coloco no lugar. Eu não tenho prejuízo pra não faltar semente depois. O resto do dinheiro que sobra, aí eu uso pra pagamento, fazer compras, as minhas feira eu sempre faço mensal (...) Esse dinheiro é pra gente calçar, vestir, e também comprar os mantimentos dentro de casa. (Marlene)

Em relação a esses dois últimos aspectos, quem e como administra o dinheiro, Carmen Deere e Magdalena León (2002) evidenciaram, com base em

várias pesquisas sobre a organização das famílias, que a renda gerada pelos seus membros não é necessariamente reunida em um fundo comum e que homens e mulheres gastam sua renda de modos diferentes. Essas pesquisas comprovam que a renda controlada pelas mulheres tem mais probabilidade de contribuir para a garantia da alimentação da família e o bem-estar dos filhos da que a controlada pelo homem.

As recomendações dos organismos financeiros em relação às estratégias de combate à pobreza apontam para outorgar benefícios mínimos que repercutam em um maior número de pobres. Ao ser a maioria das mulheres pobres e a maioria dos pobres mulheres, com esta política se garante um duplo objetivo: os governos respondem aos requerimentos dos organismos financeiros sobre “inclusão de gênero” e, por outro lado, se atinge um maior número de pobres.

Mesmo que as mulheres demonstrem ser eficientes administradoras dos recursos do orçamento doméstico e garantam a segurança alimentar para seus filhos, a relação não é linear. Nem sempre o acesso ao recurso significa o controle do mesmo. No extremo das desigualdades de gênero em relação ao acesso aos recursos, a violência contra as mulheres pode-se potencializar, como relatou uma das entrevistadas:

olha até a bolsa família, a bolsa escola que sai no nome da mãe, é [...] até isso aí já teve até casos de morte, o homem aqui que quer ter acesso, e não pode, quem tem que ter acesso é a mulher, e também na questão do salário maternidade, né? tem muito homem que vem com a pastinha aqui, com a papelada querendo receber o salário maternidade, aí a gente pergunta, <<e cadê a mãe>> <<a mãe ficou>>, <<o direito é da mãe, não é direito teu>>, eles ficam por aqui, ele também quer ter direito, e aí assim, aqui mesmo no município de Serra Talhada já teve até esposo que matou a esposa, porque queria o dinheiro do salário maternidade, já tem caso aqui .
(Rita)

Uma economia de subsistência baseada na organização familiar e permeada de diversas relações de poder, não se corresponde com as respostas estandardizadas e os argumentos que apontam para combater a pobreza rural sem colocar em questão as relações de poder e a concentração da propriedade privada da terra. Quando estas políticas se traduzem na priorização da mulher-mãe, desconhecem sua condição de trabalhadora, de sujeito político com diferentes graus de poder, que dependerá, para acessar o recurso, da trama de relações em que se

insere na produção, na família e nas organizações de que participa. Contraditoriamente, a cidadania fundada na propriedade privada e que só atinge a mulher no papel de mãe também abre portas à constituição desses sujeitos políticos.

Anteriormente afirmamos que as novas gerações de trabalhadoras rurais assumiram sua condição de trabalhadoras “sem terra”. A isso poderíamos acrescentar outra particularidade que caracteriza suas condições de trabalho: produzir dentro de um regime de agricultura familiar inserida numa organização muitas vezes hierárquica. Assim como a dependência dos créditos e da assistência técnica para tornar viável a produção.

Do mesmo modo que a condição de trabalhadora na agricultura precisou sair da experiência individual para se tornar uma característica que aglutinou as mulheres do campo, é provável que as condições sob as quais as trabalhadoras rurais desenvolvem seu trabalho precisem tornar-se tema de reflexão do coletivo. Interessa conhecer como essa participação foi-se construindo a partir das práticas das entrevistadas e como se manifestam as imbricações de classe e gênero.

3.3. A participação política das mulheres trabalhadoras rurais

Além de vários motivos para se envolver nos movimentos sociais, as trabalhadoras rurais entrevistadas têm ainda duas grandes motivações que deram origem à participação. Por um lado, para dar respostas a necessidades concretas, geralmente ligadas à subsistência, e, por outro, para atender às necessidades de informação, comunicação, sociabilidade e ampliação de conhecimentos, sair do cotidiano e participar de alguma experiência de lazer, em um contexto no qual dificilmente se tem outras possibilidades de fazê-lo.

O sindicato disse ao Movimento de Mulher do Nordeste, trabalhadora rural do Nordeste que eu tava estudando e que precisava de ajuda financeira, e que poderia ta trabalhando ou com o sindicato ou ajudando nisso, aí fui pro MMTR - Nordeste (Cícera)

Eu entrei no movimento de mulher devido uma **grande** precisão que eu tava no momento, né? (Maria)

Quando meu pai adoeceu, procurei o sindicato para ver benefícios (...) aí foi onde eu fui percebendo que a pessoa só não adquiria as

coisas, precisava de uma organização (...) depois que eu comecei a participar eu vi que eu posso me manter na zona rural economicamente, ter a possibilidade de me manter, né? (Raquel)

É por causa que a gente tava passando fome, que era uns anos de seca aí a gente foi a busca de frente de emergência, eram 5 mil pessoas, tudo a busca de frente de emergência. (Zélia)

Fui só por curiosidade, também porque traz informações pra gente, a gente tem que ter conhecimentos né? eu comecei a ir, é quando começou o / quando elas começaram a participar do / desses encontros, dessas passeatas na rua, aí a gente vai né? (Augusta)

Eu não tinha ideia do que seria mesmo o movimento, né? Comecei participar de uma reuniãozinha, porque a gente já tinha reunião do sindicato, só que as mulheres não participam, né? os homens participavam, logo comecei a participar também (Rita)

A participação das entrevistadas se iniciou através do MMTR, do STTR ou do Partido dos Trabalhadores (PT). É possível observar que a participação em uma instância leva, necessariamente, a participar de outras. Como explica uma coordenadora, “*não dá para falar do MMTR sem falar do sindicato*”. A vinculação entre estas duas instâncias é tão forte que às vezes há dificuldade em estabelecer distinções. Outra coordenadora refere que o MMTR - Sertão Central é um movimento autônomo, mas ligado ao sindicato.

Não se pode negar que a constituição do MMTR na região abriu o caminho da participação para as mulheres, contribuiu para tornar cotidiana sua presença em todos os espaços políticos da vida rural nos municípios que o conformam. Contribuiu para que as mulheres ampliassem sua visão de mundo e reforçassem sua identidade de mulheres e trabalhadoras, projetando-se para ocupar espaços na estrutura sindical local.

Em geral, as trabalhadoras rurais identificam que o espaço de discussão sobre terra é, principalmente, o sindicato. As coordenadoras referem que o tema é abordado nas suas reuniões. Porém, nos arquivos do MMTR só está registrada a descrição das condições em que vivem as mulheres no campo, a caracterização de uma terra escassa e pouco fértil e que nem todas possuem; ou informes sobre um determinado acampamento do qual participou uma das coordenadoras. A assessora que acompanha o movimento desde seu início confirma que não se priorizou o tema da terra nem da reforma agrária no MMTR – Sertão Central, além de sua centralidade para a classe.

Contudo, como assinala Celi Regina Jardim Pinto (1992), o sujeito que adere ao movimento constitui-se em um novo sujeito que, na passagem do mundo privado ao mundo público, envolve uma série de rupturas e a constituição de uma identidade pública. “A adesão coloca o sujeito frente a novas relações de poder e, conseqüentemente, de tensão no interior da família, do local do trabalho, nas relações de afeto e vizinhança” (p.131).

Se, em relação à propriedade da terra, é clara a distinção entre as assentadas e as que moram em pequenas propriedades, no que se refere à participação é significativa a diferença entre as coordenadoras e as “da base”. As experiências de participação das coordenadoras na trama de relações, particularmente sua inserção na estrutura sindical, as posicionam de uma forma diferenciada com respeito àquelas mulheres que têm uma participação episódica na vida do movimento, fazendo parte de alguma reunião, encontro ou passeata.



Figura 8: Capacitação a jovens sobre a temática de violência contra mulheres

Em consonância com a análise de Celi Regina Jardim Pinto (1992), as coordenadoras do MMTR – Sertão Central, paralelamente a representar a comunidade externamente, tornam-se ponto de referência em relação a um conjunto de demandas, desejos, expectativas, que extrapolam muitas vezes o objetivo em torno do qual se congregam.

As coordenadoras se assumem como mulheres batalhadoras, autônomas e corajosas, que têm “o desafio de defender as bandeiras de luta das trabalhadoras rurais” (notas de campo, 29/05/2009). O lugar das coordenadoras, como elas

assinalaram, implica ser “referência” para as outras mulheres, por conhecer os direitos e, ao mesmo tempo ser “*monitorada por todos, todo o tempo*”. Esse controle abrange sua sexualidade e seu desempenho nas funções tradicionais como mãe, esposa e dona de casa, e no espaço público se expressa em cercear liberdades e desqualificar as coordenadoras.

As coordenadoras assumem o papel de referência frente às outras mulheres, em uma formação social que respeita os lugares de autoridade. O que elas denominam “monitoramento” ao que parece consiste numa avaliação permanente sobre até onde cada mulher assume ou transgredir os padrões tradicionais de mãe, esposa e dona de casa legitimados nesse contexto. Não se pode afirmar que seja uma estratégia consciente, mas elas lidam com essa contradição cotidianamente:

Elas chegam lá em casa e dizem <<eu queria ter um negócio pra mim e não tenho coragem>> aí a gente tenta ajudar <<que é que você quer fazer no momento?>> e <<o que é que falta pra você?>> aí dizem <<coragem e enfrentar o marido dentro de casa>>. A gente tenta conversar, mesmo que ela tenha que trabalhar lá fora pra vender suas coisinhas que ela não deixa de ser a esposa, a mãe dos seus filhos, e dona de casa. Nós mulher somos capaz de fazer tudo isso. Já tem muitas delas já saindo de baixo da asa do esposo pra viver sua própria vida. (...) Da comunidade, ela sai, mas se ela passar dois, três dias lá, num encontro já não querem deixar, não <<minha mulé não tem tempo, minha mulé tem que ficar em casa>>, eu digo a eles <<**eu não tenho tempo mas eu vou**>> (...) <<do mesmo jeitinho que elas podem ir, não é questão de ela sair dois, três dias que ela não vai deixar de ser dona de casa, nem agricultora, nem deixar de ser sua mulher>> ((risos)) eles começam a rir né? <<ah! Então pode, você vai?>> <<vou>>, aí já deixa. (Raquel)

Se a presença da coordenadora autoriza às mulheres sair ao âmbito público, o fato de que elas oferecem explicações aos maridos das outras mulheres e para isso utilizam argumentos sobre a manutenção das funções tradicionais, pareceria uma forma de manter a submissão. Minha experiência de trabalho com mulheres indígenas revela que não se incentiva em outras o caminho da participação confrontando abertamente os modelos historicamente estabelecidos no contexto rural. Pôr em questão essa visão de mundo não é um processo rápido e simples e depende muito das próprias necessidades e vivências das mulheres rurais.

A participação na capacitação a mulheres jovens permitiu-me observar o diálogo do MMTR com o movimento feminista. Algumas das participantes do MMTR aderem às lutas das feministas, porém, advertem sobre a necessidade de considerar o contexto no qual essas lutas se desenvolvem. Elas esclarecem que *“a sociedade no meio rural é mais opressiva (...) na cidade falam de sexualidade, de aborto, com mais facilidade. Lá em Recife ninguém te conhece, em Flores lembrariam a vida toda”* (caderno de campo, 29/05/2009). O MMTR, desde suas origens, vivencia a experiência da dupla militância, dialoga com o feminismo, enfatizando o diferencial em um contexto de maior controle social e, em seu diálogo com o sindicalismo, como representação da classe, estabelece com os homens uma aliança desigual em termos de gênero.

A experiência de organizações de mulheres vinculadas a organizações constituídas por homens e mulheres mostra a importância, que tem para as mulheres, de preservar espaços de discussão próprios, onde também se elaboram estratégias para pôr fim à exploração, dominação e/ou discriminação que sofrem em diferentes âmbitos. Porém, isso muitas vezes é observado pelos dirigentes dos movimentos sociais como elemento de divisão da classe. Um dirigente sindical, ainda valorando o processo de participação e o trabalho das mulheres nos sindicatos, assinala as tensões:

Temos momentos que nos apoiamos, agora eu tenho uma visão de que as companheiras precisam ter muito cuidado para não criar um movimento exclusivista e que isso leve a um processo de separação que gere conflito com o movimento sindical e vice-versa (...) eu considero que elas [algumas dirigentes] eram mais fortes dentro do sindicato e com o processo da luta específica elas acabaram ficando meio num espaço um tanto vazio (sindicalista 1)

Porém, ao contabilizar os ganhos da participação, as coordenadoras fazem referência ao acesso a certos cargos no sindicato. As capacidades que as mulheres foram adquirindo no processo de luta pela sindicalização e pela aposentadoria, lutas que se foram gestando no espaço de mulheres que promoveu o MMTR, as legitimaria atualmente nos espaços mistos, como assinala uma das entrevistadas:

Sim, houve mudança grande, não foi pequena não, viu? Uma grande mudança, porque como eu já disse a você outro dia, quando a gente

começou / nós quando começemo (sic) participar, eu e essas mulher começaram participar no movimento, a gente não conseguia **nem** dizer o nome completo da gente, a gente tinha aquele medo, nem o nome da gente a gente conseguia dizer o nome, e aí com o tempo né? gente já conseguiu, hoje a gente já somos até **diretora** de sindicato (Rita)

As entrevistadas tiveram muita facilidade em assinalar quais foram as mudanças pessoais, em termos de relações de gênero, que elas identificam a partir de sua participação no movimento. Elas coincidem em resgatar que adquiriram conhecimentos, entre os quais sobressai a “descoberta dos direitos”, a segurança pessoal e as habilidades na comunicação. Além disso, a autonomia para viajar e para administrar recursos, e ter uma “vida social”, que decorre da relação com outras pessoas fora do âmbito doméstico.

Ao perguntar sobre as mudanças na família, as referências não apareceram diretamente. Só a entrevistada que está divorciada fez referência às mudanças na sua família, a partir da dissolução do matrimônio. Porém, as respostas foram unânimes quanto ao poder de decisão, comparando com mulheres de outras gerações, em relação aos homens da família.

Da minha mãe, da minha avó geralmente quem tomava as decisões era o homem né? (Augusta)

Minha mãe e minha avó, quem decidia tudo era o marido, né? de produção, de filhos, de tudo, eles decidiam e elas obedeciam, ao contrário de mim, né? (Cícera)

Ele era quem pegava, era quem comprava, era quem trazia pra dentro de casa, e ela não tinha direito de decidir nada não. (Marlene)

Vejo, eu vejo a diferença sim, que minha mãe diz assim, <<mas quem de primeiro quem tinha que tomar a decisão era o marido>>, e agora não, até ela já consegue ter a decisão dela né? (Raquel)

No tempo delas, aí elas não podiam fazer nada, não tinham direito era nada, **nem documento tinham!** (...) É porque também, a mulher não tirava documento, porque elas achavam que documento era / só servia prá quem fosse trabalhar de emprego, trabalhar de carteira assinada, e mulher só trabalhava na roça, nem precisava. (Rita)

Um pouquinho de asa ((risos)) um pouquinho de asa, tem dias que a gente aguenta abuso, mas é o jeito né? (...) Tem que a gente fazer o mesmo trabalho assim, porque a gente trabalha a mesma coisa. (Zélia)

Para além das mudanças no poder de decisão na família, observamos que as duas últimas respostas mostram a continuidade existente entre as gerações de mulheres em relação ao trabalho que realizam. Isso permite apreciar que, mesmo ainda existindo mudanças nas relações de gênero, se mantêm as condições de classe, se comparadas com as gerações anteriores. Mesmo que, na atualidade, as mulheres tenham acesso à cidadania, por ser esta limitada dentro da ordem capitalista e patriarcal, muitas vezes somente pode ser realizada via propriedade ou via maternidade.

Na medida em que nos aproximamos do espaço público no âmbito local, observamos as ambiguidades na participação das mulheres. Se, por um lado, elas obtiveram reconhecimento e ingressaram nos espaços políticos, não são poucas as limitações com que se depararam e os custos que devem pagar. Porém, tanto nas comunidades rurais quanto nos assentamentos de reforma agrária, as mulheres assumem cargos de condução e destacam que sua inserção no MMTR propiciou ferramentas em termos de conhecimentos, habilidades e possibilidades de articulação, como indicaram as entrevistadas:

Mudaram, mulher não poderia ser liderança de / nem presidente de associação, nem podia ser. Eles diziam que mulher nem deveriam ser sócia de associação, se o marido era, a mulher nunca né?, e isso a gente conseguiu vê que não era. Pra você ver, tem liderança de associação homem, mas nós somos presidente, secretária, tesoureira, né? e eles, **já eles já** diz os homens <<quando é uma mulher que lidera uma associação já é melhor que homem>> E a mulher tem a maneira diferente de pensar, eu digo que você trabalhar em grupo, ter associação na comunidade facilita muita coisa, mais prá mulher (Raquel)

Aqui em Pernambuco eu destaco o nosso polo porque eu vejo ele, como na maioria dos assentamentos, a maioria das mulheres são dirigente dos assentamentos daquele polo lá. Além disso, o polo se reúne frequente então tem mais bagagem (Cícera)

Se nas comunidades o tema da terra não adquire centralidade nos debates coletivos, nos assentamentos as dificuldades que as trabalhadoras rurais assinalaram se relacionam com as instâncias de decisão, nas quais ainda predominam preconceitos e um controle social ligado aos estereótipos de gênero fortemente arraigados.

Mesmo tendo a política de que a mulher é titular da terra, ainda falta empoderar ela, prá que ela seja a co-autora da terra, além da terra, também ser / entender que os espaços políticos dentro do assentamento também é das mulheres né? lá / na verdade nos assentamentos as mulheres se acham que não é capaz ainda, então falta muito incentivo de convencimento social, de que a mulher tem a capacidade de estar à frente da reforma agrária né? e dentro da reforma agrária, dentro do campo, dentro do movimento sindical ainda é muito preconceito contra a mulher, ainda tem muito, ainda tem muito, o machismo ainda domina, ainda domina (Cícera)

O argumento do empoderamento utilizado pela entrevistada não deveria ser concebido como algo individual, e sim abranger as mulheres como categoria, atingir o coletivo e adquirir uma dimensão política. Do meu ponto de vista, não são os programas estatais que estão em condições de fazê-lo. Pelo conhecimento do contexto e da história, pela experiência que dá a prática e os ganhos obtidos em outras áreas quem deveria fazê-lo é o MMTR. É a partir da própria organização do movimento que, na perspectiva da dupla militância, poderiam surgir propostas superadoras, acrescentando à crítica sobre a dominação-exploração nas relações de gênero, a crítica ao capitalismo como sistema dentro do qual não será resolvida a questão agrária com medidas compensatórias que continuem favorecendo o latifúndio em detrimento dos/as que dependem da terra como meio de vida e trabalho no campo.

A terra de que se fala não é só a terra para produzir, é também um espaço de disputas políticas, no qual as mulheres não podem estar alheias. As fortes estruturas de exploração e dominação determinadas historicamente e manifestas no *lócus* da pesquisa em claras imbricações de capitalismo – patriarcado – racismo, não poderão mudar com ações individuais e isoladas por parte das mulheres. Apostar nas ações coletivas facilitará o processo de modificar práticas e contrapor argumentos que permitam contestar o capitalismo e o patriarcado, tanto na base material quanto no sistema ideológico que sustenta a subordinação e fragmentação de classe e gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este estudo indagando sobre o acesso e controle da terra por parte das mulheres e as mudanças que acontecem a partir de sua participação em movimentos sociais. Para analisar as particularidades desta problemática tomamos a experiência que oferecia o MMTR do Sertão Central de Pernambuco pela sua trajetória de organização e reivindicações em aspectos centrais da vida das trabalhadoras rurais.

Para compreender as dificuldades no acesso e sob o viés do método do materialismo histórico-dialético, partimos da categoria propriedade da terra, como síntese de múltiplas determinações. A partir desta perspectiva, o controle faria referência às relações de poder constitutivas da questão rural, no caso, as de classe e gênero, que têm relevância para este estudo. Enquanto pertencentes a uma classe, na ordem capitalista e patriarcal vigentes, a concentração da terra afeta tanto a homens quanto a mulheres desapropriados deste meio de produção. Porém, em termos de relações de gênero, as mulheres vivenciam diferentes condições em comparação aos homens da mesma classe.

O processo da pesquisa possibilitou compreender, no contexto analisado, como se expressa e que mediações podem ser estabelecidas para apreender as mudanças e permanências que favorecem e/ou dificultam o acesso das mulheres ao principal meio de produção no campo. Foram aproximações sucessivas à realidade, a partir das práticas sociais dos sujeitos envolvidos, que nos permitiram compreender alguns processos históricos que determinam o acesso das mulheres à terra no município de Serra Talhada. Entre eles, adquiriam destaque: 1) As relações de classe que se estabelecem entre a organização que representa os interesses dos/as trabalhadores/as rurais e os proprietários da terra; 2) As mudanças e permanências nas relações de gênero, particularmente a partir da organização das trabalhadoras rurais.

Esses processos evidenciam atualmente as imbricações de capitalismo e patriarcado no campo, desafiando a dupla militância das trabalhadoras rurais em relação: aos movimentos sociais rurais que envolvem homens e mulheres, nos quais elas estabelecem uma “aliança desigual” com os homens de sua classe; aos programas de reforma agrária, através dos quais o Estado garante a preservação da

ordem, estabelecendo algumas concessões em termos de classe e gênero; aos arranjos na transmissão patriarcal do patrimônio familiar que, na lógica do capital, colocam em tensão a produção e reprodução das classes subalternas, neste caso dos trabalhadores rurais sem terra; aos suportes ideológicos que desqualificam as mulheres como trabalhadoras e fortalecem a fragmentação das classes subalternas.

O Sertão Pernambucano não escapa ao processo de apropriação e concentração de terras, desde a colonização. A dominação de classe levou historicamente o nome de “coronelismo”, o qual se manifesta na coerção sobre as pessoas que moram nos domínios de um latifundiário e dependem dele para sua subsistência. O coronelismo não se efetiva só através da exploração da força de trabalho de quem foi expropriado dos meios de produção, seu domínio se estende ao campo político-ideológico, no qual os coronéis dependem das classes subalternas para se manter nos espaços de poder institucional. Esta relação antagônica gerou sujeição e algumas resistências por parte dos/as trabalhadores/as rurais, ao longo do tempo.

Em relação às práticas das mulheres, historicamente seu principal espaço de socialização foi a família, não existindo outras instâncias para a sociabilidade. Particularmente, fizemos referência à designação prioritariamente das mulheres ao âmbito da reprodução, o que as distanciou das esferas de decisão política. Se, além disso, considerarmos que as mulheres rurais vivem e trabalham no espaço sem limites entre os afazeres domésticos e as atividades agrícolas, compreenderemos o pressuposto que as desconsidera como trabalhadoras da agricultura. Seu trabalho na agricultura ainda é considerado como extensão das tarefas domésticas.

A partir da década de 1970, os trabalhadores rurais do município estudado se organizaram no contexto de uma política governamental de assistência dirigida ao campo, através de sindicatos. Nesse período, ainda vigente o regime militar, as reivindicações de reforma agrária não tiveram expressão. Numa correlação de forças muito desigual, ao domínio dos coronéis se contrapunha uma incipiente organização dos trabalhadores, que sofriam a coerção tanto dos proprietários da terra quanto do Estado.

Uma década mais tarde se iniciou a organização das mulheres, reivindicando reconhecimento como trabalhadoras, inclusão nas frentes de emergência, sindicalização e acesso a direitos previdenciários. É inegável que a participação das mulheres no movimento contribuiu para gerar mudanças nas

relações de gênero no contexto rural. Porém, existem ainda fortes determinantes materiais e ideológicos que as desqualificam em sua condição de trabalhadoras e em sua plena participação nos espaços políticos.

A função do Estado tem sido fundamental para a reprodução das relações sociais dominantes. Foram analisados, neste estudo, três períodos da história recente nos quais o Estado intervém na questão agrária. Em cada um deles, foram adotadas políticas em favor do capital e subordinadas aos organismos internacionais. Nos momentos de crescimento econômico via industrialização, o Estado subsidiou os grandes proprietários para “modernizar a agricultura”, provocando a expulsão dos trabalhadores via repressão. Até então, as mulheres que participaram de movimentos sociais do campo, o fizeram a partir de sua condição de esposas e os programas de reforma agrária consideravam a existência de um representante na condição de chefe de família e produtor.

No momento atual, de necessidade de realização do capital financeiro, o Estado intervém no mercado de terras, favorecendo os latifundiários em detrimento dos trabalhadores/as rurais e apelando à criminalização de um dos polos das lutas sociais. As políticas compensatórias convivem, na área pesquisada, com o programa de reforma agrária via desapropriação. Se, no passado, a referência à reforma agrária oferecia riscos de vida para os/as trabalhadores/as rurais, hoje é produto de conciliação de classes. As mulheres se encontram integradas em movimentos próprios, mas com permanente vinculação aos movimentos sociais rurais que envolvem homens e mulheres. Sua organização e pressão frente ao Estado conseguiu que se estabelecesse a obrigatoriedade da titularidade conjunta nos programas de reforma agrária, a partir de 2003.

Em todo esse processo histórico, a Igreja Católica desempenhou um papel importante. Nas origens desta formação social, contribuiu com a ideologia colonial, transmitindo mensagens de resignação para os menos favorecidos na ordem social vigente. Porém, nos fins do século XX, embasada na Teologia da Libertação, a Igreja Católica foi um fator fundamental na organização dos/as trabalhadores/as rurais, promovendo a mobilização e a resolução de conflitos por via da conscientização e participação. Com o envolvimento dos trabalhadores nas primeiras décadas do sindicato no Município, algumas conquistas foram registradas, embora não representaram mudanças na desigual distribuição das terras.

As duas grandes lutas que se registraram no Município coincidem com o período de alianças entre o poder político comandado pela ditadura militar e os donos da terra, o período histórico de maior repressão aos movimentos sociais e de grandes investimentos na obra pública. A forte intimidação por parte do “coronelismo” e uma frágil organização dos trabalhadores vinculada à assistência, constituíram fatores determinantes para que a bandeira da reforma agrária não fosse levantada no Município, nessa época e até os primórdios do século XXI, quando os donos da terra intervêm diretamente na negociação.

Desde as origens do MMTR a referência ao trabalho foi fundante para aglutinar as mulheres. Porém, as novas gerações de mulheres, na condição de trabalhadoras “sem terra”, reivindicam a liberação de créditos e assistência técnica para tornar viável a sua produção, assim como a participação nos espaços políticos não só sindicais, senão também das comunidades e assentamentos. Assim como a condição de trabalhadora na agricultura precisou sair da experiência individual para se tornar uma característica que aglutinou as mulheres do campo, podemos supor que as condições sob as quais as trabalhadoras rurais desenvolvem seu trabalho precisam ainda tornar-se tema de reflexão do coletivo.

As reivindicações das mulheres por terra se tornaram públicas e massivas no nível nacional, através das sucessivas edições das Marchas das Margaridas. Contudo, observamos que, no nível local, predominaram as estratégias individuais e não produto de uma ação coletiva por parte das trabalhadoras rurais organizadas. Em resposta às reivindicações das trabalhadoras rurais organizadas, o Estado gerou algumas concessões. Porém, ao não ter este processo correlação na distribuição da terra em termos de classe, predomina ainda no Brasil uma forte concentração de terras em favor do capital.

No acesso das mulheres à propriedade da terra, alguns processos estabelecem limites e possibilidades, desafiando sua dupla militância nos movimentos sociais rurais. Vale lembrar que a “dupla militância” implicaria combinar a crítica às relações de exploração-dominação entre os sexos com a crítica anticapitalista. Concluimos que desses processos contraditórios, identificamos os seguintes:

O primeiro, corresponde à participação das mulheres nos movimentos sociais rurais que abrangem homens e mulheres. Dar visibilidade e tornar consciente e público o trabalho que as mulheres realizam na agricultura facilitou a

sindicalização das trabalhadoras rurais e o acesso a direitos trabalhistas. O ingresso na organização que representa os interesses de classe não acabou com os desafios das mulheres rurais, ao contrário, gerou novos. A possibilidade de acesso à terra, através do Programa de Reforma Agrária, aproximou ainda mais algumas participantes do MMTR às reivindicações do sindicato, com o qual foram estabelecidas relações de colaboração e tensão.

A capacidade que as mulheres foram adquirindo na luta pela sindicalização e pelos direitos previdenciários, e que se foram gestando no espaço de mulheres que promoveu o MMTR, as legitima atualmente nos espaços públicos. Nesse sentido, na atualidade, estão melhor posicionadas na luta para garantir o acesso à terra. Porém, é conhecida a posição dos dirigentes dos movimentos em relação a que a luta por mudanças nas relações de gênero gera divisões no interior da classe.

A participação das mulheres não foi homogênea, as práticas das coordenadoras, particularmente sua inserção na estrutura sindical, as posicionou de uma forma diferenciada em relação àquelas mulheres que têm uma participação ocasional. Se comparadas às mulheres das gerações anteriores, mesmo já existindo mudanças nas relações de gênero, ainda se mantêm as condições de classe que as distanciam da propriedade do principal meio de produção. Elas não têm a propriedade dos meios de produção, e o acesso à “cidadania”, pela qual brigaram, é justamente ligado à propriedade.

As novas gerações, em relação àquelas mulheres que lutaram pelo reconhecimento como trabalhadoras, se enfrentam na atual conjuntura considerando uma condição de classe que as iguala aos homens: são trabalhadoras “sem terra”. Essas resistências ainda não têm expressão no coletivo, permanecem no plano da singularidade, gerando os custos de assumir individualmente o desafio de enfrentar duplamente sua condição de classe e de gênero, em um contexto de subordinações históricas. Retirá-las das práticas isoladas e singulares pode levar a um processo de superação que se as enquadre em um projeto coletivo.

O MMTR, desde suas origens, tem uma prática da dupla militância: dialoga com o feminismo, enfatizando o diferencial, em um contexto de maior controle social, e com o sindicalismo, como representação da classe, estabelecendo com os homens uma aliança desigual, em termos de gênero. Se, por um lado, as trabalhadoras ingressam nos espaços políticos, não são poucas as limitações com

que se depararam e os custos individuais que devem pagar em termos de preconceitos e controle social. Porém, tanto nas comunidades rurais quanto nos assentamentos de reforma agrária, as mulheres assumem cargos de condução e destacam que sua inserção no MMTR lhes forneceu ferramentas para este exercício.

O segundo processo é a inserção das mulheres nos programas de reforma agrária, através dos quais têm acesso à terra. Os dados quantitativos e qualitativos mostraram que a pouca efetividade de uma reforma ampla e abrangente tem correlação com a falta de equidade na distribuição de terras entre homens e mulheres (conforme indicam as tabelas 4 e 6 e o Apêndice E).

Reconhecendo que existe, na sociedade, uma simbiose entre capitalismo e patriarcado, e que o Estado, dentro das contradições que comporta, expressa predominantemente posições que levam à preservação dessa ordem capitalista e patriarcal vigente, observamos que a operacionalização de um programa se traduz em práticas que reforçam a dominação e a discriminação. Neste caso, apesar da titulação “conjunta”, os formulários mantêm as hierarquias que anulam a possibilidade, fortalecendo as desigualdades. Resulta evidente que a tecnocracia com que são executadas as políticas públicas não permite mudanças substanciais.

Por um lado, observamos que os movimentos de mulheres desencadeiam processos de constituição de sujeitos políticos autônomos, com capacidade de comunicação e de decisão. Por outro lado, os programas do Estado priorizam uma cidadania fundada na propriedade privada e, quando destinados a mulheres, observamos que este termo ainda é assimilado à função de mãe, desconhecendo sua condição de trabalhadora.

Os argumentos nos que se baseia o acesso a alguns direitos priorizam um determinado modelo de família, a burguesa ou nuclear, e um determinado modelo de mulher, a mãe. Observamos que a família camponesa não se restringe a pais e filhos, envolve várias gerações. Com isso, considerando as hierarquias de gênero e geração, nem sempre o acesso ao recurso significa o controle do mesmo, justamente porque envolve relações de poder, que as políticas públicas não atingem.

Nas instâncias políticas ainda predominam preconceitos e um controle social ligado a estereótipos de gênero fortemente arraigados e vinculados à condição de mães, esposas e donas de casa e homens despreocupados com a

educação dos filhos e o trabalho doméstico. Assim, as trabalhadoras rurais se deparam com desafios que a ação individual não resolve, por tratar-se de práticas historicamente legitimadas.

O terceiro processo nos remete aos arranjos na transmissão patriarcal do patrimônio familiar que, na lógica do capital, colocam em tensão a produção e reprodução da classe desapropriada da terra. Como foi dito, a herança gera um processo contraditório: se, por um lado, é uma forma de reprodução do campesinato, por outro a subdivisão de uma terra escassa é uma limitante para a produção. A dinâmica da produção e reprodução nas áreas da pequena propriedade evidenciou, na área pesquisada, a inexistência de uma real e abrangente reforma agrária.

Através da sucessão, modalidade que antecedeu a mercantilização da terra, os proprietários estabeleceram critérios para impedir a fragmentação do patrimônio familiar, o que tira dos/as agregados/as o direito de propriedade. Em termos de gênero, um aspecto que precisaria de maiores aprofundamentos na pesquisa, refere-se aos arranjos que envolvem as mulheres, para que o patrimônio permaneça na família. Na região, predomina o regime de agricultura familiar e muitas mulheres são agregadas, num sistema em que a propriedade da terra permanece em mãos dos mais antigos. Assim, elas têm dificuldades ou mesmo são impedidas de acesso a direitos previdenciários por não poder comprovar relação de dependência no trabalho ou propriedade dos meios de produção.

Carmem Deere (2004) considera que os direitos das mulheres à terra tornaram-se uma questão dentro do MST a partir do momento em que a falta de titularidade por parte delas começou a ter consequências práticas para a consolidação dos assentamentos de reforma agrária. Poderíamos então supor que, no momento em que a falta de titularidade da terra obstaculize maciçamente o acesso aos direitos previdenciários, reivindicação histórica do MMTR, a garantia do acesso à terra, para as mulheres, ganharia maior força como reivindicação ou demanda ante o Estado e abriria espaços de debate no interior do movimento sindical rural.

Finalmente, apontamos a presença de suportes ideológicos que desqualificam as mulheres como trabalhadoras e fortalecem a fragmentação das classes subalternas. A luta do MMTR - Sertão Central teve em seu início a centralidade no reconhecimento da condição de trabalhadora rural. Porém, os

discursos masculinos dominantes, tanto dos dirigentes como dos funcionários do Incra se unificaram para reproduzir a dominação patriarcal baseada na naturalização do trabalho das mulheres e na maternidade como sua principal função.

Se a estratégia intraclasse divide os movimentos sociais rurais, o discurso sobre as relações de gênero os iguala, à maneira de um pacto entre homens, com a tecnocracia estatal que não consegue assumir a dinâmica social perante a preservação das estruturas hierárquicas. Um grande desafio para o MMTR é criar seus próprios argumentos, com base na reflexão sobre as práticas de trabalhadoras rurais que carecem de determinadas condições de trabalho, dentre as quais a terra é fundamental.

Atualmente, a condição para as mulheres terem acesso à terra é se enquadrar em um estereótipo de mulher-mãe responsável por administrar um recurso que garanta a reprodução familiar e, com ela, a reprodução da classe. Mas, quando os programas de reforma agrária promovem a constituição de associações, descuidam de levar em conta a força desses preconceitos, que impedem ou dificultam a participação da mulher na tomada de decisões.

Por um lado, nos deparamos com suportes ideológicos de gênero que desqualificam as mulheres como trabalhadoras e reforçam seu papel reprodutivo. Por outro lado, assistimos a argumentos hegemônicos no sentido da fragmentação da classe desapropriada da terra. Nesta formação social, o poder econômico e o político aparecem atrelados em todas as instâncias da vida social. O “senso comum” pretende manter velhas formas de dominação - exploração, “demonizando” aqueles/as que apostam numa mudança.

A propriedade privada dos meios de produção continua a ser o principal eixo de disputa para contestar o capitalismo e o patriarcado, tanto na base material quanto no sistema ideológico para os/as que apostam a um projeto de vida e trabalho no campo. Esse projeto somente poderá ser construído nos espaços coletivos que considerem as práticas, a participação e os aportes de todos/as os/as trabalhadores/as rurais, sempre que exista uma clara identidade de classe sem desigualdades de gênero, raça e geração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACANDA, Jorge Luis. **Traducir a Gramsci**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

_____. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática Editora: 2000.

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. In: **Crítica Marxista**. São Paulo: Unicamp, 2000.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.

BERTAUX, Daniel. **Destinos pessoais e estrutura de classe: para uma crítica da antroponomia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CARDOSO, Fraci Gomes. **Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.1, p. 22-55, 2001.

_____. Acesso à terra e condições sociais de gênero: reflexões a partir da realidade brasileira. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anais...** Quito, 2006.

CASTRO, Mary. Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. In: **Crítica Marxista**. São Paulo: Unicamp, 2000.

COMBES, Daniele; HAICAULT, Monique. Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes. In: KATCHEVSKY, Andrée, et. al. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CONTAG. **Anais do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**. Brasília, 1985.

_____. Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. **Revista da Marcha das Margaridas 2007**. Brasília, 2008.

CORDEIRO, Rosineide. **Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco**. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. **Mulheres rurais no Brasil**. Recife: Fundação Avina Brasil - NE, 2008a

_____. **As agricultoras e a Previdência Social no Sertão de Pernambuco**. Relatório Técnico CNPq, Recife: 2008b. (mimeogr.)

DEERE, Carmen. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.175-204, 2004.

DEERE, Carmem; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direito à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRG, 2002.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Estatísticas do meio rural 2008**. Brasília: MDA: Dieese, 2008.

DOMINGOS NETO, Manuel. O “novo mundo rural”. In: MARTINS, Mônica (Org.). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura. Determinantes de gênero e classe na política de proteção social: o caso dos programas de transferência de renda no Brasil. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 19., 2009, Guayaquil. **Anales...** Guayaquil, 2009.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Centauro, 2002.

FERNANDES, Bernardo. **Cuestión agraria: conflictualidad y desarrollo territorial.** Texto elaborado para seminarios sobre la cuestión del acceso a la tierra y conflictos agrarios en Brasil en el Lincoln Center Institute of Land Policy y en Havard University, 2004. (mimeogr.)

FRANCH, Mônica; BATISTA, Carla; CAMURÇA, Silvia. **Ajuste estrutural, pobreza e desigualdades de gênero. Um caderno feminista de informação e reflexão para organizações de mulheres.** Recife: Iniciativa de Gênero/SOS Corpo Gênero e Cidadania, 2001.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** Petrópolis: Fase, 1990.

GUIMARÃES, Alberto P. As três frentes da luta de classes no campo brasileiro. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500 – 1960.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HARTMANN, Heidi. Capitalismo, patriarcado y segregación de los empleos por sexo. In: BORDERÍAS, Cristina, et al. (Orgs.). **Las mujeres y el trabajo.** Barcelona: Icaria, Fuhem, 1994.

HIRATA, Helena. Divisão sexual do trabalho: novas tendências e problemas atuais. In: **Gênero no mundo do trabalho.** ENCONTRO DE INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS DO FUNDO DE GÊNERO NO BRASIL, 1., Brasília. Brasília: Cida, 2000

_____. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade.** São Paulo: Boitempo, 2002.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

IBGE. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em Outubro de 2009.

KATS, Claudio. **Economía latinoamericana: de la década perdida a la nueva crisis.** Buenos Aires: Letra Buena, 1992.

KERGOAT, Daniele. A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão. **Pro-Posições**, Campinas, v. 13, n. 1, jan./abr. 2002.

LAMARCHE, Huges. As lógicas produtivas. In: **A agricultura familiar: comparação internacional II do mito à realidade**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1998.

LEÓN, Magdalena. Mujer, género y desarrollo. Concepciones, instituciones y debates en América Latina. In: **Estudios básicos de derechos humanos IV**. San José de Costa Rica: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 1996.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. Livro III, v 6.

_____. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Bertrand Brasil -Difel, 1987. Livro I, v. 2.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: LOPES, Adriana; BUTTO, Andrea (Orgs.). **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec – Abrasco, 1998.

_____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Serra Talhada**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1984.

MOTA, Ana Elizabeth. **Las condiciones del contexto latinoamericano y las demandas del mismo a la profesión (trabajo social) desde las dimensiones teóricas, metodológicas, éticas y políticas**. In: SEMINARIO INTERNACIONAL SOBRE INTERVENCIÓN EN TRABAJO SOCIAL: Fundamentación Teórica y Metodológica, 2. Medellín, 2009 (mimeogr.).

MOURA, Sueli Cavendish de. **Diferenciação e reprodução camponesa: um estudo da organização econômica de pequenos proprietários em Serra Talhada**. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985

MMTR do Sertão Central de Pernambuco. **Uma História de Mulheres**. Serra Talhada, 2004.

PAULILO, Maria Ignez. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. In: _____; SCHMIDT, Wilson (Orgs.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. p. 183-210.

_____. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.229-252, 2004.

PINTO, Céli Regina J. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.) **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

PERNAMBUCO, **II Plano Regional de Reforma Agrária em Pernambuco**, 2008

PORTELLA, Ana Paula; SILVA, Carmem; FERREIRA, Simone. **Mulher e trabalho na agricultura familiar**. Recife: SOS Corpo – Gênero e Cidadania, 2004.

PRADO Jr., Caio. A questão agrária e a revolução brasileira. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500 – 1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo.** Recife: SOS CORPO, 1993.

SADER, Emir. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latinoamericana.** São Paulo: Boitempo, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero.** São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

_____. O estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, José Vicente dos (Org). **Violência nos tempos de globalização.** São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Não há revolução sem teoria. In: _____. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAUER, Sérgio. A terra por uma cédula: estudo sobre a “Reforma Agrária de Mercado”. In: MARTINS, Mônica (Org.). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia.** São Paulo: Viramundo, 2004.

SEVILLA G., Eduardo; GONZALEZ de M., Manuel. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SILVA, José Graziano da. **O que é a questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

SIQUEIRA, Deis. A organização das mulheres trabalhadoras rurais: o cruzamento de gênero e de classe social. In: TEXEIRA, João Gabriel L.C. (Org.) **Tecnologia agropecuária e a organização dos trabalhadores rurais.** Brasília: UnB, 1992.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500 – 1960.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

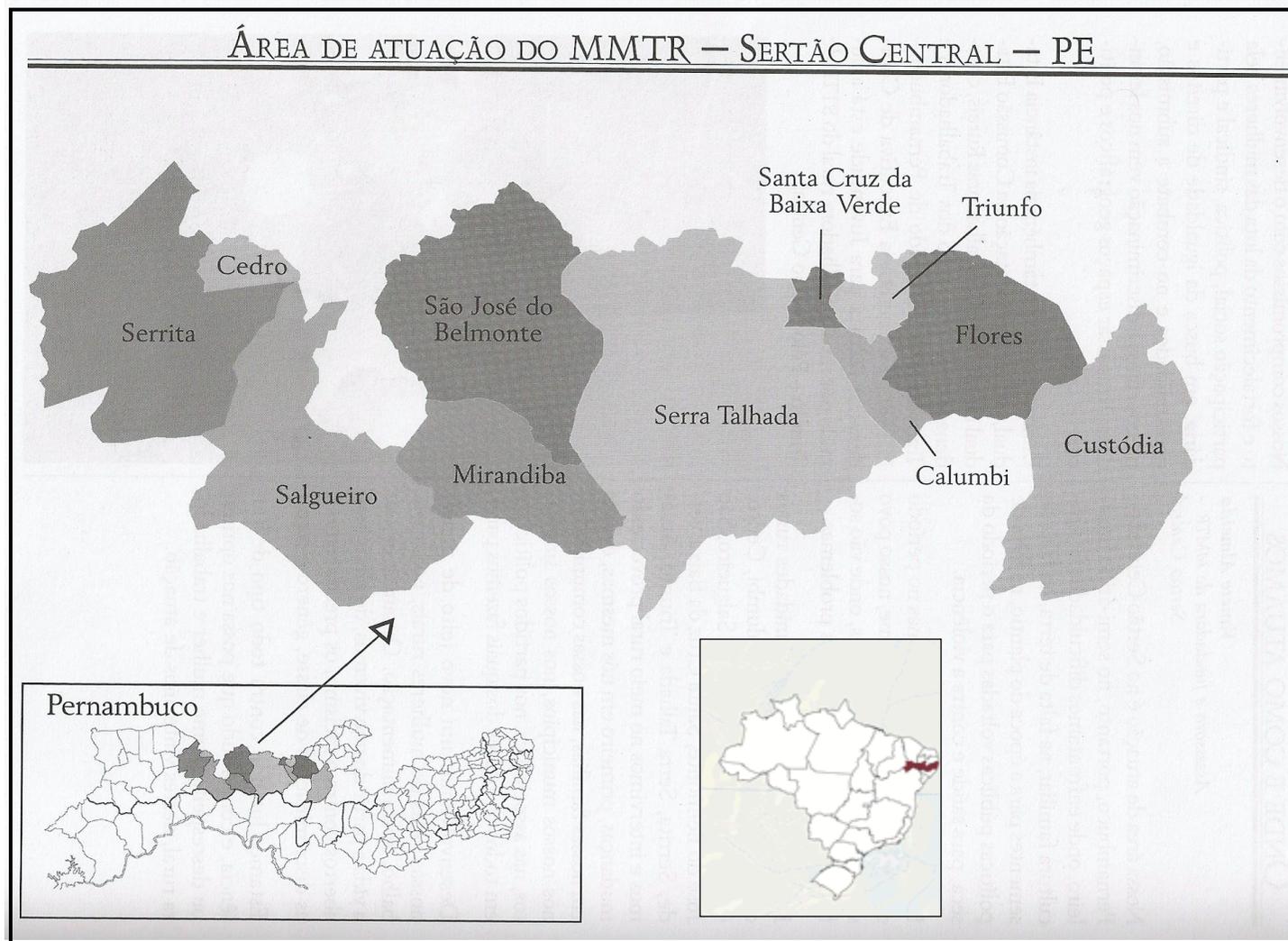
STEDILE, João Pedro. **El capital internacional está dominando la agricultura brasileña.** Disponível em www.congresobolivariano.org/modulos.php?name=New&file=article&sid=4586. Acesso em agosto 2008.

VELTMEYER, Henry. La dinámica de las ocupaciones de tierras en América Latina. In: MOYO, Sam; YEROS, Paris (Orgs.). **Recuperando la tierra. El resurgimiento de movimientos rurales en África, Asia y América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, out. 2000.

Anexo A – Mapa do Sertão Central de Pernambuco



Fonte: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco (2004, p.16).

Apêndice A – Sistematização dos “perfis dos assentamentos/comunidades de Serra Talhada”

Nome	Relação com MMTR	Número de Famílias	População	Área	Situação da Terra	Atividades produtivas	Histórico da formação do assentamento/comunidade
Comunidade Pilãozinho	X	48	215 hab.	3500 has	Não regulariz. A terra cultivada da maioria das famílias, estão em nome de herdeiros, pais ou avós	Milho Feijão Mamona Algodão Andu Fava Macaxeira Goiaba Pinha Limão Acerola Laranja Batata doce Caju Mamão Pastagem nativa Palha do milho Capim Palma Bovinos - Suínos Caprinos - Ovinos Aves	A comunidade tem uma longa caminhada de organização, este processo teve início em 1972, com o apoio da Igreja Católica, onde foi realizada a primeira reunião do município, para criação do STR – Serra Talhada. Em 1985, através de parceria STR x SACTES/DED foram iniciados os trabalhos voltados para experiências de desenvolvimento da Agricultura Familiar e convivência com a seca, essas iniciativas foram reforçadas em 1995 com o acompanhamento do CECOR. A partir do ano 1986 foram criados grupos de mulheres e jovens que atuam até hoje. Em 2003, com o apoio do STR e CECOR foi criada a Associação de Moradores.
Assentamento Poldrinhos	X	40	s/d	1300 has	Regularizada	Milho Feijão Algodão Pastagem nativa Palma e capim	As famílias acamparam na área em 25 de Julho de 2001, mobilizados pelo Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais. Nesse mesmo ano fundaram a Associação. Em Junho/2002 saiu a emissão da posse.
Assentamento Poço do Serrote	X	57	s/d	1324 has	Regularizada	Milho Feijão Mamona Algodão Tomate Melão Coentro Cebola Salsinha Gerimum Chuchu Abobrinha Quiabo	O dia 8 de abril de 2003 o STR – Serra Talhada mobilizou 15 famílias sendo que no dia 9 de abril montaram as barracas, o proprietário da terra procurou o STR que indicou o INCRA para desapropriação com a finalidade de assentamento das famílias que estavam acampadas às margens da BR 232, Km. 413, junto ao acesso à fazenda Ingazeira. Antes de ser formado legalmente esse assentamento chegou a contar com 93 famílias, sendo que ficou constituído por 57 famílias. Ficou acordado que depois da divisão todos os lotes

						<p>Pepepino Cebolinha Alface Feijão verde Cenoura Pimentão Mamão Batata doce Macaxeira Abóbora Capim Pastagem nativa Caprino - Ovino Bovino - Equinos Aves</p>	ficaram com água o que possibilitará a prática da irrigação por todos os assentados.
Assentamento Lajinha	X	22	?	207,7 ha	Regularizada	<p>Milho Feijão Mamona Bananas Mamão Maracujá Laranja Abóbora Capim Pastagem nativa Palma Bovinos Equinos Aves (patos e galinhas) Asisinos Queijos Doce de leite Bonecas de pano Potes de barro</p>	As famílias já moravam nestas terras e trabalhavam para o político Inocêncio Oliveira, antigo proprietário. Em 2004 o INCRA iniciou o processo de compra das terras para assentar as famílias.
Assentamento Malhada da pedra		22	110 hab	660 ha.	Regularizada	<p>Milho Feijão Melacia Maracujá Pastagem nativa Capim Palma Caprinos Ovinos Equinos –Bovinos</p>	Teve início em agosto de 2002, foi adquirida através do programa Cédula da Terra/PRORURAL. A iniciativa partiu principalmente do dono da terra que organizou 22 famílias e formou o assentamento.
Assentamento São Domingo		15	104 hab	494 ha.	Regularizada	<p>Milho Feijão Mamona Manga Laranja</p>	O processo teve início no ano 2001 quando o próprio proprietário, orientado por lideranças políticas de Serra Talhada, organizou a fundação da Associação para posteriormente adquirir suas terras.

						Caju Pinha Suínos Caprinos - Ovinos Aves – Bovinos	Participaram das discussões 15 famílias, com as quais foi fundada a associação. A propriedade foi adquirida com recursos do Programa Cédula da Terra/PRORURAL
Assentamento Serrinha		9	47 hab.	214 ha.	Regulariza da Associação possui escritura pública	Milho Feijão Algodão Macaxeira Tomate Melacia Melão Banana Pastagem nativa Capim elefante Capim de planta Palma Caprinos – Ovinos	O processo teve início no ano 2000 quando o próprio proprietário, orientado por lideranças políticas de Serra Talhada, organizou a fundação da Associação para posteriormente adquirir suas terras. No início 22 famílias participaram das discussões, mas, a Associação foi fundada com apenas 10 famílias, das quais 9 são assentadas. A propriedade foi adquirida com recursos do Programa cédula da Terra/PRORURAL e custou na época R\$ 66.000,00
Assentamento Fazenda Limoneiro		11	54 hab.	320 ha.	Não esta regularizada por entrada e saída de famílias da área	Milho Feijão Pastagem nativa Bode Galinha caipira Pesca Carvão vegetal	Em novembro de 2002 deu-se início às discussões para a formação do Assentamento da Fazenda Limoneiro, a iniciativa foi tomada principalmente pelo antigo proprietário, pois tinha interesse em vender a terra. Então aproveitou recurso do Programa Cédula da Terra /PRORURAL, reuniu algumas famílias, formou uma Associação e assentou o pessoal.
Assentamento Carnaúba do Ajudante		20	85 hab	570 ha.	Regulariza da	Milho Feijão Abóbora Pastagem nativa Capim	Em julho de 2000 deu-se início a discussão sobre a formação do assentamento de Carnaúba do Ajudante, foi uma iniciativa do dono da propriedade, que organizou 20 famílias (a maioria já era moradores) e através do programa Cédula da Terra/PRORURAL foi implantado o assentamento.

Apêndice B - Critérios de seleção em relação às entrevistadas

Critério N° entrev	Modalidade de acesso à terra				Estado civil				Idade		Participação MMTR	
	Assentad	Prop. Minif.	Comodat	Sem Terra	Solt.	Cas	Div.	Viuv.	Jovem	Adulta	Coordenação	Membro da base
1	X				X				X		X	
2			X			X			X		X	
3				X				X		X		X
4				X		X				X		X
5	X						X		X			X
6	X							X		X		X
7		X				X				X	X	
8	X					X				X	X	

Apêndice C – Roteiro de Entrevista

A. TRAJETÓRIA DE VIDA E DA PROPRIEDADE DA TERRA

- Lugar de nascimento. Relação da sua família com a terra. Propriedade, aquisição, modalidade de acesso à terra e trabalho.
- Migrações, propriedade da terra, modalidade de acesso à terra e trabalho.
- Tempo de permanência no sítio ou assentamento onde mora atualmente. Participação na formação do assentamento. Motivos pelos quais chegou a este lugar.
- Escrituração da terra e nome/s do/s proprietários
- Decisão de botar a terra no nome dessa/ pessoa/s
- Quantidade de hectares do lote

B. O TRABALHO NA TERRA

- Produção na roça, horta, criação de animais, artesanato, beneficiamento de produtos, outros.
- Trabalho dentro e fora do sítio/assentamento. Divisão do trabalho
- Decisão de produzir em cada área
- Contratação de mão-de-obra
- Venda da produção. Modalidade. Responsáveis. Decisão/administração do dinheiro. Se não é a mulher, motivos.

C. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E A LUTA PELA TERRA

- Participação em grupos e organizações além do MMTR
- Início e motivações para começar a participar de cada um deles
- Espaços de discussão dos temas relacionados com a terra (falta, procura, regularização, produção) Consideração das situações levantadas pelas mulheres.
- Espaços de discussão dos temas de interesse para as mulheres. Consideração da problemática da terra
- Mudanças identificadas nas mesmas mulheres, na família e na comunidade desde o começo da participação em grupos de mulheres. Exemplos.
- Em relação a quem eram e quem são atualmente proprietários da terra e quem decidia e decide o que nela se produz, diferenças em relação a gerações anteriores.
- Importância de que a terra esteja no nome das mulheres. Motivos

Apêndice D - Consentimento Livre e Esclarecido

Instituição responsável: UFPE

Declaro que estou sendo convidada a participar de uma pesquisa que leva por título: Acesso e controle da terra por parte das participantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) do Sertão Central de Pernambuco.

Declaro que estou ciente de estar participando da pesquisa que tem como finalidade principal compreender de que forma a participação das mulheres no MMTR tem contribuído a gerar mudanças em relação ao acesso e controle da terra no Sertão Central de Pernambuco. Fica acordado que as informações por mim fornecidas não serão utilizadas para outro fim além deste.

A realização desta pesquisa poderá fornecer conhecimento ao MMTR, de maneira que facilite o acesso e controle à terra por parte das suas participantes. Há a possibilidade de durante a entrevista, me sentisse constrangida com alguma pergunta, irritada, tendo o direito de solicitar a interrupção da entrevista ou omissão de qualquer parte que deseje.

Estou ciente que se trata de uma atividade voluntária. Posso desistir a qualquer momento e minha participação não envolve nenhuma remuneração. Nestes termos, posso recusar e/ou retirar este consentimento, informando à pesquisadora, sem prejuízo para ambas as partes a qualquer momento que eu desejar. Tenho o direito também de determinar que sejam excluídas do material da pesquisa informações que já tenham sido dadas.

Será utilizada a entrevista individual para a realização do trabalho de campo, a qual será gravada e transcrita posteriormente, para efeitos de análise. Uma cópia das gravações e transcrições serão armazenadas na sede do MMTR – Sertão Central.

O contato para qualquer esclarecimento de que necessite, será realizado com a pesquisadora Paola Alejandra Morales, autora do estudo, pelo endereço: Departamento de Pós-Graduação em Serviço Social, da UFPE, localizada na Av. Prof. Moraes Rego s/n Cidade Universitária – Recife - PE; telefone: (81) 2126 8730 / Celular (81) 9436-6466, e-mail: paomorales2001@hotmail.com.

Minha participação é voluntária e está formalizada por meio da assinatura deste termo em duas vias, sendo uma retida por mim e a outra pela pesquisadora. Poderei deixar de participar a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer prejuízo à minha pessoa.

Após ter lido e discutido com o entrevistador os termos contidos neste consentimento esclarecido, concordo em participar como informante, colaborando, desta forma, com a pesquisa. A assinatura desse consentimento não inviabiliza nenhum dos meus direitos legais.

Recife, ____/____/20____.

Nome completo: _____

Assinatura: _____

Entrevistadora – Paola Alejandra Morales _____

Testemunha 1 _____

Testemunha 2 _____

Apêndice E - Condição de produtor por sexo nos municípios que atua o MMTR – Sertão Central

Calumbi

Condição do produtor	Masculino		Feminino	
	Estabelecimentos	Área (has)	Estabelecimentos	Área (has)
Proprietário	725	8060	200	1676
Assentado s/tit definitiva	-	-	-	-
Arrendatário	57	232	7	14
Colaborador	9	44	1	(2)
Ocupante	85	370	28	64
Produtor sem área	17	-	9	-
Total	893	8705	245	1757

Cedro

Condição do produtor	Masculino		Feminino	
	Estabelecimentos	Área (has)	Estabelecimentos	Área (has)
Proprietário	453	7913	48	366
Assentado s/tit definitiva	-	-	-	-
Arrendatário	12	51	1	(4)
Colaborador	194	840	19	42
Ocupante	139	1017	9	169
Produtor sem área	-	-	-	-
Total	798	9822	77	579

Custodia

Condição do produtor	Masculino		Feminino	
	Estabelecimentos	Área (has)	Estabelecimentos	Área (has)
Proprietário	2272	76354	420	5686
Assentado s/tit definitiva	7	19	-	-
Arrendatário	14	196	2	(6)
Colaborador	-	-	-	-
Ocupante	306	5980	32	493
Produtor sem área	163	-	53	-
Total	2762	82549	507	6185

Flores

Condição do produtor	Masculino		Feminino	
	Estabelecimentos	Área (has)	Estabelecimentos	Área (has)
Proprietário	2029	39167	470	5687
Assentado s/tit definitiva	47	984	12	195
Arrendatário	110	2121	25	79
Colaborador	111	350	17	31
Ocupante	395	2773	65	586
Produtor sem área	10	-	9	-
Total	2702	45394	598	6578

Mirandiba

Condição do produtor	Masculino		Feminino	
	Estabelecimentos	Área (has)	Estabelecimentos	Área (has)
Proprietário	590	28852	134	3861
Assentado s/tit definitiva	7	1009	-	-
Arrendatário	78	167	15	25
Colaborador	44	197	10	19
Ocupante	280	2320	44	167
Produtor sem área	37	-	23	-
Total	1036	32545	226	4072

Salgueiro

Condição do produtor	Masculino		Feminino	
	Estabelecimentos	Área (has)	Estabelecimentos	Área (has)
Proprietário	975	61153	236	10969
Assentado s/tit definitiva	38	162	12	17
Arrendatário	20	156	4	7
Colaborador	50	204	10	12
Ocupante	118	1976	29	396
Produtor sem área	196	-	77	-
Total	1397	63652	368	11401

Santa Cruz da Baixa Verde

Condição do produtor	Masculino		Feminino	
	Estabelecimentos	Área (has)	Estabelecimentos	Área (has)
Proprietário	817	8579	253	12112
Assentado s/t definitiva	1	-	-	-
Arrendatário	143	242	22	21
Colaborador	38	147	10	10
Ocupante	135	525	35	88
Produtor sem área	7	-	6	-
Total	1141	9495	326	12231

São José Belmonte

Condição do produtor	Masculino		Feminino	
	Estabelecimentos	Área (has)	Estabelecimentos	Área (has)
Proprietário	1533	68955	256	6089
Assentado s/tit definitiva	197	2613	76	974
Arrendatário	186	719	31	51
Colaborador	112	637	24	48
Ocupante	364	3017	70	167
Produtor sem área	76	-	9	-
Total	2468	75941	466	7329

Serrita

Condição do produtor	Masculino		Feminino	
	Estabelecimentos	Área (has)	Estabelecimentos	Área (has)
Proprietário	1232	88801	189	5409
Assentado s/tit definitiva	3	62	-	-
Arrendatário	56	296	1	-
Colaborador	107	309	11	14
Ocupante	429	3023	49	265
Produtor sem área	6	-	6	-
Total	1833	92400	256	5687

Terra Nova

Condição do produtor	Masculino		Feminino	
	Estabelecimentos	Área (has)	Estabelecimentos	Área (has)
Proprietário	260	1611	27	3039
Assentado s/tit definitiva	-	-	-	-
Arrendatário	33	337	1	(2)
Colaborador	2	-	-	-
Ocupante	17	205	2	(3)
Produtor sem área	149	-	5	-
Total	461	17154	35	3044

Triunfo

Condição do produtor	Masculino		Feminino	
	Estabelecimentos	Área (has)	Estabelecimentos	Área (has)
Proprietário	1371	10376	308	2349
Assentado s/tit definitiva	6	74	1	(1)
Arrendatário	158	541	15	17
Colaborador	106	1001	11	18
Ocupante	52	127	8	24
Produtor sem área	18	-	4	-
Total	1711	12120	347	2408